

CONSELHO ESCOLAR:
fortalecendo redes para a gestão
democrática



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

UFC – Universidade Federal do Ceará

Reitor: Prof. Dr. Henry de Holanda Campos
Vice-Reitor: Prof. Dr. Custódio Luís Silva de Almeida

Comitê Gestor Institucional de Formação Continuada de Profissionais
do Magistério da Educação Básica da UFC
Coordenador: Prof. Dr. Custódio Luís Silva de Almeida

Ministério da
Educação



Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica
Diretoria de Apoio à Gestão Educacional
Coordenação Geral de Redes Públicas
Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares



Coleção Conselhos Escolares

Maria Cecília Luiz (coordenadora geral) UFSCar
José Roberto Ribeiro Junior (coordenador adjunto)– SEB/MEC
Cefia Maria Sabino Aguiar – UFC
Daniela Karine Ramos – UFSC
Eden Ernesto da Silva Lemos – PFRN
Francisco Herbert Lima Vasconcelos – UFC
Lucília Augusta Lino de Paula – UFRRJ
Swamy de Paula Lima Soares – UFPB
Walter Pinheiro Barbosa Junior – UFRN

CONSELHO ESCOLAR: fortalecendo redes para a gestão democrática

Cibelle Amorim Martins
Cátia Luzia Oliveira da Silva
Francisco Herbert de Lima Vasconcelos
(Organizadores)

1º Edição

Volume 3



Fortaleza / 2015

O objetivo desta obra é o de servir como apoio didático aos cursos oferecidos pela UFC. Seu conteúdo está reproduzido conforme solicitado pelos autores, sem nenhuma interferência do Conselho Editorial da Coleção Conselhos Escolares.

Capa e Projeto Gráfico
Ricardo Vieira de Oliveira

Diagramação
Ricardo Vieira de Oliveira

Ilustração
Ricardo Vieira de Oliveira

Revisão Linguística
Marta Mara Munguba Vieira

Catálogo na fonte
Maria Zuila de Lima CRB/3 – 405

C755c Conselho escolar: fortalecendo redes para a gestão democrática; organização Cibelle Amorim Martins, Cátia Luzia Oliveira da Silva, Francisco Herbert de Lima Vasconcelos.- Fortaleza: Encaixe, 2015.
203p. : il.

ISBN 978-85-98434-32-2

1. Conselho Escolar. 2. Educação Pública, Brasil. I. Martins, Cibelle Amorim. II. Silva, Cátia Luzia Oliveira da. III. Vasconcelos, Francisco Herbert de Lima.

Todos os direitos desta edição reservados à
Gráfica Encaixe Ltda
Tel. (85) 3252.2431
atendimento@graficaencaixe.com.br
www.graficaencaixe.com.br

Sumário

Apresentação

PARTE I - REDE DE FORMAÇÃO

O PAPEL DOS CONSELHOS ESCOLARES NO FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....13

Larisse Barreira de Macêdo Santiago

Kátia Maria Ferreira Barreto

José Rogério Santana

CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE EXTENSÃO A DISTÂNCIA FORMAÇÃO CONTINUADA EM CONSELHOS ESCOLARES FASES I E II NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR.....27

Débora dos Santos Góis

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS ORGANISMOS COLEGIADOS NA CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA.....39

Rogério Silva Cardoso

Jullio da Costa Batista Parente

Raul Silva Júnior

José Gláuber Lemos Diniz

Helga Sammya Furtado de Oliveira

CONSELHO ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....59

Barbara Beirão Barreto

Selma Barros Daltro de Castro

PARTE II - REDE DE EXPERIÊNCIAS

CONSELHOS ESCOLARES E FORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA DE CANAAN/CE.....75

Cátia Luzia Oliveira da Silva
Alberto de Oliveira Jucá
Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante

CONSELHOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ (RJ): ASPECTOS LEGAIS, MEMÓRIAS E PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS.....89

Jorge Mendes Soares
Fátima Temóteo
Dilcinéa Souza de Oliveira
Maria Lucia da Silva
Elisabete Silva

CONSELHO ESCOLAR: FERRAMENTA INDISPENSÁVEL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE FORTALEZA.....103

Adriana Teixeira Alves
Maria Ângela Bariani de Arruda Fachini

CONSTRUÇÃO PROGRESSIVA DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ARACRUZ-ES.....117

Rosa Maria Ghidette Rocha
Isabel Cristina Gomes Basoni

CONSELHO ESCOLAR E ENSINO: PARCERIA PARA A IMPLANTAÇÃO DA HORTA ESCOLAR.....131

Gustavo Krysnamurthy Linhares Brandão
Raquel Crosara Maia Leite

PARTE III - REDE DE CONHECIMENTOS

CONSELHO ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA
E POLÍTICA.....145

Aline C. A. Morais

CONSELHO ESCOLAR E A VALORIZAÇÃO DO SABER
E DA CULTURA DO ESTUDANTE E DA COMUNIDADE:
PARALELOS COM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO
PERÍODO DO IMPÉRIO.....161

Alcilane Mota Saavedra Pinto

Francisco José dos Santos

Francisco Herbert Lima Vasconcelos

STUDENTS' EVALUATIONS OF TEACHING
EFFECTIVENESS APLICADO AOS CONSELHOS
ESCOLARES COM O USO DE FERRAMENTAS
ESTATÍSTICAS APOIADAS PELO COMPUTADOR.....171

Artur de Oliveira da Rocha Franco

Alberto de Oliveira Jucá

Francisco Herbert Lima Vasconcelos

E-COE: UM ESPAÇO PARA O FORTALECIMENTO DE
PRÁTICAS PARTICIPATIVAS.....191

Cibelle Amorim Martins

José Rogério Santana

Apresentação

O Conselho Escolar pode ser entendido como uma rede que começa na comunidade escolar, onde se procura fortalecer a gestão democrática. Essa rede envolve estudantes, professores, funcionários e gestores. A rede não se limita à parte interna dos muros da escola, ela se estende para além deles, envolvendo também a família e a comunidade local. Todas essas pessoas compõem a grande rede daqueles que representam a escola e suas práticas educativas. O livro “Conselho Escolar: fortalecendo redes para a gestão democrática” propõe uma viagem às redes que integram a busca pela melhoria da qualidade da educação pública.

Na Parte 1, Rede de Formação, teoria e prática tentam ressignificar as experiências nos conselhos escolares por meio da qualificação. Qualificar a participação é uma das premissas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE). O primeiro artigo nos traz uma base sobre o Conselho Escolar e seu papel no fortalecimento da gestão democrática. Justificada a devida importância da implementação de conselhos nas escolas, temos o artigo seguinte que abordará sobre algumas contribuições trazida pelo curso de Formação Continuada em Conselhos Escolares, ofertado para técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação. Na mesma linha, reforçaremos a necessidade da formação continuada dos organismos colegiados na consolidação da gestão democrática. E finalizando essa primeira parte, teremos um texto complementar sobre o papel dos diferentes segmentos da escola no Conselho Escolar.

Na Parte 2, Rede de Experiências, a aprendizagem ganha aliados. Aprender coletivamente é mais rico e, portanto, nos ajuda a enfrentar melhor nossos problemas. Quando observamos, compartilhamos experiências, fortalecemos a rede de conexão, construímos elos, pontes, as quais atravessamos com o olhar da mudança. Experiências em escolas do Nordeste (Ceará), Sudeste (Rio de Janeiro e Espírito Santo), experiências em escolas estaduais e municipais reúnem diferentes problemas, perspectivas, contextos, com vistas à um objetivo em comum: melhorar a

qualidade da educação pública brasileira socialmente referenciada. Estar sozinho numa ilha cercada de dúvidas, obstáculos e desafios dificulta a superação dos problemas. Por outro lado, quando juntos nos envolvemos, buscamos, participamos, encontramos um horizonte de possibilidades. Esta parte do livro traz uma bagagem de vivências que podem contribuir para a nossa realidade local.

Na Parte 3, Rede de Conhecimentos, pensamentos e ideias se misturam para abordar sobre algumas dimensões que compõem o Conselho Escolar e a atuação dos conselheiros: dimensões histórica, política, cultural, educacional e tecnológica. Dentro do conjunto de saberes se controí o conhecimento da realidade. Realidade esta que é transversal, como uma rede de aprendizagem. Aprender implica em diversos campos do conhecimento, não só o campo escolar, mas o campo das relações que se desenvolvem para além dos muros da escola, transitam pelas ruas das comunidades locais, viajam pelas comunidades globais, pois também estão integradas à grande teia de relações interconectadas pela Internet e redes sociais. Os artigos agrupados nesta parte do livro buscam comportar um pouco da história dos Conselhos Escolares, sua perspectiva política, parelos com a educação brasileira no Período Imperial. Além disso, apresentam um modelo de avaliação aplicado aos conselhos escolares e, para finalizar, há uma importante discussão sobre o desenvolvimento da Comunidade Virtual dos Conselheiros Escolares (e-COE).

De uma rede que fortaleça a gestão democrática não se espera respostas, não se espera fórmulas ou tutoriais sobre como gerir democraticamente uma escola. Dessa rede, esperamos mais participação de todos em busca de um único objeto: a qualidade da educação pública no Brasil. Esperamos que os artigos reunidos aqui possam alimentar essa rede de formação, experiências e conhecimentos, favorecendo o diálogo e uma cultura participativa, sobretudo, dando subsídios teóricos e práticos para que o Conselho Escolar se torne um órgão colegiado efetivamente atuante no chão da escola, refletindo suas ações para além de seus muros.

Cibelle Amorim Martins
Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará (UFC) e
supervisora pedagógica do projeto de criação do Ambiente Virtual de
Aprendizagem Nacional para Conselheiros Escolares (AVANCE), da
Comunidade Virtual dos Conselheiros Escolares (e-COE) e do Portal do
Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PPNFCE).
Fortaleza, 2015.

PARTE I

REDE DE FORMAÇÃO

O papel dos conselhos escolares no fortalecimento da gestão democrática

Larisse Barreira de Macêdo Santiago
Kátia Maria Ferreira Barreto
José Rogério Santana

1 Introdução

Sabemos que o Brasil enfrenta desigualdades sociais e que a escola tem por função social formar cidadãos críticos e participativos em seu processo de emancipação e busca pelo exercício da cidadania. Nesse sentido, a escola pode contribuir para a democratização da sociedade e isso ocorre a partir do exercício da gestão democrática. O Conselho Escolar, enquanto instrumento de democracia, também apresenta papel decisivo nesse processo, uma vez que reúne todos os segmentos da escola para acompanhar e deliberar as ações desenvolvidas pela mesma. A participação favorece a vivência coletiva ao efetivar a divisão de responsabilidades. Ao mesmo tempo em que afasta as decisões centralizadas, evolui para o processo de gestão coletiva e proporciona melhorias na organização e funcionamento da escola. A gestão participativa educacional pressupõe mudanças e novas formas de administração, no sentido da democratização das relações no interior da escola.

Nesse sentido, a participação deve ser entendida como a possibilidade e a capacidade de interagir e, assim, influenciar nos problemas e soluções considerados numa coletividade, bem como nos modos de decidir a respeito das decisões a serem tomadas.

Ao decidir coletivamente, cria-se a consciência de participação e o envolvimento de todos do grupo gerando mudanças, pois amplia as perspectivas em relação a obstáculos ainda existentes para a democratização da escola; isso só acontece através da participação.

No entanto, para que a participação aconteça, são necessários estímulos, de forma a criar mecanismos de atuação dos segmentos envolvidos no processo escolar. É nesse aspecto que surge a relevância do Conselho Escolar que, enquanto órgão colegiado, se caracteriza como mecanismo de participação da comunidade e controle social da gestão escolar que contribui para o despertar da consciência política dos diferen-

tes segmentos e interesses envolvidos na vida da escola.

A busca de novas formas de organização da escola não é algo fácil de se implantar devido às raízes históricas marcadas pela centralização e pelo autoritarismo. O processo de participação inicia quando as pessoas aprendem a conhecer e a valorizar sua realidade, refletindo e buscando meios para superar as contradições e os conflitos existentes. Assim, o Conselho Escolar surge enquanto um instrumento de democracia na gestão da unidade de ensino para tornar efetivo o princípio da gestão democrática garantido constitucionalmente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96. A participação é vivência coletiva, de modo que, só se pode aprender, na medida em que se conquistam os espaços para a verdadeira participação.

Partindo das ideias apresentadas, percebemos que para concretizar uma gestão participativa educacional, torna-se necessário que, em cada escola, a comunidade conquiste o seu espaço de participação explorando os conhecimentos que possui de forma crítica para conseguir elaborar soluções para resolver os problemas que envolvem a comunidade. Como nos diz Paulo Freire:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

Na perspectiva da participação é que se busca a democratização da gestão escolar, como condição necessária, para melhorar a qualidade do ensino oferecido pelo serviço público, o que implica no aprendizado e na vivência do exercício de participação e tomada de decisões.

A efetivação dessas novas relações que se estabelecem no cenário educacional constitui um aprendizado político-pedagógico que visa à construção de uma educação emancipatória que só é possível a partir da participação ativa dos cidadãos articulada à necessidade de formação para a democracia.

Entretanto, sabe-se que a participação da comunidade escolar na tomada de decisões constitui-se em um desafio para a escola. Cabe dizer que a participação depende, também, do clima da organização, ou seja, do grau de relacionamento vivenciado no dia a dia da escola. Além do mais, no contexto escolar, são diversas cabeças com gostos e preferências diferentes que precisam ser conciliados. O clima escolar precisa ser favorável para que o processo ensino/aprendizagem ocorra qualitativamente. O gestor, enquanto líder, tem papel essencial na condução desse

processo. Nesse sentido, faz-se uma breve discussão acerca da cultura e do ambiente escolar como fatores condicionantes para a participação e organização da gestão.

2 A cultura e o clima organizacional da escola

A escola, enquanto instituição de formação humana, sofre influências internas e externas. As influências internas referem-se ao modo como as pessoas convivem no ambiente escolar. As influências externas, aos fundamentos, diretrizes, objetivos e métodos comuns criados pelo sistema educacional.

Mesmo com semelhanças, cada escola possui sua própria cultura, ou seja, apresenta “seu modo próprio de ser, possui história diferenciada, uma identidade e imagem própria, explicável por um conjunto de fatores e de características subjetivas, devidas aos dinâmicos processos sociais que ocorrem no interior da escola” (LUCK, 2010, p.35).

É nesse contexto escolar que se constroem os relacionamentos. Relacionamentos estes determinados pelos vários tipos de culturas existentes. Essas culturas se juntam e formam o clima e a cultura organizacional próprios da escola.

Antes de falar sobre cultura organizacional, vamos primeiro definir o que é cultura. Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa cultura é o

[..] conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações matéricas etc. (FERREIRA, 2009, p.587).

Em outras palavras, cultura é o que está relacionado aos valores, princípios, hábitos, crenças, costumes de um povo. Cada pessoa traz para a escola suas características individuais que repercutem nas ações da escola. Estas características repercutirão num clima positivo ou negativo dependendo dos indivíduos que compõem a escola. Quando estas características não são aceitas pelo grupo logo surge o conflito. As relações de poder se sobressaem e se chocam com os diversos interesses.

Em meio a esse cenário a postura do gestor é essencial para contornar os embates. Para isso, é necessário que este profissional conheça bastante a realidade da escola, pois “quanto mais profundamente o gestor conhecer essa dinâmica, mais efetivamente poderá exercer sua liderança para a promoção de bons resultados” (LUCK, 2010, p.27).

Nesse caso para que o Conselho Escolar participe efetivamente é fundamental que o gestor estimule sua participação, conheça a cultura local e envolva os conselheiros nas ações da escola. Sendo assim, este colegiado poderá mobilizar também a comunidade, em geral, a participar da tomada de decisões da escola.

De posse do conhecimento da realidade da escola o gestor poderá criar projetos que envolvam a comunidade por meio da participação efetiva de colegiados, a exemplo do Conselho Escolar. Essa participação efetiva só ocorrerá se os conselheiros conhecerem realmente suas funções na escola e se forem estimulados pelo gestor para que sintam partícipes do processo de gestão. A esse respeito, Luck (2010, p. 42) ressalta que,

A capacidade do gestor de conhecer e compreender o clima e a cultura organizacional da escola corresponde à sua possibilidade de agir efetivamente como líder e orientador do trabalho escolar para a viabilização de objetivos educacionais de elevado valor social, tendo como foco os interesses e necessidades de formação e aprendizagem de seus alunos.

O clima organizacional relaciona-se às representações, ou seja, a tudo que representa para as pessoas que compõem o ambiente escolar e que “provoca estimulações, que passam por suas percepções, motivando seu posicionamento a respeito, assumido a partir dos significados construídos em relação a esse conjunto de coisas” (LUCK, 2010, p.65).

Sendo assim, a escola precisa construir um clima tranquilo, um ambiente saudável onde as pessoas se respeitem e sintam prazer em estar na escola. Do contrário, estes indivíduos não terão interesse em participar das decisões da escola, pois estas não terão nenhum vínculo de afetividade. Diante de um clima hostil, torna-se difícil a participação efetiva da comunidade escolar.

O gestor tem muita influência no clima escolar. A esse respeito, Luck (2010, p. 65) ressalta que “o papel e a influência do diretor da escola sobre o clima organizacional da instituição é reconhecido em estudos, até mesmo em percepções cotidianas.” Ou seja, a escola se revela no perfil do diretor.

Com o propósito de promover a participação efetiva da comunidade na gestão das escolas, surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, assunto que será discutido no tópico seguinte.

3 Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - PNFCE foi criado em 17 de setembro de 2004, conforme a Portaria Ministerial n. 2896/2004, de acordo com o disposto no art.14 da Lei n.º 9.394/96, Lei n.º10.172/2001 e os incisos VI e IX do art. 11 do Decreto n.º 5.159/2004.

Segundo o art.211 da CF/1988 o Programa atua em regime de colaboração federativa “na organização dos sistemas de ensino e visa o fomento à implantação e ao fortalecimento dos Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica” (ALVES, 2012). Sua execução conta com o apoio da SEB-Secretaria de Educação Básica, por meio da CAFI-SE-Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino e do DASE-Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino.

O material didático do Programa está estruturado em 12 cadernos, formação de formadores dos sistemas de ensino (presencial e a distância), banco de experiências, ações de comunicação e mobilização social (MEC, 2009). Segundo Alves (2012, p. 51), os cadernos foram criados com o objetivo de “promover e contribuir para o debate e aprofundamento do princípio constitucional da gestão democrática da educação, principalmente pôr em foco o importante papel do Conselho Escolar”.

Algumas estratégias são utilizadas pelo Programa para qualificar a atuação dos conselheiros, dentre estas: “encontros presenciais de formação para técnicos e dirigentes das secretarias municipais e estaduais da educação e para conselheiros escolares” (MEC, 2013).

O público alvo das formações deste Programa são os técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e conselheiros escolares. A adesão das secretarias estaduais e municipais de educação às ações formativas ocorre por meio do Plano de Ações Articuladas- PAR (MEC, 2013).

Um dos objetivos do Programa é “ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas” (IDEM, 2013). Entretanto, o que se percebe na prática dos Conselhos Escolares em diversas escolas é que este colegiado não exerce todas estas funções. Geralmente, o Conselho Escolar limita-se à função de fiscalizar os recursos, o que não é sseu único. As funções deste colegiado são bem mais abrangentes. Conscientizar este colegiado de todas estas funções tem sido um desafio para o Programa porque,

em geral, prevalece uma gestão centralizada nas escolas que não abrem espaço para que os conselheiros atuem coletivamente do processo de gestão. Nesse intuito, urge a necessidade de uma discussão sobre a gestão escolar num contexto de democracia.

4 Perspectivas da Gestão Democrática

A gestão democrática no Brasil iniciou após o momento de abertura política¹ entre os anos 1980 e 1990, após a Constituição Federal de 1988. Esse tipo de gestão tem se constituído em um desafio “na operacionalização da(s) políticas(s) de educação e no cotidiano da escola” porque esta exige trabalhar em coletividade. (VIEIRA, 2008, p.45).

O conceito de democracia tem sido amplamente discutido na sociedade; o dicionário Aurélio nos traz o significado da palavra no sentido de ser um regime político que se funda na soberania popular, na liberdade eleitoral, na divisão de poderes e no controle da autoridade. Trazendo esse conceito para a nossa realidade escolar, uma gestão democrática deve seguir tais princípios.

A gestão democrática acontece a partir da participação dos envolvidos no cotidiano escolar: estudantes, pais, professores, funcionários e demais membros da comunidade. A administração acontece de modo descentralizado; as decisões e ações são deliberadas com transparência de modo coletivo e colaborativo. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a democracia passa a fazer parte do cenário brasileiro em todos os setores. No setor da educação, foco de análise, a CF/1988 enfatiza a “gestão democrática do ensino público, na forma lei”, art.206, VI. Esta gestão é também reforçada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 através do princípio VII:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Nesse sentido, percebemos que a gestão democrática é uma forma de exercitar a democracia participativa. Essa, por sua vez, só existe se estiver veiculada ao processo de democratização da sociedade. Assim, mesmo garantida sua existência, torna-se necessário compor os elementos básicos para o seu funcionamento. A supracitada Lei determina como deverá acontecer a gestão democrática:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e

conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Evidente que não é fácil instaurar essa cultura de participação nas escolas, principalmente com tantas demandas. Mas o gestor, enquanto líder, deve mobilizar e envolver todos para que participem dos momentos de planejamento, execução e avaliação dos projetos e ações desenvolvidas.

Alguns canais podem favorecer a participação, dentre esses a elaboração conjunta do Projeto Político-Pedagógico, documento norteador das práticas escolares. É necessário ressaltar que a participação da comunidade não deve se restringir apenas a finalidades financeiras, mas também pedagógicas, pois a comunidade tem muito a contribuir com seus saberes e sua cultura na construção da proposta pedagógica e do currículo.

A gestão democrática implica em novos processos de gestão que são construídos cotidianamente. Não existe uma única forma de participação, o importante é que exista o compartilhamento dos poderes, decisões e ações por meio do trabalho coletivo. Por isso, é necessário repensar a cultura escolar fazendo com que cada vez mais se estabeleça uma cultura de exercício da cidadania através da conscientização e mobilização de todos os envolvidos na comunidade escolar que também serão beneficiados.

Bobbio (2000) nos ensina que a verdadeira gestão democrática na escola se fundamenta e se constrói gradativamente através da existência de espaços para que as relações sociais se efetivem. Assim, através da participação coletiva entre Conselho Escolar, Conselho de Classe, Grêmios Escolares ou Estudantil, Associação de Pais e Mestres, Congregação de Professores. Quando todos se unem com um mesmo objetivo para viver uma gestão colegiada e democrática, as obrigações, dificuldades e conquistas passam a ser responsabilidades de todos.

Nessa perspectiva, a gestão democrática requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer também mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional. De acordo com o PNFCE a gestão democrática é

[...] concebida como processo político-pedagógico no qual acontece cotidianamente o compartilhamento de ações e tomadas de posições dos atores sociais (pais, professores, funcionários, estudantes, comunidade local) coletivamente, de forma direta e mediada por Conselhos, na discussão e na tomada de decisão em todos os âmbitos da educação, de forma que as decisões tomadas estejam de acordo com os anseios, tanto da comunidade local como da comunidade escolar, uma vez que as mesmas são as responsáveis pela gestão da escola (ALVES, 2012, p.51).

Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo, processo que é mudança contínua e continuada, mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola. (BORDIGNON e GRACINDO, 2004).

A escola é o espaço adequado para a apropriação da cultura produzida pelo homem e socialização de saberes por meio de ações educativas que visam a formação de sujeitos éticos, participativos, críticos e criativos. A democratização do ensino está relacionada à vivência no exercício de participação e na tomada de decisões. Para que este aprendizado se concretize faz-se necessário o respeito pelas diferenças, o trabalho coletivo, o compartilhamento de poderes e exercício do diálogo.

De acordo com Libâneo (2004, p. 101) a gestão é “[...] a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos”. Ou seja, percebe a gestão enquanto administração, mas também envolve aspectos democráticos e pedagógicos. Já para Veiga (1995), a gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. (p.18)

Para que a comunidade sinta interesse em participar das ações na escola a gestão deve estabelecer uma boa comunicação, ser responsável, comprometida e apresentar credibilidade. A confiança se adquire a partir do momento em que a comunidade escolhe os gestores através de eleições. Há diferentes meios de provimento ao cargo de diretor, dentre esses: nomeação, concurso, carreira, listas tríplices, sêxtuplas ou processos mistos e eleição.

Quando a forma de escolha é por indicação ou nomeação, o diretor é escolhido pelo chefe do Poder Executivo, estando a direção no mesmo esquema dos denominados “cargos de confiança”. Nessa condição, o

diretor pode ser substituído a qualquer momento, de acordo com o momento político e a conveniência; por isso, é comum a prática clientelista.

Por concurso, o diretor é escolhido por meio de uma prova, geralmente escrita e de caráter conteudista, como também, prova de títulos. Dessa forma, se impede o apadrinhamento/clientelismo. Entretanto, isso não confere a liderança do diretor diante da comunidade que o integra. Assim, o diretor pode não corresponder aos objetivos educacionais e políticos da escola, não tendo grande compromisso com as formas da gestão democrática, mesmo que isso não seja regra.

Ao ser escolhido por mérito de carreira, o diretor surge da própria instituição que o integra, por meio de seu plano de carreira, fazendo especializações na área de administração e gestão, entrando naturalmente no cargo. Essa forma caracteriza o diretor apenas por suas habilidades técnicas, esquecendo-se a parte política fundamental para um dirigente-educador.

Nas listas trípliques, sêxtuplas ou processos mistos, o diretor é escolhido por diferentes combinações. Por exemplo, mesclando provas de conhecimento com a capacidade de liderança e administração, ou então decidido em conselhos menores da escola. Nesses esquemas mistos, é comum a comunidade participar em alguma parte do processo, o que possibilita um maior vínculo do diretor com a escola.

Quando há eleições, a escolha do diretor se baseia na vontade da comunidade escolar, por voto direto, representativo, por escolha uninominal ou, ainda, por listas trípliques ou plurinominais. Essa é a maneira que mais favorece o debate democrático na escola, o compromisso e a sensibilidade política por parte do diretor, além de permitir a cobrança e a corresponsabilidade de toda a comunidade escolar que participou do processo de escolha.

No entanto, a mais democrática são as eleições que permitem que a comunidade avalie as propostas e eleja seu representante. Eleito o gestor, este líder deve trabalhar no sentido de garantir a qualidade da educação oferecida. Para isso, faz-se necessário diagnosticar os desafios, minimizar os conflitos e realizar um trabalho em grupo buscando melhorar o processo de ensino/aprendizagem na escola.

O gestor deve saber integrar objetivo, ação e resultado. Assim, agrega à sua gestão colaboradores empreendedores, que procuram o bem comum de uma coletividade. Para que a tomada de decisão seja partilhada, é necessária a implementação de alguns mecanismos de participação, dentre esses: aprimoramento do processo de provimento ao cargo de diretor; criação de órgãos colegiados (conselhos escolares, conselhos de classe, grêmios estudantil); construção coletiva do Projeto Político-Peda-

gógico; fortalecimento da autonomia a partir da distribuição de poderes; novas formas de relacionamento interpessoal; construção de uma educação emancipatória e democrática.

A escolha para diretor nas escolas sempre foi um assunto muito polêmico e discutido tanto nas escolas quanto entre especialistas da educação. A grande atenção voltada a este tema faz alguns até pensarem que a Gestão Democrática se restringe à eleição direta para diretor. As modalidades apresentadas se fundamentam em diferentes argumentos, embora não garanta, o cumprimento das funções de diretor na gestão democrática, afinal, o processo de democratização implica em dois fatores: a participação da comunidade escolar e a construção da proposta pedagógica.

Os Conselhos Escolares auxiliam a gestão em seu exercício democrático discutindo politicamente os problemas reais da escola e do lugar em que ela está inserida com a participação de todos os sujeitos do processo. Somente as eleições para diretores não garantem a democratização da gestão, mas é um importante instrumento de democracia, pois se discute sobre o exercício da função. Cabe dizer que esta ação não define, mas interfere no tipo de gestão a ser assumida pelos candidatos eleitos.

Percebemos que quanto mais ativa for a participação dos Conselhos Escolares, maior será a participação e o poder de decisão do coletivo. É exatamente isso que a gestão democrática deseja para possibilitar maior autonomia e liberdade para deliberar sobre as decisões e ações do cotidiano. É importante ressaltar que isso não acontece como um passe de mágica, mas pode ser construído de forma processual. Por isso, é necessário que os gestores conheçam a legislação educacional e os mecanismos de participação no sentido de estimular todos a serem responsáveis pelos desafios e conquistas.

Esse processo de mudança, que amplia o estabelecimento de ações compartilhadas na escola e fortalece a forma de organização coletiva, com a estrutura de equipe gestora, e a criação e atuação dos Conselhos Escolares têm se mostrado um dos caminhos para se avançar na democratização da gestão escolar. (MEC, SEB, Caderno 5, p. 53).

Nessa linha de pensamento, percebe-se que nas escolas em que o Conselho Escolar é efetivo “o autoritarismo normalmente diminui e a escola mostra-se mais sensível as necessidades e aos problemas, sobretudo de pais e alunos, possibilitando a participação de toda a comunidade na definição dos rumos que a escola deve tomar” (ANTUNES, 2002, p.21).

Sendo assim, é importante discutir com os conselheiros o papel destes na gestão escolar. Por que participar do conselho é fundamental para um conselho atuante. Retomamos esta discussão no tópico seguinte.

5 Funções do Conselho Escolar

As funções do Conselho Escolar são bem mais amplas. Envolve questões pedagógicas, financeiras e administrativas. Suas funções basicamente são:

Consultiva ao prestar assessoria, analisando as questões levantadas pela comunidade escolar apresentando sugestões e/ou soluções. Deliberativa ao decidir sobre o Projeto Político-Pedagógico da escola, garantindo a elaboração do regimento escolar e o funcionamento geral das escolas. Fiscalizadora ao acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras. Mobilizadora quando promove a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola contribuindo para a efetivação da democracia participativa.

Entretanto, sabe-se que muitos conselhos limitam-se à função de fiscais. Muitos conselhos são implantados. Mas estar implantado não quer dizer estar funcionando. Por isso, é necessário que os conselheiros adquiram consciência de suas funções.

Essa consciência, em grande parte, depende do gestor. Quando o gestor é aberto à participação dos colegiados, este proporciona um maior envolvimento de todos na tomada de decisões. O conselho escolar, enquanto órgão colegiado, constitui-se, efetivamente, como um espaço de participação, discussão e decisões para atender as necessidades educacionais vigentes.

Dessa forma, os conselhos escolares têm por objetivo assegurar a participação da comunidade no processo educacional, auxiliando e apoiando a equipe gestora nas instâncias pedagógica, administrativa e financeira. Seu principal papel social é reunir-se para compartilhar ideias, propor soluções aos problemas reivindicando os direitos, fiscalizar a execução dos recursos, verificar o cumprimento do calendário escolar, participar da construção da proposta pedagógica, apropriar-se dos resultados das avaliações internas e externas.

Para que esta participação seja efetiva, são necessários meios e condições adequadas à participação. Para realização de um trabalho efetivo, é necessário que seus membros tenham compromisso para desenvolver um trabalho coletivo baseado no diálogo para propiciar a superação das dificuldades favorecendo a democracia, a transparência e a participação de todos com o intuito de tornar a escola mais autônoma.

Os Conselhos Escolares, ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do Projeto Político-Pedagógico das escolas acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar,

no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira.

6 Considerações Finais

Todos os esforços empreendidos no sentido de democratizar a gestão escolar dos anos 1990 para cá têm esbarrado na questão da participação efetiva de todos que fazem o dia a dia da escola. Participar da gestão escolar não é algo fácil quando se tem origens culturais de uma ditadura como a que tivemos.

Há bem pouco tempo saímos de um regime militar que podoi a participação do povo brasileiro. Romper com essa cultura torna-se um desafio para gestores educacionais, pois trabalhar coletivamente não é fácil. Entender que o outro também tem capacidade para opinar é uma dificuldade, pois governar com outros é difícil.

Pode-se dizer que por meio da legislação educacional avançamos muito. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, o PNE-Plano Nacional da Educação n.º 10.172/2001 e outros documentos que regem a gestão do sistema educacional de acordo com o regime democrático do país. Entretanto, as leis apenas apontam caminhos. É necessário fazer com que estas aconteçam.

A criação de instrumentos de gestão democrática, a exemplo da Eleição de Diretores e do Conselho Escolar, muito contribuiu para implantar esse tipo de gestão nas escolas públicas. Entretanto, participar efetivamente é mais complexo do que implantar.

Sobre a função deste colegiado, percebe-se que esta ainda é limitada à fiscalização de recursos. Esta não é a única função do Conselho Escolar. Suas funções são bem mais abrangentes.

A consolidação dos Conselhos Escolares acontece juntamente com a Gestão Democrática, esse processo envolve toda a comunidade escolar que mobiliza e se esforça para atingir os objetivos. Esse processo fortalece a autonomia das unidades de ensino, possibilitando a construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico, amplia a participação dos pais no acompanhamento sistemático da educação das crianças, assim como a transparência nas ações, prestações de contas e avaliações permanentes que favorecem a garantia de efetivação da gestão com foco na qualidade do ensino.

A democracia se constrói no cotidiano escolar, por isso a participação permanente é importante e deve ser construída coletiva e diária-

mente. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, desde 2004, tem promovido cursos de extensão formando técnicos das secretarias, professores e conselheiros no sentido de conscientizar os conselheiros de sua importância. Mas romper com a cultura da não participação não é uma tarefa simples. Requer antes consciência, compromisso e disponibilidade. Pois esta não é uma atividade remunerada, mas política.

Nesse sentido, urge a necessidade de conscientizar o gestor escolar da importância do Conselho Escolar na gestão. O diretor deve aprender a compartilhar a gestão através da delegação de tarefas. Isto requer mudança na cultura da participação.

Referências bibliográficas

ALVES, Andréia Vicência Vitor. Para que fortalecer os Conselhos Escolares? In: Web Revistas Diálogos & Confrontos Revista em Humanidades. ISSN-2317-1871-vol.01-1.º semestre – Jan.Jun/2012. Disponível em: <http://www.uems.br/dialogoseconfrontos/Arquivos> Acesso em: 30 dez. 2013.

ANTUNES, Ângela. Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escol cidadã;v.8)

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 9º ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000. BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília: MEC, SEB, 2004 vol. 5. p. 60

BRASIL. Conselhos Escolares. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 28 dez. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 4.ªed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCK, Heloisa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político da escola – uma construção possível. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas – SP: Papirus, 1995.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica: política e gestão da escola. Fortaleza: Liber Livro, 2008.

Contribuições do curso de extensão a distância Formação Continuada em Conselhos Escolares Fases I e II na formação do professor

Débora dos Santos Góis

1 Introdução

Percebe-se que a sociedade, representada no ambiente escolar pela família, ainda compreende a educação formal como própria da figura do professor. A instituição escolar acaba por validar este pensamento quando não torna a educação uma parceria entre a escola e a família. A efetiva gestão democrática ocorre quando a família conhece o espaço educativo que ela integra e divide as decisões, reflete sobre o melhor funcionamento e direcionamento pedagógico, financeiro, estrutural e principalmente construir o projeto político pedagógico da escola.

Como professora da rede municipal de ensino de Fortaleza, vivenciamos, de forma particular, o quanto as decisões ainda estão centradas na gestão representadas pelo diretor e pelo coordenador. A gestão democrática não ocorre, sendo o conselho escolar, quando existente, apenas o grupo de representantes da comunidade escolar que atuam na fiscalização dos gastos e das despesas da instituição.

A partir do curso de extensão a distância Formação Continuada em Conselhos Escolares fase I e II ofertado pelo Instituto UFC (Universidade Federal do Ceará) Virtual percebe-se a importância de um conselho escolar atuante e centrado, não somente na sua função fiscalizadora mas também na função pedagógica.

Neste artigo, buscamos destacar as principais funções do Conselho Escolar e sua relevância no contexto pedagógico e para uma melhor prática do educador em sala de aula apresentando os textos produzidos para confecção dos portfólios do curso.

2 O Ensino a distância

O ensino na modalidade a distância vem conquistando cada vez mais adeptos. Vivenciar pedagogicamente esta experiência amplia o olhar so-

bre a educação e suas diversas possibilidades. A presença da multimídia e dos recursos que a internet disponibiliza para a educação ampliou a clientela dessa modalidade de ensino. Pensar em situações de aprendizagem onde os cursistas estão localizados em diversas partes e distintas regiões do país, compartilhando vivências, cada um com suas especificidades e contribuições é muito interessante e enriquece o aprendizado de forma que nenhuma outra modalidade oferece.

A Educação a Distância (EAD) se caracteriza por essa mudança de espaço pedagógico de aprendizagem. Essa separação especial entre professor e aluno é contornada através do uso do computador, a principal ferramenta tecnológica na EAD. Havendo também os momentos presenciais obrigatórios estabelecidos previamente. O conceito de EAD no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, artigo 1º (BRASIL, 2005):

[...] caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.

A democratização do ensino superior gratuito e público no Brasil foi um dos objetivos na utilização da EAD. O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 para:

[...] o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país". Fomenta a modalidade de Educação a Distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos, e estimula a criação de centros de formação permanentes, por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

É importante garantir a qualidade do ensino a distância, procurando não fazer um ensino massificador, apenas técnico para suprir a necessidade do mercado de trabalho e de uma formação superior. Um dos fatores principais no ensino é a construção da autonomia e a transição do saber originado do senso comum para o saber científico e reflexivo.

O professor que atua na EAD tem um papel fundamental no processo de aprendizagem. O fato de não haver uma sala de aula física, não dispensa a figura do professor ou tutor. Sua mediação é fundamental para um positivo processo de ensino e aprendizagem.

É importante ter clareza de que educação se faz com e para pessoas. Por trás de um software inteligente, de um impresso instigante, de uma página multimídia bem montada, de um vídeo motivador, existem a competência e criatividade de educadores e de outros profissionais comprometidos com a qualidade da educação (p.8).

Além da interação professor/aluno, a troca de vivências e diálogos entre os alunos, ajuda a socializar o conhecimento e as reflexões aprendidas pelo grupo, unindo assim os alunos e auxiliando nesta característica solitária da EAD. É importante que os materiais e textos disponíveis no curso a distância sejam abertos as diferenças regionais e locais, pois a reflexão do aluno para sua prática e realidade, fazer esse link é garantir o aprendizado significativo e multicultural.

Na educação a distância, o modelo de avaliação da aprendizagem do aluno deve considerar seu ritmo e ajudá-lo a desenvolver graus ascendentes de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos. (p.13).

Sabemos que não é tão fácil estudar a distância, pois exige disciplina, organização de tempo, estímulo pessoal, interesse pelo assunto estudado e objetivo de concluir o curso com êxito. A EAD veio para oportunizar a autonomia do próprio estudante e seu crescimento pessoal e profissional independente de sua classe social, e região onde vive. Veio auxiliar na democratização do ensino e na oportunidade de vivências para a construção de uma sociedade mais justa onde a cidadania seja garantida.

3 Curso de Extensão e Formação Continuada em Conselho Escolar Fases I e II

Através do Edital de número 001/2012 lançado pelo Instituto UFC (Universidade Federal do Ceará) Virtual em convênio com o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Básica (SAEB) foi ofertado 500 vagas, sendo 46 vagas destinadas para o Estado do Ceará. A inscrição foi realizada através de inscrição on line e preenchimento de formulários e envios de documentação comprobatória de vínculo com as Secretarias Regionais de Educação, Centros Regionais e/ou Secretarias Estaduais.

O curso tem a carga horária total de 80 horas distribuídas em 5 meses. Durante o curso foi estudado, além de outros materiais, os primeiros 5 cadernos instrucionais do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica do

Ministério da Educação, por meio da Coordenação-Geral de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, como uma ação para a implantação do Programa, sendo estes:

- Caderno 1-Conselho Escolar: democratização da escola e construção da cidadania;
- Caderno 2-Conselho Escolar e aprendizagem na escola;
- Caderno 3- Conselho Escolar, o Respeito e a Valorização do Saber, da Cultura do Estudante da Comunidade;
- Caderno 4- Conselho Escolar e o Aproveitamento Significativo do Tempo Pedagógico;
- Caderno 5- Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e Escolha do diretor; Caderno de Consulta.

Sabe-se que a procura de resumir o curso em poucas linhas é impossível, mas aqui buscaremos salientar aspectos gerais e principais ao conhecimento do professor.

O curso de Extensão e Formação Continuada em Conselho Escolar Fase II em 2012 foi aberto através do edital 002/2012 onde foram ofertadas 500 vagas sendo 46 para o estado do Ceará. O curso teve duração 100 horas distribuídos em 6 meses e foram estudados os seguintes cadernos:

- Caderno 6 – Conselho Escolar como Espaço de Formação Humana: círculo de cultura e qualidade da educação;
- Caderno 7 – Conselho Escolar e o Financiamento da Educação no Brasil;
- Caderno 8 – Conselho Escolar e Valorização dos Trabalhadores em Educação;
- Caderno 9 – Conselho Escolar e a Educação do Campo;
- Caderno 10 – Conselho Escolar e a Relação entre a Escola e o Desenvolvimento com Igualdade Social.

As inscrições estiveram abertas no período de 1 a 15 de Agosto de 2012 e as etapas foram basicamente as mesmas do Curso de Extensão em Conselhos Escolares Fase I citado anteriormente.

4 O que são Conselhos Escolares?

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito da escola. O Conselho Escolar compreende-se na efetivação da construção do Projeto Político Pedagógico da Escola em sua

efetivação, garantindo uma autonomia da escola através da gestão democrática e de uma perspectiva emancipadora.

Devemos compreender que o Conselho Escolar tem uma natureza essencialmente político-educativa, visando construir uma educação de qualidade social. Para o exercício destas atividades os Conselhos Escolares tem as seguintes funções:

1. Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político pedagógico da escola; elaboração de normas internas sobre o pedagógico, administrativo e financeiro; encaminham problemas e decidem sobre o funcionamento e a organização geral da escola.
2. Consultivas: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as diversas demandas da escola, sugerindo soluções a serem verificadas pela comunidade escolar;
3. Fiscais: através do acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas e a qualidade social do cotidiano escolar.
4. Mobilizadoras: quando promovem a integração entre todos os segmentos da escola com a comunidade local nas atividades cotidianas da escola, efetivando a gestão democrática e a melhoria da qualidade social da educação.

O Plano Nacional de Educação cita que deve-se “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes” portanto cabe ao diretor da escola a iniciativa de sua criação através da convocação de todos para a organização das eleições do colegiado. Devem fazer parte do Conselho Escolar: a direção da escola, a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis dos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não-docentes e da comunidade local. O Conselho Escolar deve-se pautar pela efetiva participação dos membros, sua representatividade, disponibilidade e compromisso.

4.1 Principais funções do Conselho Escolar

Por motivo de organização e planejamento de suas ações, o Conselho Escolar primeiramente deverá elaborar seu Regimento Interno do Conselho Escolar, definindo neste suas ações importantes e regras a serem cumpridas. Em seguida deve elaborar, discutir e aprovar, com toda a comunidade escolar, o Projeto Político Pedagógico da escola. Aprovar o plano anual feito pela direção da escola sobre a programação do uso dos recursos financeiros.

Como foi citado no início deste trabalho, buscaremos aqui explicitar

os principais aspectos do Conselho Escolar no que refere-se a parte pedagógica mais diretamente, mas não descontextualizando-a pois sabe-se que todos os aspectos existentes na instituição escolar interferem na prática pedagógica do professor e no aprendizado dos alunos.

Portanto, dentre as diversas funções do Conselho Escolar poderemos destacar ainda: acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando a qualidade social da educação escolar; propor e coordenar discussões junto aos segmentos e votar as alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente; promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura da comunidade local; propor e coordenar alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo do tempo e dos espaços pedagógicos na escola.

Como vemos, a importância do Conselho Escolar é enorme. A partir do momento em que é uma ferramenta para busca de autonomia e mudanças positivas no cotidiano da escola. Desempenham atividades articuladas com a comunidade escolar e sociedade para que a escola desempenhe sua função para uma sociedade justa e igualitária.

5 Conselho Escolar e a aprendizagem na escola.

Quando se pensa na qualidade da educação, vem a memória a qualidade das notas dos alunos da escola. A pesquisa sobre o que vem ser a real qualidade na educação traz outra dimensão e olhar, olhar este que envolve todos os sujeitos da instituição escolar e outros aspectos: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar e acesso, permanência e sucesso na escola.

O Conselho Escolar tem o papel de se comprometer com o processo educacional e político da escola. Sua função é político-pedagógica a partir do momento em que define um determinado tipo de educação. Seu caráter político é de estabelecer as transformações desejáveis na prática educativa escolar, com ações conscientes e intencionais que visam manter ou transformar a sociedade e pedagógica porque estabelece mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça.

Cabe ao Conselho, investigar a realidade no qual a escola está inserida e indicar caminhos que levem a mudança positiva da realidade social e educacional do grupo. Mas não existe um modelo de qualidade,

quem pode definir bem e dar vida às orientações gerais sobre qualidade na escola é a própria comunidade escolar de acordo com seus contextos socioculturais e locais

É importante ressaltar que não cabe somente a ação dos professores para que ocorra essa mudança desejada e sim todos os sujeitos que fazem parte da escola. Através do PPP (Projeto Político Pedagógico) pode-se definir um planejamento coletivo de resgate a unidade do trabalho escolar e garantir a integração das ações para garantir que não haja uma divisão entre os que planejam e os que executam, assim como a separação de funções não pode causar nos sujeitos uma individualização do seu papel.

Assim, a escola deve buscar uma forma de estruturação que articule um novo espaço de socialização e vivência no qual as experiências culturais significativas dos sujeitos que dela participam, possam legitimamente se expressar, se respeitar, debater opiniões e ideias.

É preciso que o conhecimento escolar se constitua no processo ativo de interlocução entre educandos e educadores, tomados na multiplicidade das dimensões cognitivas, afetivas, éticas e estéticas constitutivas do processo educativo que busca a construção de cidadãos ativos e emancipados. A educação emancipadora é foco da escola. Se a escola somente repassar conteúdos, ter sempre boas notas e resultados em avaliações e não preocupar-se em despertar o sentimento de mudança social nos seus educandos, assim como formá-lo político, cultural, antropológico e economicamente, essa escola não tem qualidade e não tem caráter emancipador.

A escola em que trabalho sempre busca evoluir. Preocupa-se e incentiva a formação constante do educador e de funcionários, abre espaço em sua rotina para reuniões periódicas com funcionários, professores e pais. Acredito que está caminhando para uma real qualidade na educação. Percebo que ainda existe bastante a preocupação com as boas notas, colocações nas avaliações. Acredito ser importante, mas não o objetivo central do trabalho pedagógico. Os bons resultados em provas e avaliações devem ser um resultado de um trabalho pedagógico como um todo, isso ocorre como consequência de ações planejadas e direcionadas. Acredito que ainda podemos melhorar no que diz respeito a participação da família na escola. Pois percebo que o perfil das famílias em minha comunidade escolar, em sua maioria, sempre está mais preocupada em procurar os defeitos e falhas da escola a estar disposta a participar ativamente da educação de seus filhos, ajudá-los e cuidar de seus valores humanos, ensinar-lhes a cidadania e contribuir, em parceria com a escola, para o crescimento integral de seus filhos e ou familiares.

6 Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade.

Muitas vezes somos levados, por diversos motivos, a não valorizar os conhecimentos dos nossos alunos. Ainda temos vestígios da educação tradicional, o perfil onde o professor é o que detém o conhecimento e o aluno é aquela figura que assume o papel de receptor dos conhecimentos, como uma folha em branco, onde os saberes externos serão impressos nele. Também a ideia que na comunidade onde a criança vive, os sujeitos que a educam, não tem muito a contribuir. Esses erros frequentes são comuns e algumas vezes, professores ainda defendem este pensamento.

O conhecimento do aluno, aquele que ele já traz, faz parte da sua cultura, da sua formação, faz parte da sua vida, de suas experiências. Estes aprendizados devem ser respeitados pela escola como um todo, devem ser utilizados como entradas para outros saberes e interesses. O universo sócio – cultural do aluno deve ser um elemento desencadeador da aprendizagem do conteúdo curricular.

Nas últimas décadas, os estudos voltados para o campo do currículo têm enfatizado questões como a diversidade cultural e a identidade sociocultural dos diferentes grupos sociais que compõem as sociedades contemporâneas. Esses estudos partem do reconhecimento de que as tendências mundiais de globalização, que se refletem também processo de formação das comunidades sociais, têm levado os educadores a reconsiderar o conhecimento escolar em uma sociedade multicultural. Dessa forma, tem havido um crescente interesse em ampliar o currículo escolar usualmente restrito às tradições culturais hegemônicas de forma que estudantes de diversos grupos étnicos, culturais e sociais possam ter seus valores culturais reconhecidos pela escola.

A proposta de construção curricular sob a perspectiva multicultural busca incluir manifestações culturais não tradicionais à escola ou de professores, fazendo com que o espaço de aprendizagem se transforme também em espaço de reconhecimento e valorização de culturas de grande parte do alunado e de seus familiares.

O conhecimento pode ser entendido como um produto ou como um processo. Esse entendimento perpassa pelo entendimento de educação, de sociedade e de pessoa humana. Esses conceitos devem estar bem claros na vida do educador e na prática do Conselho Escolar.

O Conselho Escolar tem a função de garantir educação aos estudantes. Contribuindo para que se tornem sujeitos autores de suas vidas, criar oportunidades para que eles decidam, pensem, tornem-se livres, respon-

sáveis, autônomos e emancipados.

O Conselho Escolar pode contribuir para que a escola consiga trabalhar com uma educação construtiva, onde buscará unir todos os saberes, saber erudito, científico, com o saber do estudante e da comunidade em um só objetivo: garantir a autonomia do aluno.

Dentre as funções do Conselho Escolar para ajudar a garantir essa educação multicultural temos:

- Acompanhar, avaliar e apoiar o compromisso da escola com o saber e a cultura do estudante e da comunidade;
- Proporcionar o encontro de saberes ampliando plenamente a aprendizagem dos estudantes;
- Vigilância crítica, acompanhamento e apoio a presença do saber e da cultura do estudante no processo didático – pedagógico da escola;
- No coletivo auxiliar a integração no currículo o patrimônio cultural da comunidade;
- Trazer os pais para o convívio da escola, buscando formas de conseguir a adesão da família que tem a tarefa de levar o educando a desenvolver atitudes positivas e duradouras com relação ao aprender e ao estudar;
- Incorporar no Projeto Político Pedagógico, os projetos da comunidade para a preservação do seu valor cultural.

Trazer para a escola o respeito a diversidade cultura, as diferenças, o diálogo, e saber apreender o que o aluno traz de cultura e de formação é de extrema relevância para o exercício da cidadania, garantia dos direitos humanos e do respeito a formação individual do sujeito aprendente.

7 Considerações Finais

Acreditamos na possibilidade de o conselho tornar-se um instrumento de participação da comunidade na escola e no processo de descentralização de decisões, de forma a tornar a escola um espaço cada vez mais democrático. Na política educacional cearense, percebe-se o reflexo dessa tendência de ação ligada à democratização das relações nas escolas com a criação, no plano municipal, dos Conselhos Escolares, possibilitando, com esse instrumento, a abertura de um canal de comunicação entre escola e comunidade, uma vez que no seu interior estão representados diferentes segmentos sociais, e também podendo tornar aquela um espaço político de construção da verdadeira cidadania.

A democratização da Escola implica o aprendizado e a vivência do exercício de participação e tomadas de decisões, tratando-se de um pro-

cesso a ser construído coletivamente. Ela requer uma mudança de postura, outra forma de participação na Escola, que envolve uma discussão a respeito da finalidade da escola, dos seus mecanismos de participação, das suas ações e metas.

É importante ressaltar que não cabe somente a ação dos professores para que ocorra uma mudança desejada e sim todos os sujeitos que fazem parte da escola. Através do PPP (Projeto Político Pedagógico) pode-se definir um planejamento coletivo de resgate a unidade do trabalho escolar e garantir a integração das ações para garantir que não haja uma divisão entre os que planejam e os que executam, assim como a separação de funções não pode causar nos sujeitos uma individualização do seu papel.

Sabemos que a implementação dos Conselhos Escolares no Brasil tem vivenciado diversas dificuldades em sua consolidação. Existem dificuldades referentes aos limites e contradições encontradas na legislação brasileira; as contradições no próprio âmbito da atual política governamental, principalmente a municipal, que estabelece programas de gestão com concepções distintas e contraditórias quanto às possibilidades de participação da comunidade na escola; a existência de um modelo híbrido de burocracia patrimonial no país; e dificuldades de ordem prática, que dificultam a participação da comunidade no cotidiano dos Conselhos Escolares.

Consideramos que o fortalecimento da gestão democrática da escola passa necessariamente pela consolidação dos Conselhos Escolares e pela “partilha” do poder entre governo, comunidade escolar e local, o que tem como potencialidade a ampliação da qualidade social da educação no país.

Entretanto, ao discutirmos possibilidades de participação e gestão democrática na escola, é importante que não tomemos as questões da educação, do ensino e da sociedade, como sendo problemas locais, passíveis de serem resolvidos pela comunidade escolar, apenas no espaço doméstico, sem levar em consideração as determinações e o contexto mais amplo da sociedade. Entendemos como fundamental não perdermos de vista a importância das lutas históricas empreendidas pelos movimentos de trabalhadores e educadores contra as desigualdades sociais e em favor da escola pública para todos.

Entendemos que os Conselhos escolares, ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no en-

frentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira.

Concluir essa formação em Conselhos Escolares foi bastante rica e trouxe muitos conhecimentos e reflexões sobre vários aspectos. O assunto educação é complexo e abrange diversas áreas e assuntos. Aprender sobre o Conselho Escolar, sua importância e suas funções, causou como educadora, um sentimento de foco, de maior compromisso no olhar e no agir na profissão de professor, onde muitas vezes sem confunde com tantas outras e que apesar das enormes dificuldades e especificidades, nos traz realizações e desejo de uma educação de melhor qualidade, de maior abrangência significativa para os educandos e que esta gere mudança de pensamento, de atitude, de sociedade.

Referências Bibliográficas

Caderno Instrucional Conselhos Escolares: Uma estratégia da gestão democrática da educação pública. Caderno 2 – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – 2004.

Indicadores da Qualidade na Educação. / Ação Educativa. Unicef, PNUD, Inep – MEC (Coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf. Acesso em: 29 de setembro de 2012.

Disponível em :http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Educacao_Arte_e_Historia_da_Cultura/Publicacoes/Volume5/A_Escola_e_a_Cultura_do_Jovem_de_Periferia.pdf – Acesso em: 06/12/2012

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade caderno 3(Programa de Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares)– Brasília: MEC, SEB,2004

AGUIAR, Márcia Ângela da S. Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares. Educar em Revista. [online]. Curitiba, n. 31, p. 129-144, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09.pdf> Acesso em: Janeiro, 2013.

ALMEIDA, Janaina A. de M. Os Conselhos Escolares e o Processo de Democratização: História, Avanços e Limitações. 2006, 245f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, UFP/PR, Curitiba. Disponível em: Endereço:http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss_05_05.pdf; Acesso em: 18/09/2012

Caderno Instrucional Conselhos Escolares: Uma estratégia da gestão democrática da educação pública. Caderno 2 – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – 2004.

Indicadores da Qualidade na Educação. / Ação Educativa. Unicef, PNUD, Inep – MEC (Coordenadores) - São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf Acesso em: 29 de setembro de 2012. Endereço:http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Educacao_Arte_e_Historia_da_Cultura/Publicacoes/Volume5/A_Escola_e_a_Cultura_do_Jovem_de_Periferia.pdf – Acesso em: 06/12/2012

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade caderno 3(Programa de Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares)– Brasília: MEC, SEB,2004.

Educação a distância e sociedade: Democratização, universalização e interiorização da formação e do conhecimento; Renata Gomes da Silva e Eloiza Gomes de Oliveira. Disponível em: <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/Trabalhos/171-1039-1-ED.pdf> ; Acesso em: 29 de março de 2014.

Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Lucineia Alves Disponível em:http://solarpresencial.virtual.ufc.br/arquivos/curso/1209/educacao_a_distancia_conceitos_e_historia_no_brasil_e_no_mundo.pdf; Acesso em: 28 de março de 2014.

Referenciais de qualidade para a cursos a distância. Ministério da Educação – Secretaria de educação a distância; 2003.

A importância da formação continuada dos organismos colegiados na consolidação da gestão democrática da escola

Rogério Silva Cardoso
Jullio da Costa Batista Parente
Raul Silva Júnior
José Gláuber Lemos Diniz
Helga Sammya Furtado de Oliveira

1 Introdução

Este artigo está contextualizado em um ambiente caracterizado pela rigidez e hierarquização no que concerne à gestão escolar. Por esta razão, as tomadas de decisão eram sempre centralizadas nas mãos do diretor, não havendo espaço para o debate e para a discussão que envolvem os agentes da escola. Em se tratando também de escolas privadas ligadas à Igreja Católica, podemos verificar as mesmas características de gestão prevalentes.

No serviço público estadual, uma gama de novas informações acerca da democratização escolar passaram a nortear as práticas de gestão. Na escola pública apontavam como diretriz a busca por uma ação pedagógica coletiva, direcionada para ouvir a todos os segmentos que compõem a escola afim de construir uma gestão plural e embasada nos princípios da liberdade, autonomia e participação dos sujeitos. Mais tarde, intensificaram-se os desafios de conduzir democraticamente a educação, de mediar os conflitos e interesses que perpassam o cotidiano escolar e contribuir para a concretização de uma escola mais igualitária e humanizada.

Em 2009, ampliou-se a importância do funcionamento efetivo dos organismos colegiados na escola, tais como o Conselho Escolar, a Unidade Executora, o Grêmio Estudantil e a Associação de Pais de Alunos. Ampliaram-se as ações de formação, informação e consolidação para atuação desses organismos, procurando fornecer subsídios adequados a um protagonismo consciente, eficaz e transparente por parte dessas entidades. Entretanto, apesar dos esforços nos membros eleitos em cada um dos organismos colegiados em contribuir ativamente para a consecução dos objetivos promulgados no Projeto Político Pedagógico – PPP

e colaborar para a materialização de uma escola realmente democrática, faltava-lhes a fundamentação teórica adequada para dar suporte a ação referente aos cargos que ocupam.

Assim sendo, a presente artigo tem como objetivo pontuar a importância dos organismos colegiados para a condução democrática do PPP da escola, tendo como referência as leituras oficiais e trabalhos acadêmicos que versam sobre a referida temática. Esse artigo principia levantando o trajeto histórico da ascensão dos organismos colegiados no cenário escolar brasileiro, com destaque para a atuação dos Conselhos Escolares. Em seguida, apresenta a contribuição de alguns autores na conceituação dos organismos escolares e na definição da importância do papel dos agentes neles envolvidos. Na seqüência, explicita o Plano de Ação propriamente dito, com seus objetivos, metas e ações, avaliação e monitoramento, finalmente, as considerações finais que não pretendem dar a palavra definitiva sobre o assunto, mas somente uma contribuição ao universo tão amplo da gestão escolar.

2 Fundamentação Teórica

2.1 História dos Movimentos Sociais no Brasil

A presente reflexão principia retomando de forma bastante sucinta a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, tendo como foco o período correspondente às décadas de 1970 e 1980, que correspondem ao ápice desta jornada. De acordo com a retrospectiva histórica traçada por Córdova (2003), o sistema educacional brasileiro instituiu-se na década de 1930, momento em que são formalizados organismos decisórios como ministérios, secretarias estaduais e outros órgãos, bem como instrumentos jurídicos e administrativos a fim de regulamentar a ação educativa (leis, marcos regulatórios, planejamento e políticas educacionais). O objetivo desta formalização era dar organicidade e funcionalidade às estruturas de governo voltadas para a educação.

Ainda de acordo com Córdova (2003), este período coincide, também com a derrocada da "República Velha" e a emergência de um novo momento político, econômico e social no país, que dava os primeiros passos no processo de industrialização. Surge em 1932, um movimento engendrado por uma elite intelectual, composta de literatos e acadêmicos que ficou famoso pela elaboração do "Manifesto dos Pioneiros". Essa corrente defendia a educação para todos, pública, gratuita e de qualidade, que tem reflexos nas idéias da "Educação Nova"¹, cujos princípios ressoam também na contemporaneidade.

Conforme a concepção histórico-sociológica de Gonh (2001) a década de 1930 introduz algumas garantias concernentes ao direito à educação, presentes na Carta Magna de 1934, conquanto, a alternância entre regimes políticos democráticos e ditatoriais compromete o pleno florescer dessas conquistas embrionárias. De igual modo, seguindo a visão de Gonh (2001) devemos citar como outro progresso legal no campo da educação, o projeto de lei que cria as diretrizes e bases da educação brasileira que após treze anos de discussões é, finalmente aprovada em 1961 como a Lei 4.024.

Para Paro (2000), a não-materialização da expectativa de uma educação libertadora, frustrou grandes camadas da população, fazendo surgir movimentos de confrontação e questionamento frente ao projeto de educação oficial em curso. Em 1960, vem à tona um movimento que propunha a rejeição dos métodos tradicionais de alfabetização, apresentando propostas alternativas de uma educação de caráter popular. Esta tendência ficou conhecida como Movimento de Educação de Base – MEB e concentrava-se na educação de adultos baseada em uma metodologia desenvolvida pelo educador-pedagogo Paulo Freire, com forte influência sobretudo no Nordeste do país.

Também nesta década, adentrando os anos de 1970, eclodem movimentos estudantis contra a ditadura, seguidos de forte repressão militar. Registrem-se também, os movimentos de professores por melhores salários e condições de trabalho e as reivindicações de mães por creches para seus filhos, visto que parcelas maiores da população feminina passam a ocupar postos no mercado de trabalho. Conforme Albuquerque (1994, p.18)

Os anos 70 foram, no Brasil, tempos de profundas mudanças econômicas, políticas e culturais, que provocam a emergência vigorosa de novas demandas sociais. O Estado burocrático e autoritário, que se estabeleceu com a ditadura militar, fechou, no entanto, até mesmo os precários canais de expressão e de negociação de interesses e conflitos mantidos pelo populismo. Nesse contexto de ausência de canais de interlocução, emergem os movimentos sociais. Sua ação abre novos espaços ou “lugares” para a ação política. Na ausência de espaços legítimos de negociação de conflitos, o cotidiano, a música, o cinema, o local de moradia, a periferia, o gênero, a raça tornam-se espaços e questões públicas, lugares de ação política, constituindo sujeitos com identidades e formas de organização diferentes daquelas do sindicato e do partido.

Neste cenário de efervescência social, apesar das especificidades

¹A “Educação Nova” teve como principais expoentes no Brasil; Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Cecília Meireles. Esse movimento político-filosófico defendia a igualdade entre os homens e direito universal à educação.

dos grupos engajados, os atores que compunham o campo movimentalista (movimentos populares e sociais, movimento sindical e pastorais sociais) tinha em comum a reivindicação por uma maior participação por parte da sociedade civil nas decisões da política no país. Nesta direção, vivencia-se uma espécie de alargamento do conceito de cidadania, passando esta não mais a ser vista como uma mera outorga do Estado à sociedade civil, mas como a produção da ação consciente dos sujeitos na luta por ampliação de sua própria participação nos rumos da vida pública. A esse respeito, afirma Xavier (2000, p. 56)

A cidadania não pode ser concebida apenas como integração à sociedade e reciprocidade entre direitos e deveres. Admiti-se que a conquista de direitos historicamente perseguidos pode contribuir para a reprodução e legitimação do Estado. Contudo, o alargamento da cidadania não é uma concessão do Estado, mas é um bem público, onde cidadãs e cidadãos não passem por meros consumidores e usuários, mas sujeitos de sua própria construção histórica.

Ainda neste momento histórico, emergem experiências pioneiras de gestão popular no âmbito institucional, quais sejam, aquelas vivenciadas em municípios em que governos de Frentes Populares e partidos de esquerda estavam no poder. Podemos mencionar entre estas experiências as verificadas nos municípios de Lages (RS), Pelotas (RS), Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Diadema (SP) e São Paulo (SP). Neste sentido, a iniciativa popular é o combustível que alimenta as atuações coletivas que diferenciam-se por suas cores e filiações partidárias, tendo, conquanto a aspiração comum da luta por igualdade social e acesso popular à educação. A participação popular é endossada, então pela movimentação de toda uma gama de grupos sociais formados por organizações de direitos humanos, movimentos urbanos, comunidades eclesiais de base atrelados ao Catolicismo, movimentos de mulheres, negros, dentre outros, constituindo a base de apoio contra a ditadura militar.

Esses movimentos, organizados contra a política da ditadura, alojaram-se nas frestas deixadas no espaço político restrito, controlado pelo regime militar, criando novos espaços de comunicação com as instâncias públicas pelas quais os excluídos social, política e culturalmente pudessem construir suas identidades e enfrentar o autoritarismo elitista vigente.

Não há, neste momento, coesão definitiva entre estes movimentos. Cada um deles expressará ensejos e reivindicações típicas de seus participantes, pautados em diferentes enfoques de luta (questões éticas, necessidades imediatas, educação, dentre outras). (DOIMO, 1995, p. 120)

Concomitantemente ao fortalecimento desses movimentos sociais, desponta a atuação dos organismos colegiados dotados de funções deliberativas, consultivas e de controle social, tais como os Conselhos Gestores, de políticas, dos Conselhos de Equipamentos Sociais, Câmaras Setoriais, Comitês Populares e Audiências Públicas.

A Assembléia Constituinte causou grande mobilização de diversos setores da sociedade na construção da nova Carta Magna. No fórum de Educação na referida Constituinte, tornou-se conhecido um “Manifesto à Nação” que advogava entre seus princípios básicos a democratização da escola. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, vem à lume a questão da democracia na esfera da escola com a proposição em seu art. 206 inciso VI, da: “gestão democrática do ensino público na forma da lei.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, p. 18).

Essa conquista que há muito era uma das reivindicações de diversos setores organizados da sociedade, abre caminho para a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Plano Nacional de Educação. A nova LDB (9394/96) dá ênfase a participação popular na consolidação da escola pública e de qualidade (inciso VIII do art. 3º). Em 2001 foi instituído o Plano Nacional de Educação, com foco na participação efetiva dos profissionais da educação e da comunidade escolar em geral na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Esse documento caracteriza e identifica as concepções de educação propostas em cada unidade de ensino. Nesse momento, foi proposta também, a formação de Conselhos Escolares ou equivalentes como esferas de deliberação coletiva e canais de materialização da democracia escolar.

Tanto a Constituição de 1988 quanto a LDB propuseram a descentralização administrativa do sistema e a autonomia da escola e da universidade. Determinaram ainda, o compartilhamento de responsabilidades entre as três esferas de governo no que tange ao sistema de ensino. A união caberia a manutenção do Ensino Superior; aos estados e municípios, a organização da educação básica, em regime de colaboração. (Art. 206, inciso IV e art. 211).

Neste ambiente de mudanças, havia grande expectativa por parte daqueles setores que sentiam-se marginalizados historicamente dos direitos sociais em promover a abertura do Estado. A busca por manter novas relações com o Estado e a possibilidade de construção e negociação com o mesmo anima a sociedade civil na busca por maior participação na gestão pública. Os movimentos sociais desejavam, de fato, uma partilha do poder entre o Estado e a sociedade civil, e esta conquista dependia da mobilização no sentido de transformar suas demandas em propostas políticas concretas.

Com o caso do regime de exceção nos anos de 1980, tem início o processo de restabelecimento da democracia, em um contexto de crise econômica e conflitos sociais. Durante o I Congresso Mineiro de Educação (1993) inicia-se a mobilização pela democratização a bandeira das reivindicações por eleições diretas para diretores, além da gestão colegiada com a efetiva participação de todos os membros da comunidade escolar na estruturação do projeto escolar.

Tendo esta realidade como passo de fundo, apresenta-se a figura dos Conselhos Escolares como instâncias decisórias baseadas na escuta de representantes de todos os setores que compõem a escola. Os Conselhos Escolares são uma proposta de compartilhar a tomada de decisões, de envolver a comunidade escolar na busca por uma escola igualitária e de qualidade. A esse respeito, Luz (2000, p. 30) sugere que:

Os Conselhos Escolares emergem como mais um direito de cidadania, onde os segmentos sociais mais diretamente ligados à educação tais como pais, professores, estudantes, funcionários, como administrativo e comunitários, possam tornar-se co-partícipes nas ações da escola.

Diante da trajetória social e política que expomos, podemos verificar a correlação de forças entre o Estado e a sociedade civil organizada. De um lado, os diversos grupos sociais exercendo pressão sobre o Estado a fim da garantia da ampliação de direitos e da consolidação da democracia, e de outro, o Estado e de outros setores que tradicionalmente exerciam papel autoritário em relação aos movimentos sociais. É nesta conjuntura que os conselhos escolares surgem como um conjunto de vozes que buscam quebrar o som uníssono do autoritarismo, da burocratização e da verticalidade nas decisões e concretizar uma gestão pública realmente plural e democrática.

3 Organismos Colegiados e Gestão Democrática da Escola

A fim de compreender a presente denotação dos conselhos na estrutura e gestão das organizações públicas, faz-se necessário recuperar o significado histórico que o termo adquiriu ao longo dos tempos.

Assim sendo, o presente capítulo tem como objetivo delimitar os significados e papéis que os conselhos desempenharam ao longo da evolução histórica e, mais detidamente na história da educação brasileira.

Os primórdios e a constituição dos conselhos são o produto de um processo de construção histórica e social que mistura-se à própria evolução da política e da democracia. Os conselhos surgem como resposta

aos desafios impostos pelos conflitos sociais. “A institucionalização da vida humana gregária, desde seus primórdios, foi sendo estabelecida por meio de mecanismos de deliberação coletiva.” (BORDIGNON, 2004, p. 13).

As pesquisas históricas sustentam que já há três milênios atrás, o povo hebreu, criador do monoteísmo, os clãs visigodos e as cidades-Estados Greco-romanas experimentavam a condução da vida pública por meio de conselhos. De acordo com Bourdignon (2004, p. 13) “A Bíblia registra que a prudência aconselhara Moisés a reunir 70 anciões ou sábios para ajudá-lo no governo de seu povo, dando origem ao Sinédrio, o Conselho de Anciões do povo hebreu.”

Entre os séculos IX e VII a.C., na formação das cidades-Estados gregas, com o surgimento de conflitos sociais, decorrentes das disputas geradas pela complexificação da vida social, a mediação e resolução destas disputas não podia mais ser efetivada pela recorrência a uma autoridade superior como fora detectado em outras épocas, mas somente pela via da deliberação comunitária, realizada nos espaços públicos.

Nas comunidades primitivas, o princípio da sabedoria e do respeito resultantes da virtude, alicerçava a autoridade dos Conselhos de Anciãos, porém no decorrer da dinâmica social, esta categoria de conselhos foram paulatinamente transformados nos Estados Nacionais modernos por conselho de notáveis, assumindo feições tecnocráticas e de assessoria especializada a favor do poder central dos governos.

Na escolha dos membros dos conselhos “modernos” o parâmetro não era mais aquele que elegia “os mais sábios” ou os mais respeitados pela comunidade local, e sim, aquele que privilegiava os mais bem preparados intelectual, econômica ou militarmente. Essa mudança cria conselhos subordinados aos interesses das elites, cuja função passa a ser a legitimação das classes sociais dominantes.

No início do século XX e intensificando-se após a Revolução Russa de 1917, surgem os chamados Sovietes (Conselhos) gestados a partir da formação dos Conselhos Operários em Moscou. Esses conselhos de operários eram caracterizados por uma democracia não-delegada (direta), representantes dos interesses de coletividades concretas em levante contra a autoridade constituída. Segundo Camarão (2004):

Em alguns países podem-se encontrar experiências semelhantes de organização operária, como os Conselhos de Fábrica, na Itália e Alemanha e Comitês de oficinas na Inglaterra. Os aspectos da temporalidade e espacialidade revelam, no decorrer de um contexto histórico, formatos, funções, ideologias, sujeitos e conteúdos políticos e sociais diferenciados de conselhos, existindo não só nas esferas públicas como também nos espaços privados das fábricas. (CAMARÃO, 2004, p. 30).

A concepção de conselho, na atualidade, ainda guarda muito do significado histórico que teve no passado. São instituições que situam-se como pontes e intermediários entre o Estado e a sociedade. Neste sentido, os conselhos apresentam movimento pendular, algumas vezes pleiteando os interesses das elites e oligarquias e em outras (como nos dias de hoje), buscando a participação popular na gestão da coisa pública.

No nosso país, até meados dos anos 80, prevaleceu a idéia que associava os conselhos aos “notáveis” em que a justificativa para a escola era o “notório saber” dos membros escolhidos. Atuando nas esferas estadual, nacional e assumindo caráter governamental, os conselhos hodiernos trabalham sobretudo nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social. A partir da década de 1980, com a intensificação da abertura política e revitalização dos mecanismos democráticos, o desejo de participação popular é engendrado na formulação da Constituinte que após grandes debates, institucionaliza os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil. Tais conselhos, aliam o saber letrado ao conhecimento popular, por meio da inserção de elementos das categorias sociais de base em seu núcleo decisório. Apesar das diferentes composições e dos matizes específicos que os conselhos apresentam dependendo da região, da época ou da conjuntura política, prevalecem nos mesmos as funções deliberativa e de controle social.

No Brasil, remonta ao século XIX a existência dos Conselhos, contudo estes eram no passado bem diferentes dos que hoje conhecemos. Podemos mencionar como exemplos desses organismos, o início do Segundo Império, em 1842; os Conselhos de Ensino no alvorecer do Regime Republicano entre 1911 e 1930 e o Conselho de Educação, predominante no período compreendido entre 1931 até os dias atuais. Os conselhos passam então a assumir papéis bastantes definidos, sobretudo porque:

No decorrer dos anos, e mais detidamente nos anos 1980, as orientações políticas passaram a não se deter apenas na formação de Conselhos estaduais e municipais de educação com o caráter normatizador, consultivo e fiscalizador, no que tange à gestão educacional de um ente federativo, mas, sobretudo, a dirigir a perspectiva para espaços mais próximos da comunidade; as instituições Escolares passam a ser o foco no desenvolvimento da gestão colegiada, mediante a institucionalização de Conselhos Escolares. (CAMARÃO, 2008, p. 32.)

É necessário salientar que apenas depois da promulgação da LDB (9394/96) o Conselho adquire status de elemento componente da festa democrática nas escolas públicas, no Brasil. Conquanto, a Lei deixa a

critério de cada ente federativo a criação, ou não, de uma lei para regulamentar a natureza, finalidade, constituição, eleição, estrutura e funcionamento dos conselhos.

3.1 Os Conselhos Escolares e sua Atuação na Escola Pública Democrática

Os conselhos escolares na educação Básica são atados pela LDB como propulsores da gestão democrática da escola pública. “Têm como pressuposto o exercício de poder, pela participação, das comunidades escolar e local.” (LDB, art. 214), tendo em suas funções os aspectos deliberativo, consultivo, mobilizador e avaliativo. Entretanto, mais que um organismo colegiado atrelado a questões burocráticas e normativas, os Conselhos Escolares representam a dinâmica da escola, a cultura institucional e os valores que ali se processam. A esse respeito, devemos lembrar que:

A gestão democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, não a sua reiteração. Este é o seu maior desafio, pois ela envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico. A abertura dos portões e muros escolares deve estar acompanhada de uma nova proposta pedagógica que a exige. Se as escolas não estiverem predispostas a essa mudança, a gestão e a melhoria da qualidade serão expressões esvaziadas de qualquer conteúdo substantivo. (SPOSITO, 1990, p. 55)

Assim sendo, os Conselhos Escolares não são apenas mecanismos de comunicação com a comunidade externa, mas pelo contrário, sua tarefa fundamental é fazer da escola uma instituição construída na prática pela participação consciente e ativa de todos os seus segmentos, desde o professor até o pai de aluno. Sua composição é, portanto, representativa da coletividade, englobando as múltiplas vozes que formam o coro que é a escola. A percepção da escola como um todo requer que se conheça a posição dos diferentes membros que formam o corpo orgânico que é a comunidade escolar. O conselho será o fórum de expressão dos posicionamentos políticos e da expressão via voz e voto da multiplicidade de atores sociais que atuam na escola, a fim de que democraticamente seja construído e implementando o seu projeto político pedagógico.

Em seus arts. 14 I e 14 II, a LDB (19394/96) legisla sobre o princípio da gestão democrática da escola pública, e estabelece como diretrizes a participação da comunidade escolar e local e dos profissionais da educação em Conselhos Escolares na elaboração do projeto político pedagógico, com ênfase na busca e promoção de progressiva autonomia das

unidades de ensino na condução do projeto educacional. Esta autonomia pedagógica, administrativa e da gestão financeira propugnadas no art. 15 da mesma LDB visa a fornecer à escola a liberdade necessária para conduzir de forma participativa e consciente os destinos da educação.

Em termos jurídicos, fica a critério de cada ente da federação a formalização de seus Conselhos Escolares por meio de Lei, decreto ou outra peça jurídica. No caso do Ceará, não há uma lei específica que constitua e regulamente os Conselhos Escolares da rede pública de ensino, conquanto, a despeito disso, o Conselho Escolar tem autonomia para elaborar seu Estatuto interno que é o documento que formaliza e regulamenta a atuação deste organismo colegiado.

Os Conselhos Escolares são organismos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local que tem a função de deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras na esfera de atuação da escola. Estes organismos atuam na perspectiva da resolução conjunta de problemas, definindo coletivamente as prioridades da escola. Representam, assim um lugar de fala, participação e decisão, um ambiente de discussão, mediação e encaminhamentos das demandas da educação, responsável pela gestão democrática. (BORDIGNON, 2004). Em sua concepção, os conselhos buscam substituir a cultura patrimonialista e marcada pela centralização do poder, por uma nova forma de proceder à gestão escolar, pautada na cultura participativa e cidadã, com efetivo protagonismo de todos os agentes sociais envolvidos no processo de construção da escola.

3.2 Atribuições do Conselho Escolar

Tomando como base, a análise proposta por Bordignon (2004), dentre as funções relativas ao Conselho Escolar, quatro devem ser citadas e explicitadas, dada a sua relevância, são elas: a função deliberativa, a consultiva, a avaliativa e a mobilizadora. Passaremos a descrevê-las com maior riqueza de detalhes.

A função deliberativa, não necessariamente constante em todos os Conselhos Escolares, dá ao conselho o poder de tomar decisões na escola, em seu Projeto Político Pedagógico, nas escolas administrativas e financeira. Aprovam encaminhamentos normas internas e zelam pelo cumprimento das orientações dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento das escolas, atuando conjuntamente com o Núcleo Gestor.

Já a atribuição consultiva tem uma feição de assessoramento, sendo responsável pela análise das questões encaminhadas pelos diversos seg-

mentos escolares e, ao mesmo tempo, propondo soluções e alternativas, que poderão ou não, ser acatadas pelos Núcleos Gestores das unidades escolares.

Na função avaliativa, os conselhos acompanham sistematicamente as ações pedagógicas, administrativas e financeiras levadas a efeito pela escola e garantindo o cumprimento das normas internas constantes no Regimento Escolar, com vistas à perseguição da qualidade do ensino e a convivência harmoniosa no âmbito da escola.

Exercendo a atribuição mobilizadora, os Conselhos Escolares devem proporcionar e fomentar a participação integrada de todos os segmentos constituintes da escola e da comunidade local nas diversas atividades propostas, desenvolvendo a democratização das práticas escolares e contribuindo para a melhoria da qualidade social da educação. Esta função articuladora da comunidade escolar, é fundamental para a gradativa emancipação dos sujeitos envolvidos na construção do projeto de escola proposto pela unidade de ensino.

Tão importante quanto o fomento à ação coletiva e democrática dos conselhos escolares é a preocupação com o constante repensar das práticas desenvolvidas no interior dessa estrutura colegiada. Neste caminho, devemos compactuar com a idéia de que

É preciso aprender e refletir, constantemente, sobre as experiências participativas que foram desenvolvidas e estão ocorrendo ao nosso redor, pois mesmo uma instituição que obteve sucesso em implantar estruturas participativas e, com isto, envolveu pais, alunos, professores e funcionários em questões relativas à questão da escola, não tem assegurada a perenidade desta participação. (WERLE, 1999, p. 86)

Para que os Conselhos Escolares não se tornem meros instrumentos de referendo das decisões tomadas nos gabinetes dos Núcleos Gestores, faz-se necessário o constante aperfeiçoamento e formação de seus membros, a conscientização acerca da participação ativa dos membros nos processos decisórios e a ampliação dos mecanismos de participação da comunidade escolar no planejamento, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico que norteia a escola, visto que

Os conselhos não existem somente por definição legais, mas na medida em que as pessoas dispõem-se a contribuir para o grupo, a (re) construir a proposta da escola pública. (...) Não se constitui o Conselho escolar apenas pela exigência da Lei. Ao contrário, o Conselho é um ato de vontade dos que estão na escola, que chamam assembléia dos segmentos; animam candidaturas; fazem funcionar regularmente o Conselho, levando até ele não apenas questões financeiras. (OBINO, 2003, p. 60)

Assim como a práxis educativa é um processo de contínua ação e reflexão, o que impede que caiamos enquanto docentes em um ativismo desprovido de teorias ou em uma teoria divorciada da atividade prática, a participação nos organismos colegiados e, de modo particular nos Conselhos Escolares, deve ser encarada como um compromisso social e político amplo e sério, que ultrapassa as funções burocráticas a que costumeiramente são associados os Conselhos. Todos os membros desse organismo devem estar inteiramente cientes da responsabilidade que repousa sobre seus ombros que é a de serem co-participes do processo de gestão da escola pública e da colaboração na perseguição dos ideais de equidade, qualidade e universalidade que balizam o projeto de escola pública na contemporaneidade.

4 O Conselho Escolar na EEFM Professora Adalgisa Bonfim Soares: Limites e Possibilidades

O Conselho Escolar da EEFM Professora Adalgisa Bonfim Soares foi fundado em 23 de setembro de 1997 como entidade colegiada composta por representantes de todos os segmentos que formam a escola, quais sejam, representante do Núcleo Gestor, o diretor escolar, que é membro-nato de acordo com o Regimento, o Presidente, o Secretário, o Tesoureiro e os representantes dos segmentos de professores, funcionários, pais de alunos e alunos. De acordo com o Regimento Interno do referido organismo colegiado, são atribuições do Conselho a colaboração na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos, Núcleo Gestor e professores, promovendo a integração entre a comunidade escolar, a família e a sociedade.

Ainda de acordo com o mesmo Regimento, são também funções do Conselho Escolar a busca pela efetivação do bem-estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social; a contribuição enquanto mediador de problemas e conflitos inerentes a vida escolar; a preservação de uma convivência harmoniosa entre pais ou responsáveis legais, professores, funcionários e alunos; a conservação dos equipamentos e instalações físicas da unidade escolar, dentre outras.

Os Conselhos Escolares da rede estadual de ensino não possuem o status de pessoas jurídicas. Deste modo, a partir de 2009, foram criadas as chamadas Unidades Executoras (UEX) que são entidades de natureza jurídica de direito privado, instituídas a fim de deliberar e fiscalizar os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações das unidades escolares.

A partir da instituição das UEx, as escolas passaram a conviver com um sistema dual que agrega organismos colegiados cujas atribuições tornaram-se redundantes e sobrepostas. Conquanto, apesar disso, os Conselhos Escolares continuam na prática, a decidir sobre matérias mais estritamente pedagógicas e disciplinares, enquanto as Unidades Executoras passaram a exercer atribuições de caráter mais fiscalizador e deliberativo, no sentido do ordenamento das finanças da escola e da aplicação dos recursos provenientes dos diversos programas governamentais, tais como o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), além de Programas como o “Mais Educação”².

O Conselho Escolar é soberano em suas decisões, respeitadas as disposições de seu Regimento Interno. Este organismo deverá se reunir em Assembléias Gerais ordinárias ou extraordinárias. As primeiras deverão ser convocadas e presididas pelo presidente do Conselho, com no mínimo dois dias de antecedência e ocorrerá mensalmente, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos membros, ou em segunda convocação, após decorridos trinta minutos, com qualquer número. As deliberações das assembléias gerais serão aprovadas pelo voto de metade mais um dos membros presentes. Já as assembléias gerais extraordinárias deverão ser convocadas por dois terços dos membros do Conselho Escolar e presididas pelo Presidente do referido organismo. As decisões tomadas na Assembléia Extraordinária só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta, em segunda convocação, decorridos trinta minutos da primeira.

Os Conselhos Escolares terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período, durante uma vez. Em caso de vacância de qualquer cargo para o qual não haja substituto legal, caberá à Assembléia Geral Extraordinária, proceder à eleição do substituto.

Em nossa prática gestora, pudemos observar de perto a atuação do Conselho Escolar da EEFM Professora Adalgisa Bonfim Soares, o que nos torna aptos a refletir sobre sua performance, apontando pontos positivos e também debilidades deste organismo colegiado tão importante para a consolidação da gestão escolar democrática e participativa.

Uma das grandes virtudes do Conselho Escolar em questão é a au-

O Programa Mais Educação (Portaria Interministerial nº 17/2007) é uma iniciativa do Governo Federal que tem como prioridade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando diferentes ações, projetos e programas nos Estados, Distrito Federal e Municípios, em consonância com o projeto pedagógico da escola, ampliando tempo, espaços e oportunidades, através da articulação das políticas setoriais envolvidas e possibilitando a todos o “DIREITO DE APRENDER”.

tenticidade e legitimidade com as quais foram escolhidos os seus membros. Enquanto docentes, testemunhamos em outras unidades escolares, a prática antidemocrática da formação de Conselhos Escolares por indicação, pressão ou influência direta do Núcleo Gestor, fato que tornava os referidos organismos colegiados, meros brinquedos nas mãos dos diretores, cumprindo um papel apenas formal de representar a comunidade escolar e deliberar sobre suas reais necessidades e demandas.

No caso da EEFM Professora Adalgisa Bonfim Soares, todo o processo eleitoral foi conduzido conforme os ditames da democracia, seguindo as exigências e prescrições contidas no Regimento Interno, tendo inclusive sido feito antes, um processo de conscientização e publicação da natureza, funções e importância do Conselho junto à comunidade escolar.

Outro aspecto extremamente salutar foi o devido distanciamento do diretor da unidade de ensino em relação ao processo eleitoral que culminou com a formação do Conselho. O registro das candidaturas, a votação, apuração e divulgação do resultado ficaram a cargo de uma comissão eleitoral completamente independente, formada por professores, funcionários e alunos.

Devemos, ainda, citar como digna de elogios, a prontidão e motivação com que os membros do Conselho lidam com as diversas problemáticas cotidianas da escola, as quais lhe são instigadas a emitir pareceres e deliberações coletivas por meio do voto. Diversas situações problemáticas envolvendo indisciplina de alunos, animosidade entre professores e alunos ou mesmo conflitos entre discentes foram solucionados pela ação dos conselheiros.

Entretanto, há também críticas construtivas a fazer. Falta a uma boa parte dos conselheiros, maior embasamento teórico sobre as funções do Conselho Escolar, sobretudo durante o atual momento em que devido a contingências próprias da gestão escolar, dentre as quais citamos a substituição da quase totalidade dos professores em decorrência da chegada dos docentes efetivos do último concurso público. Esta mudança ocasionou a necessidade de uma reformulação rápida do Conselho, sem que houvesse tempo para um processo de socialização das informações necessárias do exercício consciente e efetivo da participação docente neste órgão coletivo.

Outra ponderação a ser feita é a necessidade de uma atuação mais proativa³ do Conselho o qual necessita, além de resolver problemas de ordem disciplinar e prática, envolver-se mais efetivamente com o Projeto Político Pedagógico da escola, apresentando propostas e alternativas para a resolução de problemas referentes aos baixos índices de aprendizagem dos educandos, à evasão escolar cujos números são preocupan-

tes, sobretudo no turno da noite, o baixo envolvimento dos alunos com os estudos, a maior participação da família na educação dos filhos, dentre outras demandas.

Para que haja essa atuação proativamente, faz-se, conquanto necessário, oferecer aos membros do Conselho Escolar a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos; no sentido de que se afastem um pouco do ativismo com que geralmente se envolvem, a fim de conhecer de forma mais substancial as questões basilares da educação, ou seja, a busca pela qualidade e pela equidade em nossa escola. A atuação do Conselho deve, portanto, transcender o papel a que geralmente está associado, ou seja, o de administrar os “problemas da escola” e assumir uma dimensão mais integrada ao projeto da escola, às suas metas e objetivos, às suas aspirações e anseios.

A participação no Conselho Escolar é uma atitude de compromisso e de engajamento político e educacional. Os conselheiros participam da gestão compartilhada da escola e, para isso, precisam estar preparados para apresentar propostas, discutir problemas, atuar de forma crítica, autonomia e consciente na condução da escola

Outro fator importante a ser mencionado é a necessidade de integração do Conselho Escolar com os demais organismos da escola, quais sejam, o Grêmio, a Unidade Executora e a Associação de Pais. Sem um trabalho cooperativo entre estes organismos, a gestão participativa, democrática e eficaz da escola pública não poderá ganhar consciência. Torna-se necessário, superar o modelo tradicional de gestão que prevalece, ainda em nossas escolas reavaliando a cultura participativa que ora temos, uma vez que:

Para que a participação seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos normalmente autoritários, de distribuição de poder no seu interior. Dentre os meios e as condições destacam-se, ainda, a importância de se garantir infraestrutura adequada, quadro de pessoal qualificado, apoio estudantil. Outro dado importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal/legal. (BRASIL, 2004, p. 15)

Proatividade é sinônimo de iniciativa, de superar as expectativas iniciais. O profissional proativo é aquele que se antecipa às situações. Ele tem conhecimentos sobre sua área de atuação, sabe como seus colegas trabalham e aproveita para adquirir experiências com eles, mesmo não tendo muito tempo. Ou seja, o proativo tenta, em todas as situações, adquirir o máximo de conhecimentos (muitas vezes inconscientemente), o que lhe permite antecipar-se aos fatos.

Entretanto, deve-se ter cuidado para que a atuação do Conselho Escolar não caia na armadilha da “burocratização” e da participação meramente formal de seus membros, conforme nos alertam CATANI & GUTIERREZ (2001), afirmando que qualquer tentativa de implantar mecanismos de natureza democrática enfrenta o perigo iminente de cair nas amarras da burocracia e do autoritarismo, em virtude de fatores como a trajetória individual dos membros ou a hiper-valorização de certas ideologias tradicionais e formas “antigas” de conduzir os processos sociais. Conforme os autores anteriormente citados, tais fatores podem transformar em cinzas todos os esforços pela obtenção de uma democracia verdadeira na escola.

Diante de tudo que foi exposto até então, um dos maiores desafios da gestão escolar no que diz respeito ao envolvimento de toda a comunidade no projeto de conduzir coletivamente a ação político-pedagógica, é conseguir congregar, ouvir e considerar as múltiplas vozes que ecoam na escola e que com certeza podem contribuir com a melhoria da qualidade do ensino e com a democratização dos processos educacionais. Torna-se emergencial superar a lógica massificadora da escola que, ao longo do tempo tem tolhido a diversidade de ideias, posicionamentos, desejos e demandas dos vários agentes sociais que formam a educação. Temos, como escola, a tarefa impreterível de assegurar o direito de todos à participação efetiva na construção do Projeto Político-Pedagógico, pluralizando e democratizando, desse modo, a gestão da escola pública.

Somente com a efetiva participação de todos os que fazem a escola, esta meta de uma educação cada vez mais democrática e plural poderá ser atingida e, certamente um Conselho Escolar bem formado, informado, consciente e atuante precisa estar na vanguarda desta mudança tão almejada.

5 Objetivo

Promover a consolidação do Conselho Escolar e Grêmio Estudantil da EEFM Professora Adalgisa Bonfim Soares como mecanismo fundamental na efetivação de uma gestão democrática e participativa;

Fortalecer os fóruns de participação dos professores, alunos, funcionários, pais e comunidade local na condução democrática da escola;

Suscitar a constante capacitação dos organismos colegiados atuantes na escola, com vistas a uma atuação mais crítica, consciente e efetiva classe organismos;

Fomentar ações de protagonismo dos organismos colegiados, superando o paradigma da atuação meramente burocrática destes organismos em direção a uma efetiva participação de todos os membros.

6 Metas e Ações

Metas	Ações
Capacitar 100% dos membros dos organismos colegiados da EEFM Professora Adalgisa Bonfim Soares.	Capacitação em módulos dos membros dos organismos colegiados da EEFM Professora Adalgisa Bonfim Soares.
Apresentar 100% dos alunos, professores e funcionários a natureza, funções e a importância dos organismos colegiados.	Palestras, dinâmicas e peças teatrais afim de apresentar de forma diversificada e criativa o papel dos organismos colegiados na escola.
Realizar semestralmente intercâmbio com organismos colegiados de outras unidades de ensino.	Realização semestral de intercâmbios com organismos colegiados de outras escolas.
Apresentar a 100% do alunado todos os membros dos organismos colegiados.	Organização de um evento para a apresentação dos membros dos organismos colegiados ao corpo discente.

7 Acompanhamento e Avaliação

Ação	Acompanhamento/ Avaliação
Capacitação em módulos dos membros dos organismos colegiados da EEFM Professora Adalgisa Bonfim Soares.	A avaliação dar-se-á por meio de relatórios que deverão ser feitos pelos Coordenadores Escolares.
Palestras, dinâmicas e peças teatrais afim de apresentar de forma diversificada e criativa o papel dos organismos colegiados na escola.	Registro fotográfico do evento, elaboração de relatórios sintetizando a ação a encargo dos Coordenadores Escolares.
Realização semestral de intercâmbios com organismos colegiados de outras escolas.	Registro fotográfico do evento, elaboração de relatórios sintetizando a ação a encargo dos Coordenadores Escolares.
Organização de um evento para a apresentação dos membros dos organismos colegiados ao corpo discente.	Registro fotográfico do evento, elaboração de portfólio apresentando o processo de elaboração do evento em questão

8 Considerações Finais

Diante do grande desafio de gerenciar a escola pública, faz-se necessário buscar o apoio de todos os atores sociais envolvidos com a tarefa da educação, para que, por meio da celebração de parcerias sólidas possa ser concretizado o projeto de uma escola justa, equânime e democrática.

Efetivar a democracia na escola é, deveras, uma tarefa complexa que exige perseverança e aptidão para lidar com diferentes ideias, mediar interesses conflitantes e promover a participação de todos, sem permitir que a voz de alguns, abafe a contribuição igualmente necessário e valiosa de outros. Por esta razão, muitos têm cedido à tentação e a comodidade de permanecer arraigados as recorrentes práticas gestoras de caráter centralizador e autoritário.

Conquanto, apesar de todas as dificuldades, realizar a gestão democrática da escola ainda é o caminho mais acentuado e seguro para conduzir a educação de modo a garantir a concretização dos objetivos do ensino proclamados na legislação vigente.

Este trabalho constitui uma contribuição no sentido de efetivar na prática, um modelo gestor pluralista, voltado para a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas e comprometido com o ideal da escola que almejamos.

Perseguir as metas contidas neste Plano de Ação exigirá uma participação genuína da comunidade escolar e a integração de todos os setores que compõe a escola com a soma de esforços para este fim comum. Uma participação parcial ou simplesmente formal dos agentes sociais não será capaz de produzir os resultados desejados.

Temos consciência dos limites que serão postos à nossa prática mobilizadora, dentre as quais citamos a “cultura da passividade” prevalente no meio escolar em que atuamos, além do clima de desalento que, infelizmente vigora em nossas escolas. Entretanto, transformar a realidade é um processo que só será possível com a ajuda de todos.

Referências

- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Participação Cidadã nas Políticas Públicas. Fundação Konrad Adenauer. Participação Cidadã: Novos conceitos e Metodologias. Fortaleza: Expressões Gráficas e Editora, 2004.
- BRASIL. Ministério da educação. Secretaria da Educação Básica. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Ignez Pinto Navarro... [et al.] Brasília: MEC, SEB, 2004.
- _____. Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico. Ignez Pinto Navarro... [et al.] Brasília: MEC, SEB, 2004.
- _____. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. Ignez Pinto Navarro... [et al.] Brasília: MEC, SEB, 2004.
- _____. Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Ignez Pinto Navarro... [et al.] Brasília: MEC, SEB, 2004.
- BRASIL. Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – 9394/96, Senado, Brasil. 1996.
- _____. Constituição Federativa do Brasil, 1988.
- BORDIGNON, Genuíno. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC, SEB, 2004.
- CAMARÃO, Virna do Carmo. Conselho Escolar: percorrendo os caminhos discursivos e dialógicos da participação. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2008.
- CÓRDOVA, Rogério de A. Educação brasileira: processos e trabalho. Brasília: PIE/UnB/FE, 2003. Módulo V, v.1.
- DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. História do Movimentos Sociais e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2001.
- GUTIERREZ, Gustavo Luiz & CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: Conceitos e potencialidades. In: Ferreira, Naura S. Carapeto (org.) Gestão democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998, pp. 59-75.
- LUZ, Liliene Xavier. Conselhos Escolares: cidadania, participação e gestão democrática na educação. Teresina: EDUFPI, 2000.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Conselho escolar e sua relação com a implementação da gestão democrática

Barbara Beirão Barreto
Selma Barros Daltro de Castro

1 Introdução

Em nossa sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, tem como uma das suas funções sociais contribuir para a construção de conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo. Para isso é indispensável socializar o saber sistematizado, historicamente acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que seja criticamente apropriado pelos estudantes, que já trazem consigo o saber popular, o saber da comunidade em que vivem e atuam. A interligação e a apropriação desses saberes pelos estudantes e pela comunidade local representam, certamente um elemento decisivo para o processo de democratização da própria sociedade.

A escola pública passa dessa forma, não apenas a contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também se constitui um lugar privilegiado para o exercício da democracia participante, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria.

A contribuição significativa da escola para a democracia participativa perpassa e exige a implementação processos de gestão que também se fundamente em princípios democráticos. Nesse sentido, a forma de escolha dos dirigentes, a organização dos Conselhos Escolares e de toda a comunidade escolar para participar e fazer valer seus direitos e deveres, democraticamente discutidos e definidos, pode se constituir como iniciativas para a efetivação do exercício de democracia participativa.

Em virtude de uma tradição histórica de autoritarismo, refletindo na construção de um país marcado por muitas desigualdades, os processos de participação da maioria da população mostram-se carentes de canais institucionais de intervenção popular na definição das políticas públicas

que possam reverter o quadro que ora se apresenta (GADOTTI; ROMÃO, 2002).

No Brasil, a criação e atuação de órgãos de apoio, decisão e controle público da sociedade civil na administração pública têm um significado histórico relevante. Nessa perspectiva, chama-se a atenção para o fato de que a reivindicação de ampliação de espaços institucionais de participação e deliberação junto aos órgãos governamentais fazia parte das lutas políticas pela democratização da sociedade.

Na educação, essa organização de espaços colegiados se realiza em diferentes instâncias de poder, que vão do Conselho Nacional de Educação aos Conselhos Estaduais, Municipais e Escolares. Esses espaços de organização política, social e educativa são fundamentais para a definição de políticas educacionais que orientem para a consecução de práticas educativas participativas, segundo diretrizes e princípios definidos nessas várias instâncias. A construção de uma escola pública democrática, plural e com qualidade social demanda a consolidação e o inter-relacionamento dos diferentes órgãos colegiados.

No âmbito da escola, o Conselho Escolar é um importante espaço no processo de democratização da educação, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para, entre outras funções, discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, levando em consideração os contextos locais e nacionais.

Reconhecendo a importância do Conselho Escolar como um dos instrumentos para uma gestão democrática colegiada, tendo por ênfase o acompanhamento responsável da prática educativa é que o presente artigo tem por objetivo investigar o papel do Conselho Escolar na implementação da gestão democrática dentro do contexto escolar.

Esse artigo constitui-se como um recorte da pesquisa realizada na graduação de Pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI - Serrinha e fundamentou-se nas obras de Libâneo (2004), Gadotti e Romão (2002), Paro (2001).

A metodologia utilizada foi abordagem qualitativa, pois segundo Oliveira (2007) essa abordagem enfatiza como principal fundamento a crença de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real, objetivo e concreto e o sujeito; portanto, uma conexão entre a realidade cósmica e o homem, entre a objetividade e a subjetividade. Na abordagem qualitativa, o pesquisador deve ser alguém que tenta interpretar a realidade dentro de uma visão complexa, holística e sistêmica. Utilizando-se como instrumentos de coleta de dados a análise documental, sendo os documentos atas das reuniões do Conselho Escolar e a entrevista com cinco

membros do Conselho Escolar de uma escola pública de Ensino Médio do município de Feira de Santana, Bahia.

2 Os Conselhos Escolares: História, Funções e Atribuições

Os registros históricos indicam que já existiam, há quase três milênios, no povo hebreu, nos clãs visigodos e nas Cidades-Estado no mundo greco-romano, conselhos como formas primitivas e originais de gestão dos grupos sociais, como evidencia o texto a seguir:

[...] os conselhos precederam a organização do Estado, dando origem aos atuais Poderes Legislativo e Judiciário. Os conselhos dos anciãos que se fundavam na sabedoria e no respeito advindos da virtude foram sendo gradativamente substituídos, nos Estados-nacionais, por conselhos de “beneméritos”, ou “notáveis”, assumindo caráter tecnocrático de assessoria especializada no núcleo do poder dos governos. Os conselhos, como forma de organização representativa do poder político na cidade-Estado, viriam a ganhar sua máxima expressão na Comuna Italiana, instituída a partir do século X. (BORDIGNON, 2004, p. 36).

Na medida em que a comuna se ampliou e outras categorias sociais passaram a integrá-la, surgiu a comuna popular que passou a adotar a democracia representativa e não mais direta como na comuna tradicional. Criou um consilium geral do povo. Os conselhos populares exerciam a democracia direta e/ou representativa como estratégia para resolver as tensões e conflitos resultantes dos diferentes interesses e, ao contrário dos conselhos de notáveis das cortes, eram a voz das classes que constituíam as comunidades locais.

O sentido dado aos conselhos, hoje, tem sua compreensão carregada desse imaginário histórico. Os conselhos sempre se situaram na interface entre o Estado e a Sociedade, ora na defesa dos interesses das elites, ora, de maneira mais incisiva nos tempos atuais, buscando a co-gestão das políticas públicas e se constituindo canais de participação na realização do interesse público.

No Brasil, o a concepção das cortes europeias, que concebia o Estado, no regime monárquico, como “coisa do Rei” forjou a constituição do Estado Brasileiro. Mesmo com o advento da República, a gestão da “coisa pública” continuou fortemente marcada por uma concepção patrimonialista de Estado. Essa concepção de Estado influenciou durante anos a criação de conselhos, que eram formados apenas por notáveis, eruditos, letrados, que serviam ao governo. O debate sobre a criação de conselhos mais representativos e que se preocupasse com deman-

das sociais, como o direito à educação, começa a ganhar notoriedade e chega à escola na década de 1970, estendendo-se ao longo dos anos 1980, envolvendo os mais variados atores sociais favoráveis a uma forma de participação mais democrática e efetiva nestes espaços escolares.

[...] com o advento dos movimentos populares, já na década de 1970, que tinha na participação popular um elemento dinamizador do processo de construção de um sistema político e econômico alternativo ao capitalismo, a luta pela escola tornou-se uma de suas principais bandeiras, devido a uma profunda crise de qualidade das unidades escolares (AVANCINE, 1992, p. 38).

O período que corresponde à primeira metade da década de 1980 ao início da segunda metade dos anos 90 caracterizou-se pela jurisdição dos objetivos da ação participativa. Trata-se de um período no qual o conceito de participação popular se desliga completamente do paradigma socialista e passa a ser compreendido como elemento dinamizador da chamada "cidadania ativa". A participação torna-se elemento imprescindível e necessário não mais para a revolução e sim para a construção democrática. Como resultado desse processo, a Constituição Brasileira viu-se imbuída de uma forte ideologia participacionista, abrindo brechas para a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no controle das ações governamentais, como, por exemplo, a inclusão da "gestão democrática no ensino público" como princípio constitucional na área de educação.

Na metade da década de 1980, o princípio da participação popular ganhou dimensão nacional, na medida em que, as organizações da sociedade civil se voltaram para a elaboração da nova Constituição Federal, das Constituições Estaduais, das Leis Orgânicas Municipais e das legislações complementares nas mais diversas áreas das políticas públicas e influenciaram a criação dos conselhos sociais. De acordo com Gohn (2001) os conselhos se diferenciaram "como estratégia de governo, dentro das políticas da democracia participativa e como estratégia de organização de um poder popular autônomo, estruturado a partir de movimentos sociais da sociedade civil" (GOHN, 2001, p. 75).

Um conselho constitui uma assembleia de pessoas de natureza pública, ampla e restrita. Alguns princípios, fundamentais ao funcionamento dos conselhos estavam presentes desde suas origens: o caráter público, a voz plural representativa da comunidade, a deliberação coletiva, a defesa dos interesses da cidadania e o sentido de pertencimento.

Nas instituições de ensino o termo colegiado assume especificidade própria, inserindo-se nas estruturas dos sistemas de ensino como mecanismos de gestão colegiada, para tornar presente a expressão da vontade

da sociedade na formulação das políticas e das normas educacionais e nas decisões dos dirigentes.

Os Conselhos de Escola na Educação Básica, concebidos pela LDB 9.394/96 como uma das estratégias de gestão democrática da escola pública, tem como pressuposto o exercício de poder, pela participação tanto da comunidade escolar quanto da comunidade local. Como sinalizado em seu Artigo 14

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Como atribuição os Conselhos Escolares devem deliberar, nos casos de sua competência, e "aconselhar" os dirigentes, no que julgar prudente, sobre as ações a empreender e os meios a utilizar para o alcance do fins da escola. O Conselho existe para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito e são formados por estudantes, funcionários, pais, professores ou coordenadores pedagógicos para cujo funcionamento requer políticas de descentralização, criando condições básicas para que a comunidade e a escola possam diagnosticar seus problemas e deliberar como resolvê-los. O Conselho Escolar deve se constitui na própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão.

Em alguns Estados e Municípios, a exemplo do Estado da Bahia, o diretor da escola é membro nato do Conselho Escolar, por ser o representante legal da escola e ter a atribuição de coordenar a dinâmica do processo de gestão democrática, contudo, não pode este ser eleito presidente. Isto pode ser detectado na Lei 11.043 de 09 de maio de 2008 promulgada pelo Estado da Bahia, a qual denota em seu Artigo 5º que: "O diretor da escola será membro nato do Colegiado e escolherá 01 (um) vice-diretor, coordenador pedagógico ou professor da unidade escolar como suplente para substituí-lo nas suas ausências e impedimentos".

O Conselho deve ser entendido como a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, nos diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico. Essa concepção de conselho altera também a concepção de gestão de gestão escola isto porque

[...] inverteu a direção tradicional – extremamente centralizadora – e recorreu aos Conselhos de Escola como primeiro nível de consulta, debate e deliberação das políticas educacionais. Professores, pais, alunos e funcionários, através de seus representantes nos Conselhos de Escola, foram sendo orientados a mudarem sua concepção de plano escolar (KRUPPA, 1994, p.146).

Assim, as decisões sobre o que é melhor para a escola passam a ser tomadas por todos, com seus representantes, de modo a estabelecer a democracia e a participação.

Os conselhos possuem, como uma de suas atribuições fundamentais, a elaboração do Regimento Interno, que define todos os procedimentos da escola, tanto administrativos, quanto pedagógicos, abrangendo ações importantes como calendário de reuniões, substituição de conselheiros, condições de participação do suplente, processos de tomada de decisão, indicação das funções do Conselho, entre outros. Para Gadotti e Romão (2002) outros parâmetros que definem o Conselho Escolar são:

Quanto à composição: todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho da Escola, assegurada a paridade e proporcionalidade de 50% para pais e alunos e 50% para membros do magistério e servidores; Quanto ao processo de escolha dos membros: votação direta, secreta e facultativa; ninguém poderá votar mais de uma vez no mesmo estabelecimento; Quanto à presidência do Conselho da Escola: qualquer membro efetivo do Conselho poderá ser eleito seu presidente, desde que esteja em pleno gozo de sua capacidade civil. Quanto aos critérios de participação: os representantes dos alunos a partir da 4ª série ou com mais de 10 anos terão sempre direito a voz e voto; poderão participar das reuniões do Conselho, com direito a voz e não voto, os profissionais de outras Secretarias que atendam às escolas, representantes de Entidades conveniadas, Grêmio Estudantil, membros da comunidade, Movimentos Populares organizados e Entidades Sindicais; poderão participar das reuniões do Conselho, com direito a voz e voto, todos os membros eleitos por seus pares; Quanto ao mandato: 1 ano, com direito à recondução (GADOTTI e ROMÃO, 2002, p.69)

A definição dos parâmetros de funcionamento do Conselho Escolar é imprescindível para o seu processo de implementação, visto que já se tem estabelecido procedimentos comuns e coletivos de organização do conselho, não ficando a decisão uma ou outra questão sobre a tutela do diretor ou do presidente do conselho. Vale ressaltar que a legislação que ampara a formação e atuação do Colegiado Escolar é a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº .9394/96, e na Bahia tem-se a Constituição Estadual de 1989, a Lei Estadual nº 11.043/08 e o Decreto nº 6.267/97. Todos os dispositivos legais apontam para a direção de que as deliberações do Conselho Escolar

devem estar pautadas na compreensão da natureza essencialmente político-educativa, já que os princípios são a participação, a democracia e a busca de uma educação de qualidade.

As funções do Conselho, que podem ser deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, são sempre revestidas de grande relevância, garantindo que, democraticamente, os membros da escola e da comunidade apreciem, opinem e proponham ações que contribuam para a solução dos problemas de natureza pedagógica, administrativa ou financeira da escola.

Os Conselhos Escolares têm diversas atribuições, entre elas está a elaboração do Regimento Interno do Conselho cada Conselho Escolar pode um regimento interno, estabelecendo normas relativas à convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, à eleição de seus membros (se será através de assembleia ou votação de urna, se os membros formarão chapas ou apresentarão candidaturas individuais) à dinâmica das reuniões, à tomada de decisões (por votação secreta ou aberta), ao tempo de duração das reuniões, ao horário em que elas serão realizadas, à substituição de algum membro que deixe de comparecer às reuniões. Em relação a esta função os conselheiros informaram que embora já tivessem encontrado o regimento pronto, se organizaram para o estudo do mesmo, a fim de conhecê-lo e de verificar se há relação e consonância com a legislação em vigor. Foi, a partir do estudo do regimento, que os conselheiros afirmaram conhecer sobre a duração do seu mandato, a periodicidade das reuniões e sobre as atribuições dos conselheiros.

Garantir a participação da comunidade escolar ou de seus segmentos nas decisões da escola é uma das competências do Conselho escolar, nesse sentido, os conselheiros observam que sempre são organizados atribuição seminários, assembleias, debates, encontros para informar á comunidade escolar dos assuntos de interesse coletivo, como também para ouvir as demandas e propostas das pessoas.

Também cabe ao Conselho Escolar garantir a participação das comunidades escolar e local na definição do projeto político-pedagógico da unidade escolar. A necessidade de que cada instituição de ensino busque a construção, implementação e/ou acompanhamento de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) como instrumento norteador da ação educacional tem sido enfatizada como fundamental para o desenvolvimento de um processo educacional de qualidade e nesse sentido os conselheiros observam que esse trabalho é árduo. Fazer a implementação e o acompanhamento do PPP apresenta-se como algo desafiador para os conselheiros tendo em vista que há rotatividade de professores em algumas áreas do conhecimento, sobrecarga do trabalho docente, faltando tempo para

o estudo do PPP, muitas demandas para o Conselho e seus representantes, o que impede a definição e cumprimento da pauta de avaliação do PPP.

Outras atribuições do Conselho Escolar são relacionadas por Navarro (2004):

Convocar assembleias-gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos; participar da elaboração do calendário escolar; aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da escola, sobre a programação e a aplicação de recursos financeiros, promovendo alterações, se for o caso; fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar; entre outras (NAVARRO, 2004, p. 46-47).

Em relação ao acompanhamento das questões financeiras, os conselheiros afirmam que essa é a tarefa que mais lhe dá trabalho, isto porque são muitos recursos que a escola recebe ultimamente e a análise financeira exige tempo e conhecimento de administração financeira, que às vezes o conselheiro não possui. Assim, o Conselho Escolar pode exercer um papel relevante na gestão escolar contribuindo para a construção de uma concepção de gestão democrática e para efetivação de uma educação que atenda aos desejos e perspectivas de aprendizagem da escola e para o alargamento do horizonte cultural dos educandos.

Ciseski e Romão (2002) enfatizam que as funções do Conselho são sempre revestidas de grande importância, pois estas estão sempre vinculadas a garantia de participação democrática dos membros da escola e da comunidade, apreciando, opinando e propondo ações que contribuam para a solução dos problemas de natureza pedagógica, administrativa ou financeira da escola.

3 O Papel dos Diferentes Segmentos da Escola no Conselho Escolar

O Conselho de Escola é um colegiado formado por pais, alunos, professores, diretor, pessoal administrativo e operacional para gerir coletivamente a escola, pode ser este espaço de construção do projeto de escola voltado aos interesses da comunidade que dela se serve. Na busca de se atingir esses interesses propostos pelo coletivo, a tomada de decisões que se pretende participativa vem sempre acompanhada de conflitos.

Como ponto de partida para a compreensão da relação dos sujeitos investigados com a tomada de decisão coletivamente, fez-se necessário conhecer como os Conselheiros participam na condução do Conselho.

Segundo os estudos de Libâneo (2003) as relações humanas produtiva e criativas, assentadas na busca de objetivos comuns é um princípio que implica na importância do sistema de relações interpessoais para a qualidade do trabalho de cada um envolvido no processo educativo, visando a valorização da experiência individual e a construção de um clima amistoso de trabalho. Nesse sentido, a equipe escolar precisa investir sistematicamente na mudança das relações autoritárias para aquelas baseadas no diálogo e no consenso. Nesse sentido, os conselheiros afirmaram que percebiam na prática a diferença entre a tomada de decisões coletivamente e o poder centralizado nas mãos do diretor, pois em alguns momentos o colegiado decidiu pro algo, mas o diretor tomou outra decisão.

O processo de tomada de decisão aparece como uma oportunidade de um grupo ou indivíduo exercer o poder. OS objetivos organizacionais, por sua vez, são determinados por conflitos mediante negociação e alianças entre os grupos. Para Belotto e Gonçalves (1999) os conflitos acontecem pelo fato de seus membros terem posição, objetivos, valores, percepções diferentes ou concepções de educação diferentes, o que é um aspecto relevante e saudável dentro da escola. A dificuldade está em como administrar estes conflitos na tomada de decisões.

Um dos conselheiros afirmou “Acredito que a negociação, a flexibilidade, e o bom senso são a chave para ganhos coletivos e que as decisões devem ser tomadas após diálogo participativo” (Conselheiro 2). Essa fala evidencia uma posição declarada de respeito à diversidade e de comprometimento com o princípio do diálogo para a efetivação de uma ação coletiva do conselho escolar.

4 Concepção de Gestão Escolar

A organização e os processos de gestão assumem diferentes modalidades, conforme a concepção que se tenha das finalidades sociais e políticas da educação em relação à sociedade e à formação dos estudantes. Muitas são as concepções sobre a gestão e democracia. A idéia da gestão escolar democrática está vinculada à função social que a escola deve cumprir. A gestão democrática é um tipo de gestão político-pedagógica e administrativa orientada por processos de participação das comunidades local e escolar.

No que diz respeito a concepção de gestão escolar dos conselheiros, todos os conselheiros entrevistados afirmaram que a sua concepção que privilegia o diálogo, a participação de todos nos processos de decisão. Essa concepção aproxima-se da concepção de gestão democrático-participativa, que segundo Libâneo (2003) “é uma concepção que acentua a

necessidade de combinar a ênfase sobre as relações humanas e sobre a participação das decisões com as ações efetivas para atingir com êxito os objetivos específicos da escola” (idem, 2003, p. 236).

A valorização de alguns elementos internos do processo organizacional como o planejamento coletivo, a participação, a avaliação, são priorizados no modelo de gestão democrático-participativa, mas sobretudo, é priorizado a implementação desse elementos, pois acredita-se que em sendo postos em prática há possibilidade de construção de espaços inclusivos, democráticos na escola que podem, por sua vez, promover melhores condições para efetivação processo ensino-aprendizagem.

Optar por uma gestão democrática implica possibilitar o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da gestão escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, estudantes e pais. Neste sentido é que Libâneo (2003, p. 102) sinaliza que:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação.

Sendo assim, a gestão democrática, por um lado, é atividade coletiva que implica em participação e anseios comuns; por outro, depende da capacidade e responsabilidade individuais e de uma ação coordenada e controlada.

Com relação a prática da gestão democrática, no que diz respeito aos processo eletivo para os representantes junto ao Conselho Escolar, a análise documental, dos livros de atas, especificamente, dá conta de que houve mobilização e eleição na escola, inclusive havendo necessidade de recontagem de votos, configurando-se numa prática democrática e transparente. Além disso, os conselheiros apontaram a gestão democrática como prática evidenciada na escola, contudo, gestão democrática não se restringe a experiência de eleição.

Refletindo sobre isso, Paro (2001) alerta de que a democracia e o respeito ao usuário devem estar presentes não apenas nas reuniões do Conselho ou na eleição de seus membros, mas em todas as ações e relações da escola, perpassando pela situação de ensino, pelo atendimento

na secretaria, e atingindo todo o relacionamento entre servidores, alunos e pais no cotidiano escolar.

5 Desafios para o Conselho Escolar

A escola pública precisa ser o lugar em que todas as pessoas possam participar ativamente. Para que isso ocorra é preciso mobilização dos representantes da comunidade escolar. A participação efetiva dos integrantes depende de sua conscientização sobre a importância e necessidade de cada membro se fazer presente e atuante no contexto escolar para discutir problemas e decidir ações que beneficiem a escola. Ao serem perguntados sobre a dificuldade na implementação do Conselho Escolar, os conselheiros divergiram-se nas respostas. Três conselheiros afirmaram não ter dificuldade na implementação do Conselho Escolar e ainda argumentaram sobre os motivos pelos quais consideram que não dificuldade de implementar o Conselho Escolar: os membros participam das reuniões, não há dificuldades em encontrar pessoas que querem ser conselheiros, os conselheiros conhecem as atribuições do Conselho Escolar e as concepções de gestão escolar dos conselheiros são semelhantes.

Em contradição aos que afirmaram que não há dificuldade na implementação do Conselho Escolar, dois conselheiros apresentam afirmativas diferentes, evidenciando os desafios inerentes a implantação do Conselho, como a não participação dos membros e o desconhecimento de suas atribuições.

Acerca dos desafios que se evidenciam na implementação dos Conselhos (CISESKI E ROMÃO, 2002, p. 74) alertam para a necessidade de utilizar os possíveis perigos em possibilidades de construção coletiva:

Todas essas dificuldades são objetivas e podem se transformar em perigos reais. No entanto, não há como superá-las senão pela via de sua experimentação concreta. Como a democracia, não há como ensiná-la teoricamente, mas apenas por sua vivência e experimentação. O aperfeiçoamento virá da discussão dos equívocos, das estratégias e táticas inadequadas e intempestivas.

Portanto, é nesse contexto, que o papel do Conselho Escolar é o de ser o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, não como instrumento de controle externo, mas um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola.

6 Considerações Finais

O presente artigo objetivou investigar o Conselho Escolar e sua participação na implementação da gestão democrática, identificando concepções de organização escolar, bem como analisando o funcionamento do conselho a partir da escuta dos conselheiros e da análise de documentos referentes à organização e regulamentação do conselho.

Os Conselhos Escolares surgiram no início da década de 1980, trazendo boas perspectivas para a implantação de relações de democratização no interior da escola pública. O Conselho Escolar tem atribuições definidas na legislação estadual ou municipal e no regimento escolar. Essas questões, geralmente envolvem aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Embora os processos democráticos não aconteçam tão rápido quanto o desejo da comunidade escolar, não há como se negar que nessas décadas de existência dos conselhos vários espaços de participação foram conquistados por professores, alunos, pais e demais membros da comunidade escolar.

Outro fator relevante evidenciado é que na busca de uma nova organização do trabalho dentro da escola, as relações pessoais ali existentes deverão ser repensadas e reestruturadas, tendo como base a possibilidade da real participação dos diferentes segmentos.

Uma maior ênfase nas questões de cidadania, autonomia, diálogo e participação já faz parte do cotidiano de algumas escolas públicas no Brasil e isso torna os sujeitos do processo pedagógico mais responsáveis, criativos e conseqüentemente mais envolvidos com o processo de gestão e melhora da educação.

Diante do contexto da pesquisa realizada, foi significativo identificar os princípios da concepção de gestão democrático-participativa se vivenciado no âmbito da escola investigada, como: construção de autonomia da escola e da comunidade escolar; envolvimento da comunidade no processo escolar; planejamento de atividades, utilização de informações concretas e análise de cada problema em seus múltiplos aspectos, com ampla democratização das informações; avaliação compartilhada; relações humanas produtivas e criativas, visando universalizar as particularidades.

O estudo ainda possibilitou ressaltar a importância e a necessidade de um maior aprofundamento, conhecimento e participação por parte da comunidade escolar e local no que se refere a organização e condução do Conselho Escolar, na implementação da gestão democrática.

Os resultados da pesquisa apresentam evidências de que há uma

tendência para a efetivação de uma concepção de gestão democrática na escola investigada, fruto também de uma mobilização feita pelo Conselho Escolar.

Por fim, cabe reconhecer que o Conselho Escolar se constitui como um tema contemporâneo amplo, sujeito a reavaliações e revisões e que sua implantação pode trazer significativas contribuições para o processo de construção de uma escola pública, inclusiva e democrática.

Referências Bibliográficas

- AVANCINE, Sérgio Luis. Conselho de Escolar em São Paulo: etnografia da participação e pais e alunos. São Paulo* FDE, 1992.
- BAHIA. Lei Estadual da Bahia nº 11.043 de 09 de maio de 2008.
- BELOTTO, Anerides Aparecida Monteiro; GONSALVES, Elisa Pereira (orgs). Interfaces da gestão escolar. Campinas-SP: Editkra Alinea, 1199.
- BORDIGNON, Geluínk (elab.). Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC/SEF, 2004.
- BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1988.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC, 1996.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs). Autonomia escolar: princípios e propostas. 15 ed. São Paulo: Cortez- Instituto Paulo Freire, 2002.
- GOHN, M. G. Conselhos Gestores e Participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001.
- KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Ed. Alternativa, 2004.
- NAVARRO, Ignez Pinto (elab.). Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, MEC, SEB, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- PARO, Vítor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (orgs). Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico. Campinas-SP: Papirus, 1998.

PARTE II

REDE DE EXPERIÊNCIAS

Conselhos escolares e formação: a experiência de uma escola de Canaan/CE

Cátia Luzia Oliveira da Silva
Alberto de Oliveira Jucá
Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante

1 Introdução

Este artigo enfoca relato de experiência de participação no Curso de Extensão Formação Continuada em Conselho Escolar, semipresencial, enfocando as percepções dos participantes sobre a aplicação das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) em tal experiência. Particularmente, descreve a experiência de alguns participantes do curso, integrantes de um conselho Escolar do distrito de Canaan/Trairi, localizado na faixa litorânea Oeste do Estado do Ceará e distante 135 Km da capital, Fortaleza.

O Curso de Extensão Formação Continuada em Conselho Escolar, como oportunidade educacional, chegou ao distrito de Canaan como fruto de iniciativa empreendida pela Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e financiado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Historicamente, situa-se no contexto do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE), instituído em 2004.

A partir do processo de redemocratização do País, ocorrido com o fim do regime ditatorial militar, a educação brasileira buscou refletir princípios também democráticos. Esses princípios também constam tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/1996. Exemplos de tais valores são a gestão democrática e a participação da comunidade escolar nas decisões da escola, o que levou ao aprimoramento da importância do papel do Conselho Escolar.

A instituição e o fortalecimento dos Conselhos Escolares têm como objetivo último a oferta de educação de qualidade para os alunos do Ensino Básico das escolas públicas brasileiras, consoante práticas da democracia participativa. Parte-se do princípio de que o papel do conselho

Escolar é chave para a construção da cidadania e da inclusão social. Fazendo com que a escola realize plenamente seu papel social de formar cidadãos atuantes socialmente, busca-se a atuação de variados segmentos sociais (professores, pais, alunos, diretores, funcionários) para o cumprimento de funções deliberativas, pedagógicas e fiscais.

Os Conselhos Escolares são constituídos por membros da comunidade a qual a escola está inserida. Seus membros, em pares, são compostos, por professores, gestão, funcionários, pais e alunos da escola. Essa constituição busca que o Conselho Escolar seja

[...] um dos instrumentos de democratização da escola pública. É um colegiado composto por integrantes dos quatro segmentos que representam a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) vinculado diretamente à escola, ou seja, qualquer conselheiro que perde seu vínculo direto com a escola deixa de fazer parte dele. (COSTA, 2003, p.67)

Mesmo com todas as garantias legais os conselhos são constituídos de fato é pela ação dos seus integrantes, que no cotidiano organizam-se, discutem e tecem ações, fortalecendo a educação pública brasileira. Cada conselho, portanto, tem as feições e características dos seus integrantes, visto que “não é uma fórmula dada, que sozinho resolve os conflitos da escola. O Conselho é algo incerto, impreciso e ávido para que os conselheiros que dele participam lhe atribuam um sentido” (BARBOSA JÚNIOR, p.30, 2013).

2 O Curso de Extensão Formação Continuada em Conselho Escolar

Os esforços do Ministério da Educação para fortalecer a atuação dos Conselhos Escolares reconhecem o papel determinante que as tecnologias digitais da informação e da comunicação tem para democratizar o acesso à formação continuada da comunidade escolar. Em parceria com a UFC, através do Instituto UFC Virtual (<http://virtual.ufc.br>), instituiu o Curso de Extensão Formação Continuada Conselho Escolar na modalidade semipresencial e também um portal (<http://www.conselhoescolar.virtual.ufc.br/>). Através dos esforços de uma equipe multidisciplinar, empreendeu trabalhos que foram desde a transição didática dos materiais impressos do PNFCE até a criação de jogos multimídia. Os conteúdos foram atualizados e reelaborados para atender as especificidades do público do curso, com adequação à linguagem multimidiática. No total, três módulos (com nove aulas cada), foram criados em formato de animações em flash, atendendo ao critério da ludicidade para atender à diversidade

social dos cursistas. Fazem parte das aulas também atividades avaliativas (formativas) e não-avaliativas (jogos). (Martins, Costa & Costa, 2013).

A capacitação dos conselheiros escolares foi iniciada com a edição de 12 cadernos editados pelo PNFCE entre 2004 e 2009, enviados às escolas e cujas temáticas orientaram a capacitação inicial de muitos conselheiros, como foi o caso da Escola Raio de Sol 1. Foi a partir do conteúdo dos cadernos que foi desenvolvido o Curso de Extensão Formação Continuada em Conselho Escolar, oferecido na modalidade semipresencial tratado no presente texto.

3 Metodologia

A pesquisa de campo que fundamenta o presente artigo ocorreu na localidade de Canaan/Trairi-CE, em março de 2014 e tem como contexto o Curso de Extensão Formação Continuada em Conselho Escolar. A investigação adota uma abordagem qualitativa (Bogdan & Biklen, 2007), uma vez que as percepções e os significados construídos pelos participantes dos cursos são o foco do processo investigativo. Adota-se, aqui, uma abordagem interpretativa dos dados.

Os procedimentos para a coleta e análise de dados ocorreram após as atividades propostas no curso, em horário agendado com os participantes.

4 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu através de entrevistas com os participantes do curso. Segundo Seidman (2006), as entrevistas oferecem a oportunidade de melhor entendimento de ações e atitudes, pois as contextualiza. Mais particularmente, optou-se pela formação de um pequeno grupo de foco que, segundo Bogdan e Biklen (2007), estimulam a discussão de um determinado tópico sob múltiplas perspectivas. Três participantes do segmento professores e gestão que participaram do curso integraram o grupo de foco, além de dois facilitadores, também autores deste artigo. Para o processo de entrevista, um protocolo semiestruturado foi construído e aplicado (em anexo). As entrevistas foram gravadas, com a permissão dos participantes, com o propósito de realizar transcrição. Esta foi executada com o apoio do software Express Scribe.

¹Optou-se por preservar o nome da escola, substituindo-o por um nome de fantasia, bem como dos informantes que concederam entrevista aos pesquisadores.

5 Análise de dados

A análise de dados ocorreu de forma indutiva, de acordo com os conceitos do arcabouço teórico subjacente. A partir de múltiplas leituras da transcrição das entrevistas, criou-se familiaridade com os assuntos tratados e gerou-se a posterior listagem e compilação de categorias e de temas principais.

6 Vivências de um Conselho Escolar

Buscou-se nesse exercício de escuta dos participantes do curso de formação “[...] contextualizar os saberes” (MARQUES, 2007, p.96), entendendo a experiência do cursista como parte constituinte do processo de aprendizagem e base fundamental na construção e fortalecimento de conselhos escolares no sistema de ensino público brasileiro. Assim, este texto foi construído priorizando as vivências dos conselheiros no processo formativo. Entende-se que ao refletir sobre a formação, na perspectiva dos conselheiros, público-alvo do curso, contribui-se com o processo como um todo.

O Conselho Escolar da Escola Raio de Sol foi fundado em 17 de abril de 2002 e, desde que foi constituído, o processo de capacitação dos conselheiros se deu através dos cadernos editados pelo PNFCE e enviados à escola.

A primeira formação envolvendo o conjunto de conselheiros e de forma sistemática foi proporcionada pelo Curso de Extensão a Distância Formação Continuada em Conselhos Escolares, oferecidos em duas fases e perfazendo um total de 200 h/a.

Observa-se que embora o Conselho Escolar tenha sido constituído em 2002, ainda hoje enfrenta a questão de envolvimento efetivo dos integrantes do colegiado, decorrente de uma cultura da não participação. Bem como decorrente de questões burocráticas que limitam a atuação no caso dos alunos, já que é necessário ser maior de 18 anos para participar. Diante dessa constatação, o curso de formação em Conselhos Escolares busca fortalecer a atuação e envolvimento de todos os segmentos do colegiado. Para tanto, é necessário que todas as partes envolvidas no processo participem de uma escola

[...] comprometida com a emancipação humana e com a democratização da sociedade que impulsiona a construção da autonomia, da responsabilidade e da liberdade em todos os cidadãos e cidadãs. (BRASIL, MEC, 2006, p.12).

Mesmo assim com todo o esforço de mobilização, os depoimentos destacam a dificuldade de envolver o segmento formado por pais no conselho escolar.

Uma das coisas que tivemos grande dificuldade de fazer aqui nessa escola... foi de trazer o pai pra dentro da escola. É um problema em geral, em todo canto... que as pessoas não se sentem parte da escola. A escola é um depósito onde eles vão e deixam o menino, e a tarde o menino volta para o seu lar. Isso sempre foi uma dificuldade (Entrevistado 1).

Todo ano há essa mudança na questão do aluno... sempre o aluno de maior é o que está no terceiro ano, sai. Esse ano, por exemplo, a gente já teve uma mudança em relação ao ano passado (Entrevistado 2).

A gente tá engatinhando, mas a gente tá conseguindo trazer os pais, a gente tá acompanhando os pais para ver a realidade das famílias... e dividir a parcela da educação desses meninos, também com a família (Entrevistado 3).

O projeto Diretor de Turma tem sido usado como uma das estratégias para buscar uma maior aproximação com as famílias, como forma de romper com essa prática da pouca frequência dos pais e responsáveis ao ambiente escolar.

O projeto Diretor de Turma oportunizou a escola estar mais conhecedora da família. E quando a gente valoriza esse espaço, da família dele, eles se sentem mais parte da escola. E eu acho que é um dos caminhos pra fazer com que a família venha. Esse processo também é de agregar esse pai a escola pra esse projeto como o Conselho Escolar... Então nesse processo, o Conselho é construído. É outro momento que a gente nunca viveu antes porque antes as gestões era que tinham o comando geral da escola... e agora o conselho está começando... (Entrevistado 3).

A busca de uma escola pública de qualidade, educacional e social, é um dos objetivos basilares do Conselho Escolar. É a gestão democrática o meio imprescindível na construção de práticas que possam garantir a efetivação deste objetivo. Temos o Conselho Escolar como órgão colegiado, organizado na escola para promover, discutir, normatizar, e deliberar sobre os caminhos e questões essenciais para o desenvolvimento e crescimento da mesma.

O Conselho Escolar deve ser o alicerce da gestão escolar. Esse destaque fundamenta-se na participação dos familiares dos alunos, dos professores, dos funcionários, dos alunos e da direção, que se reúnem para debater e deliberar os principais pontos sobre questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

A descentralização do poder se dá na medida em que se possibilita cada vez mais aos destinatários do serviço público sua participação efetiva, por si ou por seus representantes nas tomadas de decisão. " (PARO, 2003, p 84)

Destaca-se que a melhoria da qualidade de ensino é fruto de uma descentralização objetiva, decorrente da direção escolar ficar mais conexas com o grupo docente, com os discentes e de seu grupo familiar. Busca o Conselho Escolar, efetivamente, suprimir (ao menos diminuir) a assimetria existente nas relações de poder entre os envolvidos nesse processo, visando estancar o afastamento da comunidade da ação fundamental de construção escolar.

Essa vivência que a gente cria dentro da escola, isso é um processo, não é por que nós acabamos de fazer esse curso de conselheiro escolar que, agora, tudo vai ficar lindo! (Entrevistado 1).

A gente que nasceu, e se criou, dentro dessa escola, a gente vê as mudanças. Eu nasci e me criei dentro dessa escola, como aluno... agora como professor. Então a gente vê as fases, por quais ela passou. Então, de gestão, de professor... e toda uma sistemática. Negativa, no caso. Então a gente viu o quanto ela melhorou nesses últimos seis anos. O quanto ela melhorou... pela visão pedagógica da gestão. (Entrevistado 3)

O entendimento dos conselheiros é que mesmo a constituição do conselho sendo processual, o curso de formação possibilitou que o grupo tomasse uma atitude para um problema que já vinha sendo protelado.

Após esse curso, uma das primeiras coisas que a gente fez foi reunir o conselho com esse embasamento, de poder, que realmente o Conselho Escolar tem. Foi em relação ao monitoramento da escola com câmeras no final de 2013. Com várias finalidades, inclusive pedagógica. A gente tinha aulas filmadas para avaliar e poder melhorar o nosso desempenho. E pela questão de segurança também. A gente tava tendo problema com drogas...Pessoas que a gente não conhecia pulavam pra dentro da escola na hora do intervalo. Então, por segurança, a gente também colocou as câmeras. E também para evitar fuga de aluno, pular na hora do recreio, sair... essas coisas. (Entrevistado 3).

Para os conselheiros entrevistados para este artigo, o fato de o curso ser oferecido na modalidade semipresencial foi o que possibilitou a participação de todos, como declara o entrevistado 1.

Nós não temos condições de sair daqui pra Fortaleza para ter um curso presencial, com os professores lá. O que seria nossa relação com a Universidade, se não fosse essa plataforma? Então essa plataforma nos dá isso... (..) Eu acho que essa vai ser a forma de educar do futuro (Entrevistado 1) 2.

Destaca-se que o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) tem reduzido questões de espaço e do tempo, ampliando possibilidades de obtenção de informações e conhecimentos, que visam o fortalecimento do envolvimento efetivo de todos os integrantes do colegiado. Destacamos aqui a modalidade de Educação a Distância (EaD), que remete a um processo diferenciado, caracterizado pelo uso de novas ferramentas na busca da disseminação do conhecimento e interações, de forma síncrona ou assíncrona. Nessa nova realidade, a internet é meio de integração entre aluno e professor, bem como entre aluno e aluno, facilitando a interação, dado que “a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação ou de ridículo.” (GOMES & MAIA, 2008, p.287).

A escola já tem um processo de participação de cursos. E a gente já fez curso de Astronomia, fez curso do Senado Federal, do Parlamento, a gente faz vários pequenos cursos que mobilizam aqui os professores, para que isso faça parte do currículo deles, participar de cursos a distância, curso online... Então, como a gente tem um pouquinho dessa vivência de curso online e a distância, que o certificado já é impresso quando se termina o curso, o professor se sente a vontade e valorizado para participar dessas atividades a distância. (Entrevistado 1)

Já faz três ou quatro anos que eu iniciei, eu já não consigo contar o número de certificados de cursos a distância que a gente tem feito. Cursos de física, de química, de biologia, tudo a gente faz. Cursos que estão disponíveis na parte de drogas... e a gente tá sempre fazendo. E isso facilita muito, com relação a cursos como esse que exigem plataformas online. (Entrevistado 3)

Um dos destaques do curso, segundo os entrevistados, foi a dramatização de uma reunião do conselho.

Então, pra mim... aquilo foi um diferencial. O restante, toda plataforma tem. Você baixa o PDF, faz a leitura... você posta seu comentário... toda plataforma, isso é básico. Mas aquela dramatização ali... do conselho, feito aquilo ali... pra mim foi o diferencial da plataforma. Justamente... bem didático, para o outro segmento... segmento pai, segmento funcionário... para ele ler um monte de texto, um monte de coisa... para ele é muito mais significativo, muito interessante... de aprender... em relação a isso. (Entrevistado 1).

Outro aspecto significativo apontado pelos entrevistados foi o fato de a formação acontecer em serviço, quer dizer, como acontece a distância, é possível realizar atividades na própria escola.

Na sexta feira de manhã a gente ia para o laboratório para concluir as tarefas... A gente algumas vezes usava o tempo do planejamento porque era o único tempo que a gente tinha. Ou então de acompanhamento do PCA, no meu caso. Tirava o tempo do PCA, de apoio dos professores, para fazer o curso, as atividades. (Entrevistada 2).

Algumas vezes, entre uma aula e outra e quando a gente estava de folga se encontrava no laboratório para entrar no ambiente, para repassar as informações (Entrevistado 3).

Como os vídeos eram em flash, então a gente baixava antes e assistia também nesses momentos (Entrevistado 1).

Para Imbernón (2010, p.85), a “formação centrada na escola pretende desenvolver um novo paradigma colaborativo entre os professores”.

A formação em serviço requer um clima de real colaboração entre os pares. Quem não se dispõe a mudar não transforma a prática. (...) É preciso também que a escola ou o centro de capacitação tenham uma organização estável - baseada em alicerces como o respeito, a liderança democrática e a participação de todos - e aceite que existe diversidade entre os educadores, o que leva a diferentes maneiras de pensar e agir.
(IMBÉRNON, 2011, p.01)

Importante ressaltar o fundamental papel do educador frente às novas possibilidades ofertadas pelas TDIC. Papel destacado pelo curso de formação de conselheiros escolares, no qual o conhecimento é orientado, facilitado e mediado de forma que os participantes acessem mais informações, desenvolvam suas habilidades, pratiquem sua autonomia e organização.

Nesse cenário de formação, o papel do educador, na figura do tutor, é o de incentivador dos debates, o motivador da busca do saber construído de forma cooperativa, colaborativa e coordenada.

No caso específico do Curso de Formação de Conselheiros Escolares o tutor é sujeito de fundamental importância no processo, considerando o contexto dos cursistas, como afirmam Pinto, Barreto e Santiago (2013, p.203). “O tutor deste curso, enfrenta diversos limites. Dentre estes, falta de tempo do discente; dificuldade de acesso do aluno a internet (...)” (PINTO, BARRETO, SANTIAGO, 2013, p.203).

Para os entrevistados a atuação do tutor foi exemplar e fez toda a diferença no processo de formação.

Ele nos acompanhava, mandava nosso retorno email. A gente também podia encontrar presencial. Isso até fortificou essa questão do tutor. Foi uma coisa muito legal. Um menino muito prestativo, muito educado, muito interessado pelo curso. Então, o tutor, foi uma das peças fundamentais nessa nossa atividade. Eu senti isso. (Entrevistado 1).

Pinto, Barreto e Santiago (2013) destacam que o tutor que atua no

Curso de Formação de Conselheiros Escolares realiza ações diferenciadas na relação com o cursista. Uma delas é o contato telefônico feito já no início do curso para dar as boas-vindas, motivar a participação e com isso evitar a evasão.

Outro aspecto fundamental para o bom rendimento da turma é a aproximação que o tutor deste curso busca fazer com o aluno, ou seja, a procura pelo estabelecimento de uma relação afetiva entre professor-aluno. Embora a comunicação entre tutor e aluno seja basicamente por meio da linguagem escrita, busca-se criar estratégias de aproximação com o estudante, tendo como norte o respeito e a cordialidade. (PINTO, BARRETO, SANTIAGO, 2013, p.205).

Nos relatos foi possível observar o destaque da importância do tutor, atuando no desenvolvimento de uma cultura de participação efetiva dos cursistas, debatendo suas necessidades, estimulando a colocação de opiniões e buscando o envolvimento de todos os grupos participantes na busca do entendimento, e possibilidades, relacionadas a atuação do Conselho Escolar. Por outro lado, foram identificados aspectos que mesmo básicos, ainda geram dificuldades de ordem técnica, como o acesso à internet, condição necessária para um bom acompanhamento do curso.

A gente só tem cento e poucos kbytes. Já veio o técnico, fez a medição e tudo. Se tiver 10% de conexão... tá perfeita. (Entrevistado 3).

Nós estamos pagando uma internet particular pra gente já que a internet da escola tem o sinal bem fraquinho... a gente faz uma cota entre os professores e paga. (Entrevistada 2).

Observa-se, ainda, que a escola enfrenta, em relação aos seus recursos técnicos, uma situação bastante complexa. Há uma necessidade ligada à modernização das condições mínimas de conectividade, mas ao mesmo tempo, os recursos disponibilizados pelo Estado responsável, parecem obedecer a uma lógica voltada à pressão de grupos de interesses mais ligados às necessidades da indústria tecnológica, do que a efetiva necessidade educacional.

A constatação das dificuldades técnicas fundamenta as questões colocadas em relação ao modo de funcionamento, e interação, da plataforma utilizada no curso de formação. Percebe-se que há uma demanda por funcionalidade ligada à simplicidade e leveza de carregamento. Não basta o desenvolvimento de uma excelência complexa, quando da abordagem educacional do conteúdo a ser ofertado. O objetivo ideal, nesse quesito, é a construção da efetiva transmissão do saber por meio de uma TDIC, eficaz e eficiente.

O áudio nos facilitou, ao grupo. Eu vejo sempre o lado das meninas que tem mais dificuldade de acesso... o áudio foi uma oportunidade delas estarem assistindo... vendo, ouvindo... que é o diferencial dessa plataforma. (Entrevistado 1).

A plataforma não poderia ser uma coisa já pra pessoas que tem um contato com atividade online, ou a distância. Então a plataforma era bem básica para justamente atender esse pessoal que ainda não tinha tido contato com os cursos a distância... com a própria internet, o próprio computador. Tinha que ser realmente um ambiente bem intuitivo, e realmente era um ambiente bem intuitivo, bem interessante. (Entrevistado 3)

Nós tivemos uma grande dificuldade que era justamente, eu não sei se foi questão de sistema, mas sempre dava erro no nosso CPF... era maiúsculo, era minúsculo... não dava certo... no cadastro. Isso nos atrasou muito. Até que no encontro eles consertarem esses acessos via login e senha (Entrevistado 1).

Talvez, na própria plataforma com letras melhores para facilitar a visualização dos vídeos, o flash é muito mais rápido, muito mais fácil de visualizar, pra não ter que ir a outro servidor, pra demorar mais ainda...a rodar. Justamente isso, diante da nossa dificuldade de internet aqui. É melhor do que você clicar e ter que visualizar via YouTube..... (Entrevistado 1)

Oportuno mencionar que a combinação de esforços, de todos os grupos envolvidos no processo educativo da escola, é a base de fundamentação de um processo de superação das dificuldades, e limitações apontadas. Aqui se faz fundamental destacar a necessidade de uma gestão eficiente “fundada no discurso da técnica e na agilidade administrativa” (OLIVEIRA, 2001, p.95) que encontrou na direção da escola receptividade e apoio, no fortalecimento do Conselho Escolar.

Que a gente, a escola... a gente não pode reclamar da falta de apoio da gestão de estar nos qualificando, numa formação continuada. Em outras gestões anteriores a essa... era o diretor e pronto. Agia por conta própria... eu mando, eu faço, eu digo... (Entrevistado 3).

Então essa responsabilidade... porque muitas vezes, a gente tá embutido... na nossa sociedade que a escola é a única formadora educacional desses meninos. E na verdade, todo mundo tem sua parcela de contribuição na formação educacional. (Entrevistado 3).

O curso trata muito bem disso... o que o Conselho é responsável. Qual a responsabilidade do conselho realmente dentro de uma escola? Que é que ele tem que fazer, que tem que mediar... foi isso que abordou. (Entrevistada 2).

Identifica-se, nesta questão última, das responsabilidades dos conselheiros escolares, que há um destaque positivo em relação ao resultado alcançado pelo curso de formação. Pareceu-nos confirmar as palavras de Bianconi: “A informática está entrando na educação pela necessidade de se transpor as fronteiras do educador convencional [...], oportunizando

[...] uma renovação” (BIANCONI, 2004, p.1). Observamos a efetivação da assimilação do conteúdo transmitido à distância, por meio de uma plataforma virtual em mídia digital, por parte de todos os cursistas e não apenas dos profissionais ligados diretamente à escola.

Uma coisa que ficou bem forte pra mim, com o curso... e a gente vai estudando isso, é que o Conselho Escolar, ele não é consultivo. Ele é deliberativo. Então isso ficou forte para mim. Porque às vezes, a prática das escolas em que a gente trabalha é sempre assim, a gestão, o diretor, a diretora é que comanda, que exige, dá as ordens...e só cumpra-se tudo. E o restante dos segmentos da escola? Como é que fica? E hoje a gente já tá notando a importância do Conselho Escolar, do Presidente do Conselho Escolar, do presidente do Conselho Fiscal. Então, o diretor... essa figura que hoje a gente personifica como sendo o cento do poder... não existe isso. Eu acho que o curso, ele trouxe essa clareza”. (Entrevistado 1).

Trouxe muita. A gente sempre se reunia e passava o relatório das atividades. Das atividades, dos vídeos, essas coisas, pra gente debater. Nós que estamos aqui, nós temos essa vivência de gestão participativa. Mas, e o pai? E o funcionário? E o aluno? E o representante que não está ligado a escola diretamente? Então, essa formação acrescenta esse valor. Além de aproximar esses outros membros, ela ainda nos conscientiza também. Teve muitos detalhes que a gente não sabia, teve muita coisa que a gente não sabia com relação ao Conselho Escolar. Eu por exemplo, a colega que já estava envolvida, ela já foi conselheira, ela já sabia... mas eu, particularmente, não sabia. Então... o professor também não sabia... é uma forma da gente aprender e angariar conhecimento. (Entrevistado 3).

Podemos concluir que, mesmo continuando a existir barreiras de acesso ligadas a dificuldades técnicas, o desejo de aprender pode superar tais dificuldades. É importante destacar ainda que há um ganho quando se percebe que essa aprendizagem passa a ser incorporada no cotidiano escolar.

[...] por causa de pobreza, infraestrutura de comunicação precária ou, ainda, por falta de habilidade e de treinamento digital; os atores coletivos da sociedade civil podem nutrir o desejo e a vontade de aprender, prestando atenção às informações sobre as questões do seu próprio interesse. (VILCHES, 2003, p.332).

Uma coisa que a gente tem aprendido na escola é aprender a se comunicar. Gestão-Professor, Professor-Gestão... a gente tem aprendido... tem minimizado os erros de comunicação. Então, a gente é bem esclarecido das decisões que vão ser tomadas... e esse esclarecimento a gente repassa para os alunos. Então todos os professores repassaram a finalidade, a função... e ninguém chiou, nem professor... (Entrevistado 3)

Na busca do fortalecimento efetivo das ações dos Conselhos Escolares, há uma procura relacionada à troca de experiências ligadas a projetos e ações efetivamente implantadas pelos mesmos. Objetiva-se registrar e socializar Relatos de Experiências, contribuindo para o intercâmbio entre os Conselhos Escolares, e com a mobilização social, na perspectiva da promoção da qualidade da educação. Observa-se aqui, mais uma vez, o potencial das TDICs como meio facilitador de tal ensejo.

Visando divulgar iniciativas dos Conselhos Escolares, muitas vezes simples, mas que poderão ser compartilhadas e adotadas por muitos outros Conselhos, bem como fortalecendo a própria gestão democrática; o Ministério da Educação criou e disponibilizou o “Banco de Experiências de Conselhos Escolares”. De forma online (<http://bancodeexperiencias-ce.mec.gov.br/>), este Banco oferta além da possibilidade de cadastrar os relatos próprios, acesso a relatos de outros Conselhos que possam vir a servir como base de exemplo na construção de uma gestão escolar democrática. De fácil navegação, a página ainda disponibiliza um completo manual de uso (<http://bancodeexperienciasce.mec.gov.br/download/manual.pdf>) possibilitando a todos os participantes dos Conselhos, seja qual for o seu nível de familiaridade com a internet, o total uso e aproveitamento dos recursos ofertados.

Um projeto nosso que nunca saiu do papel era reunir todos conselhos aqui do Trairi, das escolas municipais. Mas só ficou no papel... a gente nunca entrou num consenso pra gente se reunir mesmo... fazer um conselho... discutir, trocar experiências... Como é que funciona na sua escola? A gente só ouve: como é que tu trabalhando na tua escola? (Entrevistado 2).

Uma das coisas que eu senti muito, quando a gente ia para os encontrões lá em Trairi... era essa partilha de vivências. Todo mundo contava sua experiência, como é que estava, como é que foi... eu... caramba! Isso acontece na sua escola? Poxa! Eu achei muito interessante... e outras eu achava até assim, absurdas! (Entrevistado 1)

7 Considerações finais

Os resultados desta pesquisa indicam que iniciativas de capacitação a distância dos conselheiros escolares continuam importantes na educação brasileira para democratizar o acesso ao conhecimento, desde que aconteçam em serviço e que estejam aliadas ao bom planejamento didático-pedagógico dos cursos. Como foi relatado pelos integrantes do Conselho Raio de Sol, o fato de o curso ter sido oferecido na modalidade semipresencial foi o fator determinante para possibilitar a participação de todos. Outro dado importante é que, embora a tecnologia empregada

não ofereça, em si mesma, nenhuma novidade, é a diversidade e a qualidade das atividades planejadas, aliadas às potencialidades dessa mesma tecnologia, que resultam na aprendizagem dos alunos. Quando o foco muda de posição, saindo da tecnologia e deslocando-se para o aluno, situações de aprendizagem significativa acontecem, tal qual relatado no caso da atividade de dramatização de uma reunião do conselho, fator decisivo para o entendimento do assunto abordado pelos interagentes do curso.

Também, o processo contínuo de capacitação, conforme foi relatado, tem sido imprescindível para fortalecer as ações do conselho, embora este enfrente ainda as consequências de uma cultura da não participação, disseminada na sociedade e refletida, por exemplo, na dificuldade de envolver o segmento formado por pais no conselho escolar. A busca de soluções criativas para resultar no envolvimento dos vários segmentos constituintes do conselho (tais como o projeto Diretor de Turma) é, em si, uma aplicação imediata dos conhecimentos trabalhados nos cursos de capacitação.

Outros desafios permanecem, infelizmente, tais como a ausência de condições mínimas de conectividade. É flagrante o descompasso entre as oportunidades de formação e as oportunidades de inclusão na sociedade em rede. As escolas brasileiras demonstram o descaso do poder público com a infraestrutura tecnológica das escolas do Ensino Básico. Tal realidade é tão presente no cotidiano dos integrantes do Conselho Raio de Sol, que eles tiveram que prover, às suas próprias custas, o acesso à Internet da escola em questão.

Entretanto, apesar dos empecilhos, quando o fluxo gestor é eficiente, engajador e democrático, emergem do conselho escolar ideias criativas, conectadas com as especificidades locais. O desejo de troca de experiências entre conselhos escolares, tal qual é descrito nas entrevistas dos sujeitos desta pesquisa, deve tornar-se realidade. Esta atividade, afinal, está na essência mesma dos conselhos escolares – o ensino à participação democrática de todos.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA JÚNIOR, W. P. Um conselho para o cotidiano. In: Vasconcelos, Soares, Martins e Aguiar (Orgs). Conselho Escolar: processos, mobilização, formação e tecnologia. Fortaleza: Edições UFC, 2013.
- BIANCONI, A. D. Informática Educativa. Disponível em: <http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca/205.pdf>. Acesso em 27 abril 2014.
- BOGDAN, R. C., & BIKLEN, S. K. Qualitative research in education: An introduction to theory and methods (4th ed.). Boston: Allyn and Bacon, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Elaboração Ignez Pinto Navarro. Brasília: MEC, SEB, 2004.
- BRASIL. RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 5 DE JUNHO DE 2009. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa e participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009. Brasília: FNDE, 2009.
- COSTA, D. M. Tempos de democracia e participação: o Conselho Escolar como possibilidade de desconcentração do poder. 2003. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6492>. Acesso em: 24 abril 2014.
- GOMES, W.; MAIA, R. C.M. Comunicação e democracia: Problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.
- IMBERNÓN, F. A. Francisco Imbernon fala sobre caminhos para melhorar a formação continuada de professores: entrevista. [Junho/Julho 2011]. São Paulo: Revista Gestão Escolar. Edição 014. São Paulo. Entrevista concedida a Noêmia Lopes. Disponível em: <http://gestaoescolar.abril.com.br/formacao/francisco-imbernon-fala-caminhos-melhorar-formacao-continuada-professores-636803.shtml?page=1>. Acesso em 24 abril 2014.
- IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARTINS, C. A.; COSTA, C. L.; Costa, M. C. S. Curso Para Conselheiros Escolares: Uso De Recursos De Animação Digital Para Concepção De Material Pedagógico. In: Conselho Escolar: Processos, Mobilização, Formação e Tecnologia. Fortaleza, Edições UFC, 2013.
- MARQUES, L. R. A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- OLIVEIRA, D. A. A Gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. São Paulo: Cortez, 2001.
- PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar – introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2003.
- SEIDMAN, I. Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences (3rd ed.). New York: Teachers College, 2006.
- VILCHES, L. A. Migração Digital. São Paulo: Loyola, 2003.

Conselhos escolares do município de Itaboraí (RJ): aspectos legais, memórias e práticas democráticas.

Jorge Mendes Soares
Fátima Temóteo
Dilcinéa Souza de Oliveira
Maria Lucia da Silva
Elisabete Silva

1 Introdução

Recentes manifestações populares de brasileiros revigoraram o debate sobre a participação dos cidadãos nas decisões políticas e demandas da sociedade. Esse mesmo movimento popular trouxe à consciência a certeza de que pela convivência humana se constrói a história e a cultura de um povo que vive diante das diferenças, da busca pela inclusão das minorias e enfrenta múltiplas identidades para promover a garantia dos direitos sociais. A consciência despertada é também coletiva e, em grupos de milhares de cidadãos, opta pelo rompimento com as tradições sócio-políticas que fragmentam e aniquilam o mais nobre dos sentimentos dos mamíferos humanos que é a tomada de decisão individual pelo desenvolvimento da coletividade.

As decisões individuais, que garantem o desenvolvimento das demandas coletivas, fortalecem o exercício de democracia participativa cujo objetivo visa, primordialmente, o desenvolvimento que resulta na ampliação das capacidades humanas (Amartya, 1999).

O presente trabalho visa apresentar aspectos legais que orientam metodologias e filosofias de trabalho para os conselhos escolares, o resgate de memórias e o relato de práticas democráticas que, no conjunto, fundamentam, justificam e traz à participação coletiva os conselheiros escolares, cujo trabalho deve priorizar o desenvolvimento de ações que visam à ampliação das capacidades humanas pela solução dos problemas que a própria comunidade escolar enfrenta.

2 Desenvolvimento

A democracia participativa é aquela que faz as pessoas, os cidadãos, se sentirem parte de um grupo. O entendimento de Bordenave (1994, p.8) de que a "Democracia é um estado de participação" dialoga com os fins previstos em lei sobre o papel dos Conselhos Escolares, que se constituem em espaço de exercício diário de construção de práticas com vistas à promoção da democracia participativa que, de acordo com este autor, permite que os cidadãos se sintam "fazendo parte" de uma nação ou grupo social, onde todos "têm parte" significativa no seu desenvolvimento e, por isso, se "tomam parte" da construção de uma nova sociedade da qual "se sentem parte".

Vista pela perspectiva de estado de participação, Bordenave (1994, p.8), a democracia participativa tem sido alvo de lutas e conquistas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Itaboraí na implementação dos conselhos escolares.

A implementação dos Conselhos Escolares deve considerar os dispositivos legais que incentivam, normatizam e justificam o papel desses Conselhos, em destaque: Lei Nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001) e Plano Municipal de Educação de Itaboraí (Lei nº. 2077, 28/11/2008).

A Lei Nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 14, estabelece que os sistemas de ensino definem as normas de gestão democrática no ensino público na Educação Básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola;

II. Participação da comunidade escolar e local nos Conselhos Escolares ou equivalentes;

III. Plano Nacional de Educação (Lei Nº 10.172, 9/01/2001), que tem por objetivo: "promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a Instituição de Conselhos Escolares";

IV. A autonomia do Conselho Escolar se exercerá nos limites da legislação de ensino, das políticas e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação, comprometidas com a oportunidade de acesso de todos à escola pública e com a qualidade de ensino.

O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), prescreve que no âmbito da Educação Infantil, um dos objetivos e metas é implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar

e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos. No âmbito do Ensino Fundamental, um dos objetivos e metas é promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes. No âmbito do Ensino Médio, um dos objetivos e metas é criar mecanismos, como conselhos ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas.

O Plano Municipal de Educação de Itaboraí (Lei nº. 2077, 28/11/2008), objetiva garantir, no sistema de ensino, que a gestão democrática se pautar pelos princípios estabelecidos pelo Art. 14 da LDB 9394/96, a saber:

I. Implementar os Conselhos Escolares em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio do município, de forma a garantir as suas autonomias e a participação das respectivas comunidades;

II. Garantir a autonomia das unidades escolares e de seus gestores, bem como estimular o estabelecimento de uma cultura democrático-participativa nas unidades escolares;

III. Promover a transparência dos dados financeiros das escolas e da SEMEC.

Consciente das normativas legais apontadas e no mais pleno exercício de seus poderes para promover a qualidade da educação pública a SEMEC participou do I Encontro Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares realizado em Brasília, Junho de 2009. Naquele momento, com participação dos representantes legais da Secretária de Educação, Subsecretaria de Gestão e Ensino e Coordenação de Gestão, a SEMEC assumiu o compromisso de implantar os conselhos escolares em todas as suas unidades de ensino.

A Coordenação de Gestão, motivada pelo espírito e desejo de desenvolvimento de práticas democráticas na gestão municipal e com o objetivo de atender a demanda legal de implementação dos Conselhos Escolares, reafirmada pela ratificação da assinatura do documento-compromisso "Todos pela Educação" e considerando o previsto na Resolução 07 (24/05/2010), resolve instituir a Comissão de Implementação e Acompanhamento dos Conselhos Escolares (CIACE) para desenvolver efetivo trabalho de implementação dos conselhos escolares em todas as unidades de ensino da rede pública municipal.

O empenho dos membros da CIACE resultou na produção de diversas atividades e elaboração de documentos normativos. Acerca de suas atribuições e ações, destacamos:

I. Elaboração da Resolução Nº 13 (10/08/2010), que dispõe sobre

a criação e implementação dos Conselhos Escolares no Município de Itaboraí;

II. Organização do I Encontro Municipal de Fortalecimento do Conselho Escolar de Itaboraí, sob o título: “Novos Olhares para a Gestão Democrática”, com presença do Professor José Roberto Ribeiro Júnior (Coordenador Nacional dos Conselhos Escolares do Ministério da Educação e Cultura - MEC), que proferiu palestra intitulada: “Os Conselhos Escolares e a Democratização da Participação na Gestão das Escolas Públicas” para um público heterogêneo composto por autoridades municipais, profissionais da SEMEC, diretores, equipe administrativo-pedagógica, profissionais da educação e representantes da comunidade local e de outros municípios circunvizinhos;

III. Ciclo de Estudo dos Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, com participação das equipes diretivas das 74 escolas municipais e

IV. Ciclo de debates e, em especial, roda de conversa sobre conselhos escolares com o Professor José Roberto Ribeiro Júnior no I Encontro Municipal de Fortalecimento do Conselho Escolar de Itaboraí.

Em setembro do corrente ano a CIACE acompanhou os trabalhos internos nas Unidades Escolares (UE) e realizou encontros por pólos para ordenar e garantir o processo democrático de inscrições de candidatos a Conselheiros Escolares. Ao término das inscrições, a CIACE elaborou, executou e avaliou a formação dos candidatos a Conselheiros Escolares. Finda a formação (Novembro/2010) a CIACE apresentou os resultados do processo de formação e divulgou os nomes dos candidatos para a eleição dos Conselheiros Escolares. Essa divulgação ocorreu através de Out-Dor, carro de som e por meio de anúncio em Rádio local. Em dezembro ocorreram as eleições dos Conselheiros Escolares nas Escolas da Rede Municipal de Itaboraí.

Uma motivação verdadeira é conseguir que as pessoas façam algo porque querem fazê-lo (Christensen, 2012) essa dimensão da motivação humana tornou-se marca de identificação da CIACE, que na contramão daqueles que desistem diante dos primeiros obstáculos visionou metodologias de trabalho que resultou no fortalecimento dos conselhos escolares de Itaboraí. Das ações metodológicas desenvolvidas pela CIACE, no decorrer do ano de 2010, destacamos:

I. Criação da estrutura interna da CIACE para motivar e implementar os Conselhos Escolares;

II. Publicação de Portaria de Nomeação dos integrantes da CIACE;

III. Publicação da Resolução N° 13 (10/08/2010), que dispõe sobre a criação e implementação dos Conselhos Escolares na UEs;

- IV. Propiciação de formação para equipe interna da SEMEC;
- V. Reprodução dos Cadernos de Fortalecimento dos Conselhos Escolares para as UEs;
- VI. Propiciação de formação para Diretores e Equipe Diretiva;
- VII. Acompanhamento dos trabalhos internos das UEs e
- VIII. Participação no II Encontro Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e composição do GAFCE (Grupo Articulador de Fortalecimento do Conselho Escolar).

Findo o ano de 2010, todos os conselhos escolares estavam instituídos. A CIACE passa à convocação das UEs para a elaboração do Estatuto do Conselho Escolar e prossegue com o trabalho de acompanhamento desses Conselhos e dos Conselheiros. Em 2012, a CIACE promove um encontro com Diretores das Unidades Escolares para tratar do tema Conselho Escolar com a participação da Prof^a. Dra. Heloísa Lück, que ministrou palestra.

Em 2013, a CIACE passa à denominação de Coordenação e Articulação dos Conselhos Escolares (CACE).

A nova CACE, orientada pelas normativas legais e com vistas à promoção de novas metodologias e fundamentação de uma filosofia de trabalho dos conselhos escolares passa a fortalecer o espírito democrático, base e orientação método-filosófico que orienta os trabalhos dos conselhos escolares, cuja ação deve priorizar a participação da coletividade dos segmentos representativos da escola. Diante do exposto, com vista a garantir a participação democrática a CACE convocou todos os segmentos da comunidade escolar e equipes diretivas para estudar e elaborar uma única versão de estatuto de conselho escolar para o município de Itaboraí.

O Estatuto único foi construído coletivamente com a participação de gestores, membros internos e externos da comunidade escolar, em plenária realizada aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de 2013, que resultou na elaboração do texto final dos termos legais que reafirmam o desejo de promoção da participação democrática de todos os segmentos representativos da escola cujo objetivo deve ser garantir a paridade de seus membros na tomada de decisão administrativa, financeira e pedagógica, todas relacionadas com a promoção do processo de ensino-aprendizagem e ampliação das capacidades humanas.

A resolução nº 04 (21/03/2013), que normatiza os Conselhos Escolares do município de Itaboraí apresenta, de forma resumida, questões ímpares à implantação e gerenciamento dos conselhos escolares da rede pública. O Estatuto e a Resolução (nº 04 – 21/03/2013) são uníssonos aos preceitos legais previstos na Constituição Federal (1988), artigo 211,

que oportunizou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; a Portaria Ministerial Nº 2.896/2004 (17/09/2004) e Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), que prescrevem a implantação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Em consonância com os preceitos legais apresentados o Plano Municipal de Educação de Itaboraí (Lei nº. 2077, 28/11/2008) tem por objetivo atingir as seguintes metas:

I. Garantir, no sistema de ensino, que a gestão democrática se pautar pelos princípios estabelecidos pelo Art. 14 da LDB 9394/96;

II. Implementar os Conselhos Escolares em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio do município, de forma a garantir as suas autonomias e a participação das respectivas comunidades;

III. Garantir a autonomia das unidades escolares e de seus gestores, bem como estimular o estabelecimento de uma cultura democrático-participativa nas unidades escolares;

IV. Promover a transparência dos dados financeiros das escolas e da SEMEC.

Em conjunto com as representações dos segmentos escolares a CACE providenciou:

I. Revisão da Resolução 07 (24/05/2010), revogada pela Resolução Nº 04 (21/03/2013), que normatiza os Conselhos Escolares no Município de Itaboraí;

II. Realizou a formação de Diretores e Equipes Diretivas das Unidades Escolares para eleição do Conselho Escolar para o biênio 2013/2014;

III. Encontro com Diretores e representantes do Conselho Escolar para elaboração coletiva do Estatuto Único da Rede Municipal de Itaboraí;

IV. Formação continuada desenvolvida no 11º Simpósio de Educação de Itaboraí, com a Palestra: "Tramas Internacionais do Trabalho Educativo: Participação e Empoderamento do Conselho Escolar", ministrada pelo Prof. Dr. Walter Pinheiro Barbosa, para os Conselheiros da Rede Municipal de Itaboraí;

V. Formação de Presidentes dos Conselhos Escolares.

Atualmente a CACE realiza acompanhamento dos conselhos escolares através da Supervisão de Gestão, uma equipe de profissionais qualificados e treinados para visitar, sugerir e melhorar, com foco no desenvolvimento da participação coletiva, o trabalho da gestão escolar.

Com vistas à qualificação e aperfeiçoamento dos conselhos escolares a CACE e a Secretaria de Educação e Cultura de Itaboraí participam dos Encontros Nacionais, Estaduais e Municipais de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

A fim de dar legitimidade e garantir e a continuidade do processo de implementação dos Conselhos Escolares na rede de ensino do município de Itaboraí-RJ a Subsecretaria de Gestão e Articulação, através da CACE, objetiva:

- I. Acompanhar o trabalho dos Conselhos Escolares das 85 UEs;
- II. Supervisionar o processo de eleição dos conselheiros e escolha do presidente;
- III. Manter atuante a agenda de encontros com membros eleitos;
- IV. Executar formação continuada e reuniões com representantes dos segmentos com o objetivo de promover práticas que reforçam a participação dos Conselhos Escolares no desenvolvimento da gestão democrática da educação pública de Itaboraí.

Hoje se faz notória a participação dos conselhos escolares de Itaboraí que soma aproximadamente 850 conselheiros. Essa atuação dos conselhos escolares pode ser medida através do número de Projetos Básicos executados, a executar e em execução, que sob a etiqueta de “Cota Extra” são aprovados, em reunião ordinária com devido registro em livro de ATA dos conselhos escolares, para que a escola possa receber até duas liberações anuais de R\$8.000,00 para promover melhoria das instalações físicas e/ou aquisição de material didático-pedagógico.

O Projeto Básico deve ter seus objetivos avaliados em reunião de Conselho Escolar com presença dos membros da Associação de Apoio À Escola (AAE) para deliberarem sobre a pauta, cujo conteúdo pode ser, de modo geral, expresso dessa forma: “destino dos recursos financeiros da cota extra”.

Os Projetos Básicos tratam de melhorias de infra-estrutura e promoção de ações pedagógicas. Sobretudo, revelam a participação democrática da comunidade escolar. Essa participação pode ser observada através dos títulos dos Projetos Básicos, listados nos anexos 1, 2 e 3, que indicam o desenvolvimento de ações de diversas ordens e naturezas de melhorias nas instalações físicas e ações pedagógicas da escola. Do conjunto de escolas que apresentam Projetos Básicos, destacamos, a título de exemplificação, as atribuições desenvolvidas pelo Conselho Escolar da Escola Municipal Clara Pereira de Oliveira.

3 Práticas Democráticas: Vivências do Conselho Escolar da Escola Municipal Clara Pereira de Oliveira.

No centro do processo educativo reside o diálogo, entendido como um evento de interações socioculturais, de consciência sociológica, atravessado por forças sociais (FARACO, 2009, p.61). A palavra diálogo possui muitos sentidos, entre eles, o de uma conversa de personagens. Em nosso ângulo de análise consideramos a perspectiva de Bakhtin (1959 apud FARACO, 2009), que o que importa não é o diálogo propriamente dito, mas, o que nele há, ou seja, "o complexo de forças que nele atua e condiciona a forma e as significações do que é dito ali".

Os estudos de Bakhtin sobre diálogo, objeto de investigação de sua obra, permitem a análise de uma conversa sob a perspectiva das características: plural, de caráter aberto e incompleto do pensamento, de oposição à verdade, e de importância das antinomias na evolução do pensamento do homem. Para Bakhtin a noção de verdade é fruto de um processo de interação dialógica, entre pessoas, na coletividade, portanto, não pode estar no interior de um único indivíduo, visto que é coletiva.

A partir desse referencial consideramos que o dialogismo tem como característica estruturante "conceber a unidade do mundo nas múltiplas vozes (um enunciado se expressa sobre um ponto de vista - uma voz -, não havendo enunciado neutro, que não expresse uma visão de mundo) que participam do diálogo da vida" (SOUZA, 2001, p.104).

O papel dos Conselhos Escolares na promoção de diálogos, para a construção de uma educação participativa, pressupõe, que as decisões individuais, que se manifestam a favor da garantia do desenvolvimento das demandas sociais, da coletividade e dos grupos que compõem a comunidade local e global, possuem a função de articular o desenvolvimento de ações que promovam o alargamento da compreensão da democracia participativa.

Na pauta dos trabalhos dos conselhos escolares há, inextricavelmente, a valorização do diálogo, que, em exercício, indica a presença de processos democráticos em marcha. Portanto, a análise do diálogo constitui o centro das investigações para aqueles que desejam identificar caminhos de efetiva mudança qualitativa dos processos de educação nas unidades escolares.

A partir da perspectiva Bakhtiniana sobre o diálogo e da legislação específica, que orientam metodologias e filosofias de trabalho dos conselhos escolares, passaremos à apresentação de três situações dialógicas, extraídas de assembleias ordinárias, todas registradas livro ATA próprio, do conselho escolar da Escola Municipal Clara Pereira de Oliveira.

Primeira Situação Dialógica:

A diretora da unidade apresentou planilha de obras. Relatou que fará rodízio para o uso das salas de aula (Livro ATA, Conselho Escolar. 15/06/2011, f. 1a-2). Por decisão do conselho a escola não fará uso do espaço cedido pela igreja, tendo em vista se encontrar (a obra de infra-estrutura) na fase final (Livro ATA, Conselho Escolar. 30/08/2011, f.3).

O capítulo II – Da Natureza e dos Fins - do estatuto do conselho escolar da rede pública de ensino de Itaboraí-RJ em seu Parágrafo Único determina que sobre a natureza de suas funções, entenda-se:

I. Consultiva, em planos, programas pedagógicos, administrativos e financeiros em conformidade com a Associação de Assistência ao Educando (AAE).

II. Deliberativa, em questões financeiras.

III. Fiscalizadora, em questões pedagógicas, administrativas e financeiras e,

IV. Mobilizadora, em promover a participação de forma integrada dos segmentos representativos das comunidades escolar e local.

O conselho escolar ao decidir que não faria uso do espaço cedido pela igreja exerceu a função consultiva mantendo, por entendimento de seus membros, a posição de rodízio das salas de aula conforme proposta da gestora da unidade escolar. Essa posição do conselho escolar não está direcionada somente para o uso desse ou daquele espaço para realização das aulas. Aquele que discordar da afirmativa anterior estará enganado, pois em um primeiro entendimento, simples e superficial, poder-se-ia pensar que seria mais adequado passar alguns dias longe da poeira e do barulho das obras. O contrário, ou seja, estar fisicamente em outro espaço que não o ambiente da escola, cujo momento de reformas, na mudança de cor das paredes e portas, do tratamento espelhado do piso dos corredores, salas de aula e quadra de esporte, distanciaria a comunidade escolar do processo de mudança e tomada de consciência das mudanças ocorridas nos espaços físicos do ambiente escolar. Nesse sentido, Seria injusto sair desse local "mexido" com tábuas, rolos de tintas, ferramentas e material de construção para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem em ambiente silencioso e aconchegante, como o de uma igreja?

A resposta a essa interrogação seria pela opção da transferência da comunidade escolar para outro espaço, no caso a igreja, mais adequado. Entretanto, essa não foi a resposta à consulta feita ao conselho escolar, que de forma sábia optou por manter visível, a todos, os dias finais da

obra que logo se encerraria, ainda que viesse a pagar o preço das reclamações dos responsáveis pela estratégia educativa que objetivou dar continuidade visual ao processo de mudanças realizadas no prédio, o que garantiria, dessa forma, o efeito educativo daqueles que ali coabitam no mesmo ambiente escolar e, portanto, são agentes ímpares na manutenção predial. Para além dessa perspectiva educativa, ressoa ainda a decisão, do conselho escolar, de manter todos no espaço ecumênico da escola, cercado pelos muros que limitam a área interna da escola da área externa, cujas variações sociais, políticas e ambientais, por vezes, deseducam pela perda da identidade e da cultura própria da escola.

Segunda Situação Dialógica:

... a mesma (diretora) relatou os problemas administrativos e pedagógicos que tem com a professora (nome omitido) (...) que (a diretora) já tomou providências administrativas cabíveis (...) (Livro ATA, Conselho Escolar. 15/06/2011, f.2).

A diretora apresentou o acompanhamento da professora (nome omitido) onde ela (a professora) revela maior comprometimento; (...) o conselho acata o relatório da diretora e apóia o investimento (profissional) realizado (Livro ATA, Conselho Escolar. 30/07/2011, f.32).

O capítulo II – Da Natureza e dos Fins - do estatuto do conselho escolar de Itaboraí - RJ, Art. 6º, determina:

Gestão Escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas efetivando o envolvimento da comunidade, no âmbito da unidade escolar, baseada na legislação em vigor e nas diretrizes pedagógicas administrativas fixadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A gestão escolar baseada em princípios democráticos que visam garantir a efetiva participação de seus membros e segmentos da comunidade escolar, traz ao debate todas as questões que tangem o processo ensino-aprendizagem e, por ele, toma decisões, sempre fundamentadas em normativas, que regem o funcionamento do servidor visando à prestação do serviço público de qualidade à população. Essa situação dialógica revela outro gênero, diferente da situação anterior, de angulação dialógica do conselho escolar. Nesse momento, diferente do anterior, o conselho orienta, avalia e acolhe as decisões administrativas e pedagógicas tomadas pela gestora. Essa postura está expressa na afirmativa acima destacada no primeiro fragmento: “já tomou providências administrativas cabíveis” e “apresentou o acompanhamento da professora”.

Esses registros revelam a inclinação dos conselheiros para o acolhimento dos anseios da professora, que, quando orientada, ouvida, tendo sua voz manifestada e reconhecida, passa a revelar “maior comprometimento”. É nesse diálogo entre pessoas preocupadas com a educação, que todos, alunos e professores, efetivamente constroem práticas democráticas de participação, crescimento pessoal e profissional. O diálogo estabelecido diz muito mais do que está escrito, pois eleva as percepções da referida professora a outro patamar da classe de “professor problema” para “professor que tem voz”. Há, nessa situação o registro de que o conselho “acata o relatório da diretora e apóia o investimento”. Subtende-se que, nesse caso, o relatório expressa que objetivos e metas foram alcançadas como registrado em “maior comprometimento” por parte da professora e de todos que ali dialogaram em busca da promoção da melhoria e do bem estar desse profissional da educação, o professor.

Terceira Situação Dialógica:

O conselheiro (aluno) apresentou o problema dos alunos de entender a matemática (Livro ATA, Conselho Escolar. 15/06/2011, f.2).

Acerca do assunto de ensino de matemática, apresentado na reunião anterior (15/06/2011), o presidente (do conselho) informa que ocorreram reuniões com os professores da área, que passaram a desenvolver o projeto ‘Os Caras da Matemática’, com fins de melhorar a relação professor-aluno e aprendizagem (Livro ATA, Conselho Escolar. 13/07/2011, f.2).

O capítulo II – Da Natureza e dos Fins - do estatuto do conselho escolar de Itaboraí-RJ, Art. 3º, determina que “O Conselho Escolar visa ao desenvolvimento das atividades de ensino, dentro do espírito democrático, assegurando a participação dos segmentos da Comunidade Escolar na discussão de questões pedagógicas, administrativas e financeiras.”.

O desenvolvimento de atividades de ensino foi o objetivo do trabalho do conselho escolar na questão apresentada pelo representante do segmento de alunos. Vê-se que o conselho escolar ouviu a voz desse segmento representativo, no caso dos alunos, e viabilizou a resolução das questões apresentadas através de ações pedagógicas que influenciaram o resultado da aprendizagem dos alunos e promoveram melhorias na relação professor-aluno.

A dinâmica participativa de envolvimento do conselho escolar na esfera pedagógica potencializa o desenvolvimento de inovadoras práticas pedagógicas, a elaboração de relatórios, o cumprimento do currículo e da carga horária e a aplicação das avaliações externas que, por vezes, podem criar tensões na relação professor-aluno de tal forma que estes se

tornam incapazes de identificar modos diferenciados de promover mudanças que se ajustem às reais necessidades dos alunos, que também se sentem, por vezes, como alienígenas, porque se tornam estranhos, no ambiente escolar o que daí resulta, entre outros motivos, desacordos disciplinares, abandonos, faltas e agressões verbais e físicas entre alunos e professores.

4 Conclusões

Por fim, as funções administrativas, financeiras e pedagógicas do conselho escolar representam possibilidades de atuações para a instalação de uma gestão escolar baseada em princípios de democracia participativa. Trata-se, portanto, de uma valorização das vozes que estão, na maioria das vezes, caladas na interior da escola. Tal valorização indica, sobretudo, a necessidade de se trazer, para o espaço de debate sobre a aprendizagem, a história de vida dos alunos e dos professores e o contexto sócio-econômico no qual estão imersos.

Diante do exposto, podemos concluir que a função do conselho escolar deve ser valorizada pelos gestores das unidades escolares uma vez que seus membros, por força e desejo de lei, podem co-gestar a unidade escolar em seus mais diversos aspectos: administrativos, financeiros e pedagógicos, sendo este, o de maior atuação dos seus conselheiros uma vez que espelha, de forma direta, o modo como o administrativo e o financeiro são conduzidos pela comunidade escolar.

A educação participativa é construída no e pelo diálogo em reuniões dos Conselhos Escolares cujo foco de trabalho deve ser a promoção da motivação dos segmentos representativos da comunidade escolar. Logo, os conselhos escolares representam espaços democráticos de debate e promoção de práticas pedagógicas que, sob o olhar angular dialógico em marcha, resultará na produção de novas e multifacetadas formas, sempre criativas e inovadoras, de gestão da educação.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1998.

_____. Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha de diretor. In: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: SEB /MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso: 10/06/2013, às 12H30MIN.

_____. Lei n ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, 23 dez. 1996._____.

Portaria Ministério da Educação n. 2.896, de 17 de setembro de 2004. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 180. Seção 2, p. 7.

BORDENAVE, J. O que é participação. 8ª ed. São Paulo: Braziliense, 1994, p.8.

CHRISTENSEN, C. M.; Allworth, J. E Dillon, K. Como avaliar sua vida?: em busca do sucesso pessoal e profissional. Rio de Janeiro, RJ: Alta books, 2012. p. 31.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ, Rio de Janeiro. Lei n°. 2077 - 28/11/2008. Disponível em:

<http://www.legislaitaborai.com.br/leis/2008/2077.pdf> acesso: 15/09/13, às 12H00MIN.

FARACO, C. A. Linguagem & Diálogo: as ideias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. São

Paulo: Parábola, 2009, p. 61.

SOUZA, S. J. Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2001, p. 104.

Conselho escolar: ferramenta indispensável na gestão democrática de uma escola pública estadual de Fortaleza

Adriana Teixeira Alves
Maria Ângela Bariani de Arruda Fachini

1 Introdução

O Conselho Escolar é uma ferramenta fundamental para a democratização nas escolas públicas. Os jovens devem efetivamente fazer parte dessa ferramenta com diagnósticos e propostas de melhoria nas atividades escolares. Mas, em geral, os jovens educandos e demais segmentos da escola, desconhecem o Conselho Escolar e a importância desse órgão como parte da transformação da comunidade escolar em que vivem.

O artigo propõe analisar o conhecimento e as dificuldades da comunidade escolar em estabelecer critérios eficazes e efetivos capazes de assegurar uma escola de qualidade. Nesta perspectiva, os objetivos deste trabalho são: identificar as funções do Conselho Escolar e como esse órgão pode trabalhar junto com a gestão escolar para incentivar a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões e atividades que possam contribuir para a coletividade e melhoria na educação dos jovens educandos. Com vistas a atingir aos objetivos propostos, organizou-se questionários, de minha autoria, que foram aplicados aos membros do conselho escolar da referida escola. Aos alunos foi elaborado um questionário utilizando a ferramenta Formulários Google. Optou-se pelo uso desta ferramenta virtual para motivar os alunos a responderem o questionário. O questionário via Formulários Google foi aplicado, por meio do Facebook, a 70 alunos de uma escola pública estadual do estado do Ceará, de um total de 520 alunos dos Ensinos Fundamental e Médio.

Vale ainda ressaltar que o intuito desse artigo é mostrar a importância da instituição escolar em disseminar as informações sobre o Conselho Escolar, como também, motivar os alunos a participarem de forma efetiva das decisões da escola. Este pressuposto orientou a elaboração dos questionários, os estudos e as análises dos dados coletados.

Objetivando uma análise dos resultados da pesquisa fundamentada, destaca-se o entendimento sobre a função social da escola. Uma das funções sociais da escola é a emancipação dos alunos na busca dos saberes e dos conhecimentos didáticos e culturais da comunidade em que vive. Nesta perspectiva entendo que o Conselho Escolar é uma estratégia que a gestão da escola tem para promover as ações da escola em benefício da aprendizagem dos alunos.

O Conselho Escolar, como um órgão deliberativo, fiscalizador, consultivo e mobilizador, que compõe a organização da escola, alia-se a gestão da escola pública como um mecanismo importância de participação da comunidade escolar para a democratização das ações da escola. No papel de coautores para a melhoria da aprendizagem, os membros do Conselho Escolar encontram as condições necessárias na busca de soluções efetivas aos problemas da escola e como forma de integrar professores, funcionários, alunos e pais na transformação da realidade da escola.

Apesar do amparo legal e do significativo número de pesquisas e produções que afirmam a necessidade da instituição do Conselho Escolar, ainda se busca uma forma de gestão democraticamente participativa nas escolas públicas. A comunidade escolar, precisa ser conhecedora do processo de construção e reconstrução de tomadas de decisões dentro das instituições escolares.

2 Conselho Escolar: Espaço Democrático de Concretização das Leis

A Constituição Federal de 1988 dispõe no Inciso VI, Artigo 206, que a educação escolar será ministrada com base em princípios, estando entre eles a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Esta disposição constitucional é assumida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/1996, no inciso VIII, artigo 3º: “gestão democrática do ensino público na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino” e complementada pelo artigo 14, que aponta os princípios norteadores no âmbito dos sistemas de ensino e das escolas, da seguinte forma:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, nos artigos 14 e 15 recomendam normas de gestão democrática do ensino público na educação básica delimitando os princípios norteadores dessa democracia: participação de gestores, educadores, educandos, pais e demais funcionários no processo de elaboração do projeto político pedagógico da escola (PPP), de conselhos escolares e na consolidação progressiva de escolas autônomas. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, também reforça que o projeto político-pedagógico da escola junto aos conselhos escolares deve obedecer aos princípios democráticos da participação, como, por exemplo, informar e envolver toda a comunidade escolar, na organização e decisão coletiva com o intuito de melhoria da educação e qualidade de vida dos envolvidos na dinâmica escolar.

É importante ressaltar que a ideia de gestão escolar é associada à participação efetiva e coletiva dos membros da comunidade escolar e a dinâmica da instituição em sua prática é amparada por lei federal. De acordo com o autor Morin (2000) a democracia essencialmente nutre-se de opiniões diversas e antagônicas; desse modo, o respeito às opiniões de cada um é um princípio democrático.

A democracia é um sistema complexo de organização e de civilização políticas que nutre e se nutre da autonomia de espírito dos indivíduos, da sua liberdade de opinião e de expressão, do seu civismo, que nutre e se nutre do ideal Liberdade/Igualdade/Fraternidade, o qual comporta uma conflitualidade criadora entre estes três termos inseparáveis. A democracia constitui, portanto, um sistema político complexo, no sentido de que vivem de pluralidades, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade. (MORIN, 2000, p.105).

A partir da citação de Morin, observa-se que a escola é um espaço privilegiado para promover ensinamentos que proporcione o conhecimento sobre a ação democrática, pois aprendemos a ser democrático. Democracia que poderia melhorar a estrutura da sociedade, mas nem sempre acontece na prática. A ação democrática vem antes ou depois na escola ou no mundo? Logo vem uma resposta: nossas ações no dia a dia é que constroem ambientes democráticos, isto não se faz apenas pela determinação das legislações. As normas legais são necessárias para garantir esta prática, mas quem constrói uma sociedade democrática somos nós com nossas atitudes. O envolvimento dos jovens nessa prática é fundamental, mas verificamos uma falta de interesse.

Apontar as causas da falta de interesse dos jovens educandos para questões inerentes ao ambiente escolar é um desafio para a comunidade.

Contribuir para o conhecimento dos jovens sobre o Conselho Escolar e a participação efetiva dos jovens educandos no ambiente escolar pode mudar essa realidade, pois a ação de construir um ambiente democrático estimula o protagonismo juvenil.

Costa (2001, p.9), um dos poucos autores a tratar da relação protagonismo/ educação formal no Brasil, utiliza o termo protagonismo para designar “a participação de adolescentes no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla” (grifo nosso), concebendo-o como um método de trabalho cooperativo fundamentado na pedagogia ativa “cujo foco é a criação de espaços e condições que propiciem ao adolescente empreender ele próprio a construção de seu ser em termos pessoais e sociais”. Nessa perspectiva, o autor partilha da mesma postura que os outros autores citados quanto ao trabalho pedagógico que orienta a construção de conhecimentos e valores, pois atribui ao professor basicamente as funções de orientador, mais do que a de divulgador de conteúdos disciplinares, e situa o aluno no centro do processo educativo, deslocando o eixo desse Protagonismo juvenil na literatura....processo para a aprendizagem, de modo a minimizar, assim, a dimensão do ensino. Nesse sentido atribui ao aluno a condição de protagonista desse processo e, por essa razão, considera-o “como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade)”. (FERRETTI, ZIBAS, TARTUCE, 2004, p. 414-415).

Realizar oficinas e debates com os jovens sobre o Conselho Escolar e a democratização da escola, é uma forma de promover o protagonismo juvenil e também, de inseri-los no contexto para participarem de discussões que abordem o Conselho Escolar como ferramenta democrática na escola. Além de oficinas, poderá haver também debates para que os alunos possam expressar de forma simples, o que aprenderam na oficina e como poderão contribuir junto com o Conselho Escolar, para a melhoria da aprendizagem na escola. O protagonismo juvenil deve ser estimulado através dessas oficinas e debates sobre o papel do Conselho Escolar na participação e transformação de uma escola democrática. Dessas oficinas e debates, passaremos a ter uma visão do que os jovens esperam e buscam no ambiente escolar. O que realmente falta à escola para que se torne um ambiente atrativo para nossos jovens educandos? Como o Conselho Escolar pode ajudar na realidade dos jovens educandos? Essas são questões que serão respondidas nas ações feitas na escola para a construção participativa do conhecimento e da cultura em um ambiente democrático.

3 Da Gênese Histórica ao Caso em Questão

O Conselho Escolar é formado por diversos segmentos que compõe a escola, direção (membro nato), professores, alunos, pais, funcionários administrativos e sociedade civil. Esta é uma das formas mais comuns de composição do Conselho Escolar. Os sistemas de ensino apesar de possuírem autonomia para composição do Conselho Escolar, devem procurar a paridade entre os segmentos representativos das comunidades escolar e local. Ao Conselho atribui-se a função de discutir, decidir, acompanhar, fiscalizar e como também, buscar soluções viáveis para a melhoria da qualidade da educação na escola. Incentivar a participação de todos é um desafio para a instituição do Conselho Escolar, pois lidar com diferentes formas de pensar, diferentes dificuldades, urge a necessidade de propor estratégias em benefício da comunidade escolar e da superação dos problemas.

Nos estudos realizados não foi encontrada uma data específica sobre a institucionalização do Conselho Escolar. O que se pode afirmar é que a partir da Constituição Federal algumas iniciativas de instituir na escola mecanismos de participação foram deflagradas com a nomenclatura de Colegiado Escolar. Com o advento da LDB/1996 e o incentivo do Ministério da Educação, vários sistemas de ensino passaram a constituir nas escolas públicas o Conselho Escolar. Logo, cada sistema organizou o Conselho Escolar nas escolas a partir de condições materiais e humanas do local.

Sobre o surgimento de conselhos, recorre-se ao Caderno “Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública” do curso “Formação Continuada a Distância em Conselhos Escolares” promovido pelo MEC:

A origem e a natureza dos conselhos são muito diversificadas. As instituições sociais, em geral, sobre fruto de longa construção histórica. A origem dos conselhos se perde no tempo e se confunde com a história da política e da democracia. A institucionalização da vida humana gregária, desde seus primórdios, foi sendo estabelecida por meio de mecanismos de deliberação coletiva. (BRASIL, 2002 ,p. 47)

Em 2002, O Ministério da Educação (MEC) lançou o curso de extensão “Formação Continuada a Distância em Conselhos Escolares”/UFC/CE/MEC, promovido pelo Programa Nacional de Fortalecimento em Conselhos Escolares/MEC, com o objetivo de formar, fortalecer e solidificar o Conselho Escolar nas escolas pública do Brasil. O curso, dividido em duas partes, trata de forma prática, fundamentada e objetiva, dos aspectos

teóricos, políticos e técnicos primordiais que juntos contribuem para a gestão escolar democrática. Como situa Freire (1997), sem humildade e sem diálogo, não há como sonhar com ambiente democrático.

Na escola pesquisada, somente uma professora que faz parte do Conselho Escolar teve interesse e inscreveu-se no curso. Outros membros demonstram interesse, mas a falta de tempo é um empecilho para que façam essa formação, pois toda formação, mesmo que a distância demanda tempo e compromisso com os estudos.

Julgo relevantes os estudos, sejam por meio de um curso ou da formação continuada na escola, pois entendo que há necessidade da troca de ideias e ideais para nos fortalecermos e agirmos na perspectiva da coletividade e da construção da democracia.

De fato, não vejo como conciliar a adesão ao sonho democrático, a superação dos preconceitos, com a postura inumilde, arrogante, na qual nos sentimos cheios de nós mesmos. Como ouvir o outro, como dialogar se só ouço a mim mesmo, se só vejo a mim mesmo, se ninguém que não seja eu mesmo me move ou me comove. (FREIRE, 1997, p. 37).

Como Paulo Freire nos mostra, o diálogo é necessário para entender como criar estratégias de participação dos segmentos da escola e assim, construir as bases para um ambiente democrático.

A formação dos Conselhos Escolares no estado do Ceará é constituída pela representação de todos os segmentos escolares, sendo 50% composto por pais e alunos e 50% por professores e funcionários. Há também, um representante do Núcleo Gestor da escola e um representante de entidade da sociedade civil organizada, escolhido em comum acordo dentre as organizações atuantes na área de abrangência da Unidade Escolar.

Na escola alvo do artigo a formação é diferenciada somente quanto à participação de uma entidade da sociedade civil organizada é que se ocupa este segmento, no momento não há esta representação no Conselho Escolar. A convocação para as reuniões são de acordo com a necessidade escolar, por exemplo, quando chega verbas para a escola, o Conselho se reúne para decidir qual o destino daquele recurso. Há em média, uma reunião a cada dois meses. Esta realidade aponta a necessidade do Conselho Escolar assumir também a orientação dos educandos, por meio de promoções, oficinas, como já foi exposto no item 1 deste artigo. O Conselho Escolar deve ainda, se envolver com as questões pedagógicas, entender o PPP e dar suporte às ações que coloquem em prática este documento.

4 Análise de Experiência na Escola

Com base nos estudos e na argumentação feita até o presente momento, foi organizada a pesquisa de campo, com vistas à coleta de dados.

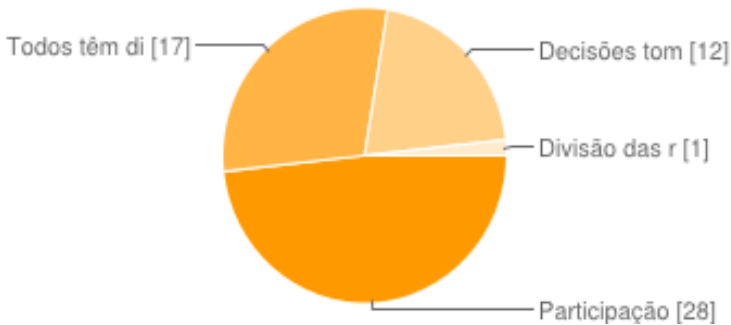
Foram aplicados dois questionários com o intuito de averiguar se todos os envolvidos sabem realmente o que são os Conselhos Escolares e quais as suas principais funções. O primeiro questionário foi distribuído para 20 membros efetivos e suplentes do Conselho Escolar. Desses questionários, somente 5 conselheiros responderam e devolveram os questionários. Fica a preocupação de que, os membros não tiveram interesse em contribuir com a pesquisa e discutir temas inerentes ao grupo.

O primeiro questionário, com 10 questões que abordava sobre o conhecimento dos membros do Conselho Escolar da instituição escolar pesquisada, sobre as atribuições, funcionamento, desafios e a participação no Conselho, gestão democrática nas ações do Conselho. Os participantes que responderam ao questionário foram representantes do segmento, assim identificados: 1 professor, 2 alunos, 2 pais e 1 funcionário. A preocupação com a pouca participação na pesquisa se justifica, pois como expressa Libâneo,

A escola continua sendo o caminho para a igualdade e a inclusão social. Não é possível democracia numa sociedade precariamente desenvolvida em termos econômicos, sociais, culturais, sem a escolarização. A escola é a esperança da formação cultural, do progresso, da conquista da dignidade, da emancipação. (LIBÂNEO, 2002, p.26)

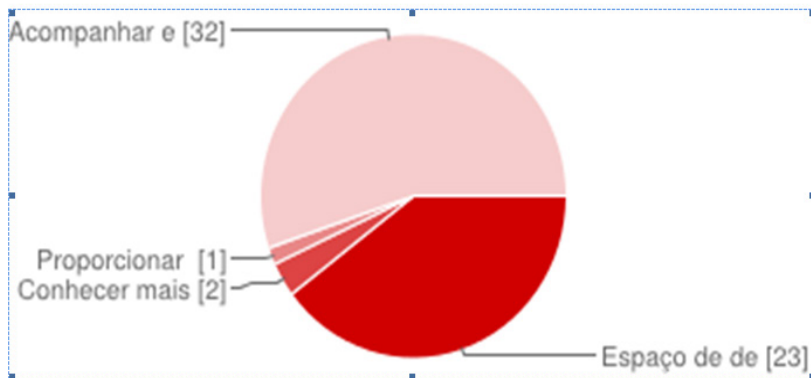
Logo, se faz necessário o envolvimento, a participação para legitimar as ações do Conselho Escolar e dar identidade às ações da escola.

O segundo questionário empreendido aos jovens educandos, mostrou-me que ainda há muito que fazer sobre a divulgação das ações da escola, e principalmente, nas ações do Conselho Escolar. Com esse intuito, realizou-se a aplicação do questionário disponibilizado na rede social Facebook para 70 alunos, obtendo o retorno de 58 questionários respondidos. Dessa forma, os participantes tiveram a oportunidade de responder ao instrumento no local que julgassem melhor e também facilitou a coleta de dados. No questionário há 10 questões (8 questões objetivas e 2 questões subjetivas), as quais versavam sobre o conhecimento produzido na escola, o processo democrático, o Conselho Escolar, a participação dos segmentos no Conselho Escolar. Algumas respostas do questionário aplicado estão representadas nos gráficos abaixo. Sobre a questão "O que você entende por Gestão democrática na escola?", obtivemos o seguinte resultado:



- A- Participação de todos da comunidade escolar 28 48%
- B- Todos têm direito de serem ouvidos 17 29%
- C- Decisões tomadas em grupos 12 21%
- D- Divisão das responsabilidades 1 2%

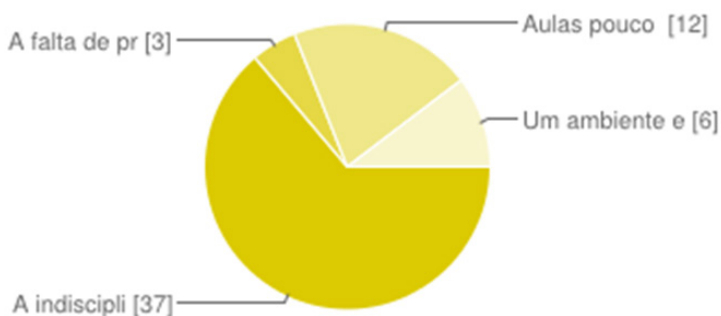
Na primeira questão, fica claro que o entendimento dos participantes sobre gestão democrática é a participação de todos da comunidade escolar. As opções B e C também merecem ser citadas, pois mostra que os jovens educandos querem ser ouvidos e tomar decisões que ajudem a escola. Sobre a questão "Qual a importância do Conselho Escolar na escola?", as opções A e D foram as mais escolhidas, com 40% e 55%, respectivamente.



- A-Espaço de debate e decisão das necessidades da escola 23 40%
- B-Conhecer mais a escola que você estuda 2 3%
- C-Proporcionar melhor distribuição dos recursos financeiros 12%
- D-Acompanhar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos 32 55%

Os alunos entendem sobre a importância do Conselho Escolar, compete à escola aproveitar e envolve-los em situações que possam participar com voz e voto.

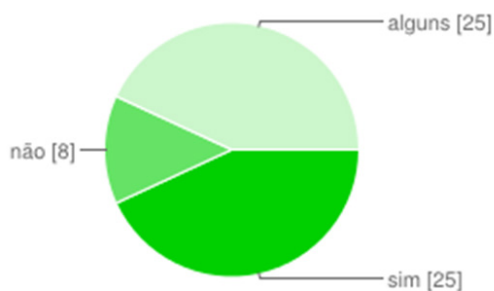
Na questão "Em sua opinião, qual é o principal problema enfrentado no ambiente escolar?", o resultado foi o seguinte:



A-A indisciplina dos alunos	37	64%
B-A falta de professores	3	5%
C-Aulas pouco atrativas	12	21%
D-Um ambiente escolar desorganizado	6	10%

Esse gráfico mostra claramente a insatisfação dos jovens com a indisciplina de alguns alunos. Com 64%, esse problema mostra que o Conselho Escolar deve buscar soluções viáveis para que seja trabalhada a indisciplina com aulas mais atrativas.

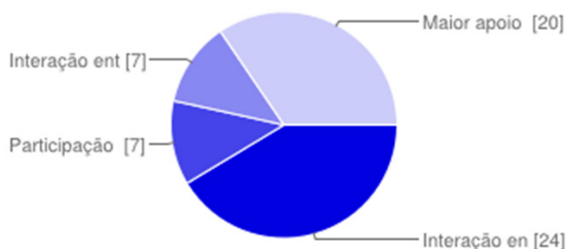
Na questão "Você conhece os membros do Conselho Escolar da sua escola?", o resultado foi o seguinte:



A-sim	25	43%
B-não	8	14%
C-alguns	25	43%

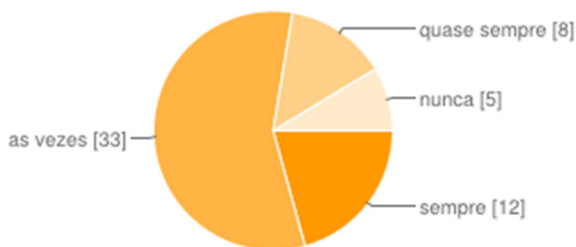
Nesse tópic, muitos alunos responderam que desconhecem os componentes do Conselho Escolar da escola. Faz-se necessário que eles tomem conhecimento de quem os representam nas tomadas de decisões da escola. Mais uma vez a escola está deixando de aproveitar da energia e protagonismo dos jovens. Poucos jovens estudantes sabem realmente da atribuição dos membros do Conselho Escolar, e isto me preocupa, pois não existirá democracia se não houver participação do principal segmento da escola: Os alunos.

Na questão "Que fatores podem favorecer para um bom funcionamento da escola?", o objetivo foi buscar entender o que os alunos pensam sobre uma escola com bom funcionamento. Como retorno, as opções A e D foram as mais escolhidas. O resultado foi o seguinte:



A-Interação entre os alunos e professores		24
41%		
B-Participação efetiva dos pais ou responsáveis dos alunos	7	12%
C-Interação entre pais e professores	7	12%
D-Maior apoio nas dificuldades de aprendizagem dos alunos	20	34%

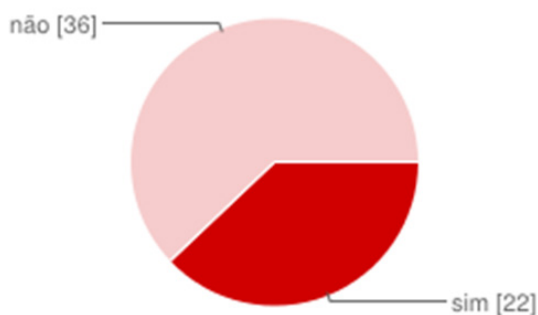
Na questão "Você é informado sobre as ações do Conselho Escolar?", o resultado foi o seguinte:



A- sempre	12	21%
B- as vezes	33	57%
C- quase sempre	8	14%
D- nunca	5	9%

Essa pergunta mostra novamente a desinformação dos jovens educandos sobre o Conselho Escolar da escola. Somente 21% dos alunos que responderam ao questionário são cientes das ações do mesmo.

Na questão "Você tem interesse de fazer parte Conselho Escolar da sua escola?", o resultado foi o seguinte:



Essa questão em especial, chamou-me atenção, pelo fato da maioria dos alunos que participaram da pesquisa não terem interesse em participar do Conselho.

No mesmo questionário, há duas questões subjetivas, momento em que os alunos poderiam comentar sobre:

i. Como o pode contribuir para a melhoria e qualidade do ensino na escola?

ii. Sugestões e críticas (para a escola que você estuda).

Na primeira questão, o mais comentado pelos estudantes foi à falta de diálogo com alguns professores, falta de aulas de reforço para ajudarem nas dificuldades e também sobre a indisciplina dos alunos na escola. Outro fato relevante foi o ambiente escolar e as aulas que, na opinião de alguns, não há atrativos para que tenham interesse em permanecer na escola.

Na segunda questão, em que eles sugeriam que a escola buscasse meios que motivem os alunos a ficarem mais tempo na escola, como aulas de dança, teatro, desenho, dialogar com os pais e alunos para tentarem resolver os problemas que a escola sofre com a má conduta de alunos indisciplinados, também retornam no assunto sobre as aulas que deveriam ser mais interessantes para fazer com que o aluno tenha realmente vontade de estudar.

As respostas aqui retratadas apresentam os anseios dos nossos jovens. Com certeza este é um artigo oferece à escola e sua gestão informações importantes para a promoção da participação dos alunos e da necessidade de maior investimento nas ações do Conselho Escolar.

5 Considerações Finais

De tudo que foi apresentado pode-se concluir que o papel do Conselho Escolar em uma gestão escolar democrática é fundamental para contribuir para a melhoria da educação.

Na instituição escolar pública estadual os dados mostram que há necessidade de maior envolvimento de todos os segmentos no Conselho Escolar, fortalecendo este órgão dentro da instituição escolar.

Para que a escola prepare os jovens educandos para se apropriarem de conhecimentos mais elaborados, para o mercado de trabalho e para o exercício consciente da cidadania, além de um desafio, pode ser gratificante, já que em muitos aspectos, o educador se realiza em ver que seu trabalho na sala de aula, e que esse possa estar contribuindo para a qualidade de vida desses jovens.

De diversas formas, o Conselho Escolar pode transformar a realidade e apoiar a gestão das escolas públicas na melhoria e qualidade do ensino.

Alguns membros do Conselho Escolar da referida escola, são preocupados com a desinformação de alguns componentes do Conselho. Por isto, estará realizando nos meses de outubro e novembro de 2013, encontros semanais com todos os segmentos para estudar os Cadernos do Curso "Formação Continuada a Distância em Conselhos Escolares" (MEC-2002), como também, debater soluções e ações que o Conselho Escolar possa realizar no ambiente escolar para que a se obtenha sucesso na aprendizagem dos alunos, maior envolvimento destes nas ações da escola e aumentar os índices nas avaliações externas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. MEC. Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Cadernos 1 a 12 Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619&Itemid=661>. Acesso em 05 de junho de 2013.

_____. Constituição Federal. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 07 de junho de 2013.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. (LDB). Atualizada. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 07 de junho de 2013.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em 07 de junho de 2013.

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L., TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na Literatura especializada e na reforma do ensino médio. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

pdf/cp/v34n122/22511.pdf>. Acesso em: 11 de out. 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Por uma Pedagogia da Pergunta. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática - Velhos e novos temas. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1qyLHz39GR3dlanyHU9YeJ3vu2zX_y86OOoIK_hwKsP4/edit?pli=1>. Acesso em 20 de junho de 2013.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

Construção progressiva da gestão escolar democrática: fortalecimento dos conselhos escolares das unidades de ensino da rede municipal de Aracruz-ES

Rosa Maria Ghidette Rocha
Isabel Cristina Gomes Basoni

1 Introdução

A Construção de uma Gestão Escolar Democrática é um processo pedagógico que envolve o conhecimento da legislação, o debate e a participação nas formas de provimentos dos dirigentes escolares, a implantação e a consolidação do envolvimento dos Conselhos Escolares nas decisões do cotidiano escolar. Envolve também a participação da comunidade escolar na definição dos gestores escolares e na atuação dos processos decisórios da escola, na medida em que contribui para melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, os resultados das escolas da rede de ensino de qualquer município.

O município de Aracruz (ES) possui 53 escolas com atendimento à educação básica, todas com unidades executoras e personalidade jurídica própria e procedimentos similares aos Conselhos Escolares. Porém, os Conselhos Escolares, que têm função consultiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora, costumam não exercer seus deveres, que são definidos nos estatutos, e ficam limitados apenas a concordarem com as decisões impostas pelos gestores escolares, muitas vezes por falta de conhecimentos das autonomias que lhes são inerentes. Por isso, é necessário destacar que os conselheiros dos Conselhos de Escola precisam ter conhecimento de que a participação no cotidiano escolar pode modificar significativamente os resultados obtidos nas escolas.

Diante da situação apresentada, questiona-se: como trabalhar o fortalecimento dos Conselhos Escolares para a construção progressiva da Gestão Escolar Democrática das Escolas da rede municipal de Aracruz (ES)?

A gestão escolar pública depende de autonomia para melhorar a atuação nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. Sob

essa perspectiva, a participação efetiva da comunidade escolar pode contribuir para a consolidação da autonomia escolar, democratizando as decisões, sinalizando as prioridades e opinando para melhorar os resultados dos indicadores de qualidade estabelecidos pelo Ministério de Educação (MEC).

A participação do Conselho Escolar nas decisões da escola pode trazer grandes contribuições à gestão municipal, uma vez que é de interesse de todo ente federado a consecução de destaques nos resultados dos indicadores de qualidade do ensino, pois além de ficar explícita a qualidade de ensino e aprendizagem dos alunos, obtém-se prestígio diante da sociedade pelo reconhecimento do trabalho, por desenvolvimento de políticas públicas implementadas, além de prêmios para o município, escolas, professores e alunos.

Assim, o objetivo deste trabalho é conhecer como trabalhar o fortalecimento dos Conselhos Escolares para a construção progressiva da Gestão Escolar Democrática das Escolas da rede municipal de Aracruz (ES).

Para isso, os objetivos específicos a serem alcançados serão:

- Identificar quais são as ações e estratégias que os gestores utilizam para motivar a participação dos conselheiros escolares;
- Verificar a quem cabe a responsabilidade de capacitar os conselheiros para sua atuação e como isso tem sido realizado no Município;
- Apontar mecanismos e estratégias que fortaleçam a atuação na gestão democrática das escolas;
- Analisar a importância da participação efetiva do Conselho Escolar no cotidiano escolar para melhorar os resultados dos indicadores de qualidade das escolas do Município.

2 A Construção Democrática e o Processo de Participação da Comunidade Escolar e Local

Envolver a comunidade escolar e local nas decisões da escola é um desafio, por várias razões; por um lado, existem pais e/ou responsáveis pelos educandos que não se consideram preparados para contribuir com o desenvolvimento das ações da escola; por outro, existem gestores que não abrem espaço para a participação da comunidade nas decisões no âmbito escolar, seja de caráter pedagógico, administrativo e financeiro, seja pela falta de convencimento da importância de informar e discutir os problemas que surgem no cotidiano da unidade de ensino com a comunidade escolar e local, para a tomada de decisão coletiva.

A gestão escolar democrática envolve a participação da comunidade escolar e local para a definição dos gestores escolares na atuação dos processos decisórios da escola que contribuam para melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, os resultados das escolas da rede de ensino de qualquer município. Conseqüência disso pode ser a melhoria

da aprendizagem, do comportamento e do interesse dos educandos no dia a dia escolar.

A Constituição Federal, em seu artigo 206, inciso VI, estabelece, entre os princípios da educação, a gestão democrática. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) estabelece, nos artigos 14 e 15, os princípios norteadores desse tipo de gestão:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A gestão escolar define os resultados de uma unidade de ensino, por isso o gestor precisa ter conhecimento, perfil e autonomia para administrar uma escola. Percebe-se também que alguns gestores escolares se apropriam da unidade escolar, tomando decisões individualmente ou, ainda, não tomando as devidas providências para melhorar os resultados da escola.

Paro (2001), ao analisar a influência da escola na vida das pessoas, sinaliza elementos para pensarmos e refletirmos sobre a existência de escolas autoritárias com a finalidade de direcioná-las para uma escola voltada para a construção progressiva da gestão democrática. Nessa perspectiva, Paro (2001, p. 29) afirma que:

A evidência da influência positiva da organização escolar sobre o comportamento das pessoas pode ser percebida quando se comparam escolas em que foram introduzidas inovações que provocaram maior democratização dos contatos humanos, com situações anteriores, em que as relações eram de mando e submissão.

Percebe-se pelas considerações de Paro (2001) que a mudança das pessoas é perceptível quando se sentem envolvidas no processo de decisão e atuação na democratização da escola. Em suas pesquisas, ele relata os efeitos positivos que surgem quando ocorrem eleições de diretores, e, sobretudo quando há uma direção mais democrática e comprometida com os interesses de toda a comunidade escolar e local.

Enfatizou ainda que pessoas, as quais antes eram tratadas apenas como objetos de decisão de outras em níveis hierárquicos superiores, sentiram o início de mudanças para elevá-las à condição de sujeitos no

processo de decisão e que isso não é pouco, em termos de avanço no relacionamento pessoal.

2.1 O Conselho Escolar como Fortalecimento da Gestão Escolar

O Conselho Escolar, conforme descrito em Navarro et al (2004), é um órgão de representação da comunidade escolar. Sendo uma instância colegiada, precisa contar com a participação de representantes dos diferentes segmentos das comunidades escolares e locais, podendo constituir um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. Assim, a autonomia da unidade escolar e, conseqüentemente, a construção da gestão democrática, exigem a participação dos diferentes segmentos. Para tanto, as formas de escolha e a implantação ou consolidação de Conselhos Escolares constituem etapas importantes para a democratização dos processos decisórios, viabilizando a oportunidade de uma nova cultura nas unidades de ensino, por meio do aprendizado coletivo e do compartilhamento do poder.

O Conselho Escolar constitui um dos mais importantes mecanismos de democratização da gestão de uma escola. Nessa direção, quanto maior a participação dos membros do Conselho Escolar na vida da escola, maiores serão as possibilidades de fortalecimento dos mecanismos de participação e decisão coletivos. Entretanto, para se construir uma gestão democrática é necessário ampliar os horizontes históricos, políticos e culturais em que se encontram as unidades de ensino, com o objetivo de alcançar mais autonomia.

Quando falamos em autonomia, estamos defendendo que a comunidade escolar tenha um grau relevante de independência e liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar suas questões pedagógicas, administrativas e financeiras nos processos decisórios no cotidiano da escola. O conceito de autonomia, segundo Barroso (2001, p. 16),

[...] está etimologicamente ligado à ideia de autogoverno, isto é, à faculdade que os indivíduos (ou as organizações) têm de se regerem por regras próprias. Contudo, se a autonomia pressupõe a liberdade (e capacidade) de decidir, ela não se confunde com a 'independência'. A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa), pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que expressa sempre certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autônomos; podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras.

Desse modo, é possível concluir que a autonomia precisa ser construída no dia a dia escolar. A garantia de progressivos graus de autonomia é fundamental para a efetivação de processos de gestão democrática.

Nessa perspectiva, o responsável pelas decisões da escola seria o Conselho Escolar, em corresponsabilidade com o diretor, que também faz parte do colegiado. A vantagem desse tipo de organização é que o conselho, na condição de órgão coletivo, fica mais fortalecido, podendo tomar decisões mais relevantes. Espera-se, assim, que o Conselho Escolar detenha maior legitimidade e maior força política, já que representa todos os segmentos da escola. Seu poder de conquistas e sua capacidade de pressão, para reivindicar melhorias para a escola, seriam, também, superiores aos do diretor, isoladamente.

A participação efetiva do Conselho Escolar no processo de escolha do gestor da escola, por exemplo, constitui uma de suas ações de maior relevância, na medida em que se apresenta como um colegiado participativo e com forças dos diferentes segmentos que compõem as comunidades envolvidas. Em algumas escolas, essa participação se dá na organização do processo ou na forma de seleção, no recebimento de inscrições, na divulgação das propostas de candidatos, na realização de debates e de outras atividades estabelecidas pela comunidade escolar e pelo respectivo sistema de ensino. A atuação do Conselho é um sinal de que esse órgão realmente atua no processo de construção progressiva da gestão democrática da escola como espaço coletivo e corresponsável pela gestão.

A democratização da gestão escolar, por meio do fortalecimento dos mecanismos de participação na escola, em especial do Conselho Escolar, pode-se apresentar como uma importante alternativa para envolver diferentes segmentos das comunidades, local e escolar, nas questões e problemas vivenciados no cotidiano da unidade de ensino. Esse processo, certamente, possibilitaria um aprendizado coletivo, cujo resultado poderia ser o fortalecimento da gestão democrática na escola.

Entende-se que o processo de escolha de gestor deve ser misto; a eleição direta com envolvimento de toda a comunidade escolar e local, que se inscreve para participar do pleito, talvez não seja ideal, pois implica, às vezes, envolvimento de cunho político partidário, mas defende-se um processo que avalie competências técnicas, conhecimento do processo educacional e legislações pertinentes à educação e para a definição da nomeação pelo Poder Executivo que antes seja convalidada pelo Conselho Escolar. Esta reflexão parece estabelecer uma conexão com a proposta apresentada. Refletindo sobre os diretores eleitos, Paro (2001, p. 69) afirma que:

[...] parece que o diretor consegue perceber melhor, agora, sua situação contraditória, pelo fato de ser mais cobrado pelos que o elegeram. Esse é um fato novo que não pode ser menosprezado. À sua condição de responsável último pela escola e de preposto do Estado no que tange ao cumprimento da lei e da ordem na instituição escolar, soma-se agora seu novo papel de líder da escola, legitimado democraticamente pelo voto de seus comandados, que exige dele maior apego aos interesses do pessoal escolar e dos usuários, em contraposição ao poder do Estado. Isto serviu para introduzir mudanças na conduta dos diretores eleitos, que passaram a ver com as solicitações de professores, funcionários, estudantes e pais.

Assim, Paro (2001, p.81-82) sugere que o responsável principal pela gestão da escola deixaria de ser o diretor, passando a ser o próprio conselho, em corresponsabilidade com o diretor. O autor expressa que a vantagem desse tipo de solução é que o Conselho Escolar, na condição de colegiado, fica menos vulnerável, podendo tomar decisões mais ousadas, sem que uma pessoa, sozinha, no caso, corra o risco de retaliações pelos escalões superiores. Ele diz supor que a escola, sendo gerida pelo Conselho, detenha maior legitimidade e, conseqüentemente, maior força política, na medida em que representa todos os setores da escola. Por fim, diz que os Conselhos Escolares teriam maior poder de barganha e que suas capacidades de pressão, para reivindicar melhorias para a escola, seriam também superiores às do gestor escolar isolado.

Esse processo de mudança, que amplia o estabelecimento de ações compartilhadas nas unidades de ensino e fortalece a forma de organização coletiva, com a estrutura de equipe gestora, e a criação e atuação dos Conselhos Escolares, têm se mostrado um dos caminhos para se avançar na democratização da gestão escolar. Nesse sentido, definir claramente as atribuições e o papel político da equipe gestora e do Conselho Escolar é fundamental. Sob essa perspectiva, é necessário destacar as atribuições comuns das duas instâncias e suas formas de articulação político-pedagógica.

No contexto do processo de abertura política e redemocratização do país, na década de 1980, as associações e movimentos populares passaram a reclamar participação na gestão pública, conforme destaca Bordignon (2004, p. 17):

[...] o desejo de participação comunitária se inseriu nos debates da Constituinte, que geraram, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil. Esses conselhos têm um caráter nitidamente de ação política e aliam o saber letrado com o saber popular, por meio da representação das categorias sociais de base.

É também a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 que os Conselhos Escolares começam a adquirir centralidade não só no âmbito das discussões pedagógicas, administrativas e financeiras, mas também no das políticas governamentais e no campo da legislação educacional. A discussão acerca da necessidade de criação e efetivação dos Conselhos nas unidades escolares vinculava-se à compreensão da importância da participação ativa dos diferentes segmentos na vida da escola em seus diferentes processos educativos.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa aqui apresentada tem, de acordo com os objetivos, um ponto de vista descritivo, visto ter a intenção de “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVINOS, 1987, p. 100), analisando, descrevendo e observando os fatos como ocorrem. A propósito, nesta pesquisa, o principal objetivo é analisar a necessidade de se construir, progressivamente, uma gestão escolar democrática, envolvendo a comunidade escolar e local nas definições dos gestores escolares e, principalmente, nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras das unidades escolares da rede municipal de Aracruz (ES).

Para abordagem do problema foi utilizado o método qualitativo, que, segundo Zanella (2012, p. 74), preocupa-se em descrever os acontecimentos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Não há preocupação em relação aos números, mas sim em relação ao aprofundamento e de como ele será compreendido pelas pessoas.

Para a realização da pesquisa, foi utilizada a pesquisa de campo que, de acordo com Zanella (2012, p. 86), são estudos que pesquisam situações reais. “A palavra campo quer dizer que o estudo é realizado num ambiente real”. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados dois questionários, com 10 (dez) questões de múltipla escolha, os quais foram enviados às escolas e aos conselheiros escolares. Os dados coletados foram analisados tendo como referência a análise descritiva, pois segundo latos (apud Zanella 2012, p. 124), “a estatística descritiva representa um conjunto de técnicas que têm por finalidade descrever, resumir, totalizar e apresentar graficamente dados de pesquisa”. Assim, essa técnica permite, em conformidade com os objetivos que norteiam esta pesquisa, analisar a atuação dos conselheiros escolares das unidades escolares de Aracruz (ES), sob a perspectiva da construção progressiva da gestão democrática.

4 As Unidades de Ensino e o Funcionamento dos Conselhos Escolares

A rede municipal de Aracruz-ES possui 53 unidades de ensino, todas com os seus Conselhos Escolares instituídos. Algumas escolas já conseguem envolver os segmentos dos Conselhos nas discussões de caráter pedagógico, administrativo e financeiro do cotidiano escolar. Por outro lado, a grande maioria precisa avançar neste sentido, pois ainda só consegue envolver os conselheiros nas discussões de caráter financeiro, uma vez que a participação dos conselheiros é uma exigência de várias legislações educacionais para a liberação de recursos financeiros, como também para a elaboração do plano de aplicação e prestação de contas dos referidos recursos. Por isso, registra-se a necessidade de investimento quanto à qualificação dos conselheiros escolares.

O fortalecimento dos Conselhos é o caminho para o estabelecimento de mecanismos para melhorar a participação dos conselheiros nas decisões da escola e envolvê-los no processo de uma gestão democrática.

Ao buscar identificar quais são as ações e as estratégias que os gestores utilizam para motivar a participação dos conselheiros escolares, observou-se pelos dados analisados que os Conselhos Escolares se reúnem periodicamente, alguns mensalmente, outros bimestralmente ou semestralmente, ou até em ocasiões emergenciais, se houver necessidade. Entretanto, a grande maioria das unidades de ensino do Município ainda não possui ações e estratégias para motivar a participação dos conselheiros escolares, pois ficou evidente que tal participação ainda é muito limitada no dia a dia escolar, sendo que os conselheiros quase não participam das decisões de caráter pedagógico e administrativo. Segundo os sujeitos da pesquisa, as reuniões se dão, geralmente, para resolver questões financeiras:

[...] 'prestação de contas e para resolver assuntos relacionados à indisciplina' (Sujeito 4); '[...] é abordado apenas o aspecto financeiro. O pedagógico quando há reformulação da Proposta Pedagógica ou divulgação de algum evento da escola' (Sujeito 5); 'geralmente mais a situação financeira' (Sujeito 6); 'Só financeiro e administrativo, a parte pedagógica fica na responsabilidade dos funcionários da escola' (Sujeito 12).

Ficou claro que quase não existem informações e tampouco discussões com os Conselhos Escolares quanto ao desempenho de professores, dos resultados alcançados pelos alunos, das estratégias de ensino da escola, bem como outras questões pedagógicas que, caso fossem discutidas, poderiam repercutir em melhores resultados da escola. Observou-

-se, também, que o envolvimento do Conselho Escolar na construção e reconstrução do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) praticamente é inexistente.

A participação dos conselheiros escolares no que se refere às autonomias administrativas e pedagógicas ainda tem um longo caminho a percorrer, pois a maior parte das unidades de ensino não envolve os conselheiros nas discussões para a construção, reformulação e/ ou adequações da proposta pedagógica, tampouco nos resultados obtidos nas avaliações externas realizadas na escola, desconhecendo, por exemplo, os índices dos Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica.

Em relação a verificar a quem cabe a responsabilidade de capacitação e orientação dos conselheiros escolares, os dados revelam que os gestores e conselheiros escolares enfatizam a necessidade da formação continuada para melhorar a atuação do Conselho Escolar. Os sujeitos destacaram que a Secretaria de Educação precisa investir na formação de conselheiros escolares para o fortalecimento e a melhoria de suas atuações. Destacaram também a importância de os conselheiros conhecerem os diferentes segmentos que compõem o conselho, bem como as suas funções, pois na fala de um entrevistado “só se pode opinar ou decidir sobre o que se conhece; o que se entende” (Sujeito 1). Um outro destaque foi dado pelo Sujeito 2, que destacou a necessidade de formação/ treinamento para esclarecer as atribuições do Conselho Escolar.

Cabe ao Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com os governos estadual e federal, a responsabilidade de capacitar os conselheiros escolares para tomarem conhecimento da importância de suas participações nas decisões das escolas em questões administrativas, pedagógicas e financeiras e, obviamente, respeitando as diretrizes e legislações que regem a educação no País. O Município, isto é, a Secretaria de Educação, iniciou uma formação para os conselheiros escolares, mas o trabalho não foi estendido a todas as unidades de ensino.

A partir de 2014, a Secretaria de Educação vai participar do Programa de Formação de Conselheiros Escolares, oferecido pelo Governo Federal, e assim reiniciar a formação de conselheiros escolares. O município de Aracruz (ES) obteve a participação de dois técnicos da secretaria no V Encontro Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares visando à atuação efetiva dos técnicos na formação dos conselheiros.

Ao analisar a importância da participação efetiva do Conselho Escolar no cotidiano escolar para melhorar os resultados dos indicadores de qualidade das escolas do município, constatou-se pelos dados que os Conselhos Escolares têm pouco envolvimento na análise dos dados dos

resultados dos indicadores de qualidade das Unidades de Ensino, pois poucas escolas, por exemplo, apresentaram os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) obtido na unidade de ensino, como também não apresentaram e nem envolveram os Conselhos para debaterem e apresentarem sugestões que pudessem contribuir para reduzir o baixo rendimento escolar de alguns ou muitos alunos, causando espanto quando são colocados diante desses índices: “Na primeira reunião foram apresentados os resultados do Ideb, mas, por ser a primeira reunião, os conselheiros ficaram surpresos, percebendo-se que era a primeira vez que alguns membros ouviam falar do índice” (Sujeito 1).

Pode-se afirmar que grande parte das unidades de ensino envolve o Conselho Escolar apenas nas questões que se referem à autonomia financeira, pois para a elaboração do plano de aplicação e prestação de contas dos recursos oriundos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Escolar (FNDE) — Programa de Dinheiro Direto à Escola (PDDE) — e do Programa de Descentralização de Recursos (Proder), próprio do Município, é necessária a apresentação de atas que comprovem a participação dos membros dos Conselhos Escolares para definir e deliberar sobre as prioridades de aquisições de produtos ou materiais e ou também realizar melhorias no prédio escolar, ou ainda adquirir bens de caráter permanente. E para consolidar a prestação de contas desses recursos, há a necessidade de ata com o parecer do Conselho Fiscal, que é parte integrante dos Conselhos Escolares, aprovando as despesas e contas realizadas pelas unidades de ensino.

A falta de participação dos conselheiros em questões pedagógicas fica nítida nas afirmações dos sujeitos:

‘O Conselho Escolar participa somente nas questões administrativas e financeiras, nas questões pedagógicas só se houver conflitos de alunos e funcionários’ (Sujeito 8). ‘As reuniões são para fins financeiros com enfoque à administração escolar’ (Sujeito 11). ‘Como já relatado o Conselho participa mais das ações financeiras e administrativas, onde juntos conversamos e definimos prioridades em relação à escola/crianças’ (Sujeito 12).

Afirma-se, ainda, que ficou visível o envolvimento do Conselho Escolar para discutir problemas relacionados à disciplina e à frequência dos alunos, pois, em conformidade com o Regimento Comum das escolas da rede municipal de Aracruz (ES), é preciso seguir várias etapas que estão estabelecidas no documento para consolidar decisões com a participação dos conselhos escolares para a tomada de providências de transferência de escola e/ou outras providências que deverão ser registradas em atas.

Percebeu-se pelos dados que as unidades de ensino que já envol-

vem os Conselhos Escolares nas questões pedagógicas e administrativas apresentam melhores resultados no Ideb e detêm menos problemas administrativos que incluem professores e demais funcionários, como também conseguem melhores índices de aprovação dos alunos, além de maior aceitação na comunidade escolar e local.

Entre as estratégias e mecanismos que fortalecem a atuação na gestão democrática das escolas destacam-se as seguintes considerações,

[...] processo de formação contínuo de conselheiros escolares” (sujeito 2); eleição para diretor e conselheiro de forma mais ampla e democrática no contexto escolar” (sujeito 5); “conhecer as atribuições e funções de cada segmento do conselho escolar” (sujeito 9); ‘Valorização do papel exercido pelo conselheiro pela comunidade escolar, local e gestão pública’. (sujeito 11); maior envolvimento e integração da gestão escolar com os conselheiros’. (12); reconhecimento e credibilidade da participação e atuação dos conselheiros escolares’ (sujeito 13); ‘divulgação do trabalho realizado pelos conselhos escolares’. (sujeito 14)

Desta forma, percebe-se, com os relatos dos sujeitos entrevistados, que os gestores escolares precisam acreditar na potencialidade dos conselheiros em participar, opinar, sugerir e contribuir na gestão da escolar. As sugestões apresentadas pelos entrevistados podem ser acatadas pelos gestores escolares para promover o fortalecimento dos Conselhos Escolares e iniciar a construção progressiva da gestão democrática.

A gestão escolar democrática e a participação efetiva do Conselho Escolar, conforme destaca Navarro et al (2004), são fundamentais para o estabelecimento das autonomias pedagógicas, administrativas e financeiras, melhorias da qualidade do ensino e atendimento aos anseios da comunidade escolar e local.

Contudo, a gestão democrática e o fortalecimento dos conselhos escolares são desafios para todos os envolvidos no processo educacional. É relevante a participação consciente, ética, transparente e responsável de todos os cidadãos, comunidade escolar e gestão escolar em prol de uma educação de qualidade e democrática.

A realidade dos Conselhos Escolares das unidades escolares de Ara-cruz, relatada pelos entrevistados, demonstra a necessidade de implementar mudanças e encontrar mecanismos que venham contribuir para melhorar a atuação dos Conselhos Escolares e a integração entre gestores e conselheiros rumo à construção progressiva da gestão escolar democrática.

5 Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a atuação dos conselheiros escolares, partindo do princípio de que os Conselhos Escolares constituem um dos melhores mecanismos para a construção de uma gestão escolar democrática. Nesse sentido, quanto mais amplo for o envolvimento da comunidade escolar e local no cotidiano escolar, maiores serão as possibilidades de fortalecimento dos mecanismos de participação e, conseqüentemente, de decisões coletivas. Diante da pesquisa realizada, tornou-se evidente a constatação de que o município de Aracruz (ES) precisa investir na formação dos conselheiros escolares.

A construção de um processo de gestão democrática depende de repensar a organização e a participação da comunidade escolar e local para a definição de ações, metas e estratégias a serem construídas coletivamente pelos diversos segmentos que compõem o Conselho Escolar. Com a pesquisa realizada, no período de novembro e dezembro de 2013, ficou claro que a maioria das unidades de ensino precisa avançar para atingir as proposições de construção de uma gestão democrática.

A construção progressiva da gestão democrática implica também a participação coletiva na definição e/ou escolha do gestor escolar, pois se o Conselho Escolar estiver envolvido na definição do gestor escolar, haverá de se estabelecer uma relação de corresponsabilidade na gestão escolar, e assim ele, o gestor escolar, poderá assumir o papel de coordenador das diversas atividades que a escola demanda e, desta forma, articular e delegar as responsabilidades a serem partilhadas com os vários segmentos do Conselho Escolar.

Nesse sentido, os representantes de pais poderão se reunir para analisar e sugerir propostas de ações que poderão melhorar a atuação da gestão escolar. Da mesma forma, outros segmentos deverão agir. Dessa forma, questões como avaliação, planejamento, proposta pedagógica, PDE, prioridades da escola, comemorações, resultados de rendimento e frequência dos alunos, índices das avaliações externas, entre outras tantas atividades, deveriam envolver os segmentos de professores, funcionários, alunos, pais, etc.

Sob tal perspectiva, os segmentos dos Conselhos Escolares, em participação coletiva com o gestor, poderiam encontrar alternativas e soluções para melhorar o funcionamento da unidade de ensino e, assim, ter o Conselho Escolar como grande aliado na luta pelo fortalecimento das decisões da instituição de ensino, como também pela democratização das relações escolares.

O processo de democratização da escolha do gestor escolar tem

contribuído para se repensar a gestão. O gestor escolar deveria ser o líder da comunidade escolar e ao mesmo tempo gestor público da educação. A democratização da gestão, por meio do fortalecimento dos mecanismos de participação na escola, em especial do Conselho Escolar, pode-se apresentar como uma alternativa criativa para envolver os diferentes segmentos das comunidades local e escolar nas questões e problemas vivenciados pela escola. Esse processo possibilitaria um aprendizado coletivo, cujo resultado poderia ser o fortalecimento da gestão democrática na escola.

Nesse processo, o conhecimento e o redimensionamento da legislação, com a pretensão de garantir reais possibilidades de participação e organização colegiada, são fundamentais para a garantia da democratização das relações e do poder na unidade de ensino.

Deve-se enfatizar também que o fortalecimento de instâncias de participação, como o Conselho Escolar, buscando formas de ampliar a participação ativa de professores, professores que atuam no suporte pedagógico, alunos, funcionários, pais de estudantes e comunidade local, é muito importante para a efetivação de um processo de gestão que expresse, a cada dia, as possibilidades de construção de uma nova cultura escolar.

Referências Bibliográficas

- As diferenças entre as pesquisas exploratória, descritiva e explicativa. Disponível em: <<http://www.posgraduando.com/blog/as-diferencas-entre-as-pesquisasexploratoria-descritiva-e-explicativa>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura C. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2001. p. 11-32.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado. 1998.
- Brasil: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB.
- BRASIL, MEC/SEB. Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília, MEC/SEB, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. DOURADO, L. F. Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil. Brasília, 2006.
- BRASIL, MEC/SAEB. Conselho escolar, gestão democrática e escolha do diretor. Brasília, MEC/SAEB, 2007.
- GRACINDO, Regina V; BORDIGNON, Genuíno. Gestão da educação: o município e a escola. IN: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. das S. (Orgs). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-176.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008 Metodologia de Pesquisa Qualitativa: Disponível em: <<http://www>>

portaleducacao.com.br/ pedagogia/artigos/50264/metodologia-cientifica-tipos-de-pesquisa>. Acesso em: 27 set. 2013.

PARO, Vitor H. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.

NAVARRO, Pinto Ignez et al. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 5. In: Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília: MEC, SEB, 2004.

TRIVINOS, Augusto N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANELLA, Liane Karly Hermes. Metodologia de estudo e pesquisa em administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

Conselho escolar e ensino: parceria para a implantação da horta escolar

Gustavo Krysnamurthy Linhares Brandão
Raquel Crosara Maia Leite

1 Introdução

O presente artigo tem como tema Conselho Escolar e Ensino: parceria para a implantação da Horta Escolar que abordará a participação de todos na busca de uma aprendizagem adequada para os alunos da escola X, referente a diálogo no Conselho Escolar construindo uma proposta interdisciplinar e contextualizada, mostrando a superação da lógica tradicional de ensino envolvendo toda a comunidade escolar, levando o aluno a se sentir o sujeito do seu processo cognitivo.

A justificativa da escolha do tema se relaciona com a melhoria da qualidade da educação, buscando no Conselho Escolar um apoio democrático para mobilizar pais, alunos, professores e funcionários afim de viabilizar uma proposta que incentive a motivação na aprendizagem no ensino de ciências através da Horta Escolar tem como foco a interação com o meio e a interdisciplinaridade.

O objetivo desta pesquisa é demonstrar que é capaz de se construir uma proposta pedagógica no Conselho Escolar, como é o caso da Horta Escolar, através da participação de todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

Para isso, tomou-se como base a fundamentação teórica de alguns autores, procurando dar o suporte para a edificação desse trabalho, focalizando autores como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) Brandão (2012), Freire (2007), Carpa (2002), Santos (1996).

Durante nossa pesquisa, buscamos mostrar que é possível dialogar no espaço democrático que é o Conselho Escolar para promover uma aprendizagem fundamentada num melhor rendimento com a utilização da Horta Escolar, financiada com o recurso do Programa Mais Educação.

2 A importância da participação da Comunidade Escolar em Conselhos Escolares.

As mudanças ideológicas que devem ocorrer nas escolas, por meio de sua efetiva democratização, é uma meta há muito desejada. Tal mudança exige uma profunda reflexão sobre os modos de incorporação das classes populares à escola, apresentando-se como um dos desafios centrais à promoção de ações capazes de fazer da escola pública um local de educação popular e não meramente uma escola para as classes populares. Nesse percurso, é relevante interrogar as relações entre esta mudança de perspectiva e a produção das práticas que orientam a dinâmica pedagógica.

Vale dizer que a população em geral não está totalmente à mercê de todo o tipo de experiências sociais advindas de interesses alheios. Santos (2002a, p. 238) diz que por mais que nos esforcemos, não basta recorrer e propor uma nova ciência social.

“Mais do que isso é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante há pelo menos durante duzentos anos, todas as propostas (...) tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito”.

A Escola requer uma nova postura dos atores sociais, no sentido de desenvolver uma sensibilidade ímpar, para, então, identificar outros saberes presentes em contextos considerados não declarados. É importante reconhecer a existência desses diversos saberes bem como estimular a possibilidade de diálogo entre eles.

Construir espaços de diálogo no qual ocorra a democratização só poderá vingar a partir do entendimento de que nenhuma cultura é completa. O reconhecimento da incompletude gera a motivação para um movimento dinâmico que pode ser enriquecido pelo diálogo e pelas trocas entre culturas. Este diálogo deve consistir em um exercício de reciprocidade, de outra forma, pode-se correr o risco de que as trocas desiguais entre as culturas acarretem “a morte do conhecimento próprio da cultura subordinada e, portanto, dos grupos sociais seus titulares” (SANTOS, 1996, p. 27-28).

Então, devemos lembrar aqui a não redução da relevância de se conquistar uma escola pública de qualidade para todos, pois o conjunto de acontecimentos diário expressa a ambivalência com que se tece a complexidade de suas práticas. A escola está constituída por desejos opostos por ser lócus de produção e legitimação de conhecimentos, va-

lores e práticas sociais; espaço tramado com os sujeitos e processos que ali se entrecruzam, interpretam-se, enfim, dialogam e se confrontam nos espaços liminares de suas várias fronteiras, comenta Brandão (2010).

Há que se construir a possibilidade de articular uma racionalidade comunicativa no interior dos processos administrativos da educação, a qual enseja uma reintegração do mundo normativo em convívio na esfera do mundo prático, de superação das dicotomias, de reconduções e de consensos permeados de idealismo. Em termos de possibilidades, é importante aproveitar o máximo as experiências sociais disponíveis e possíveis, pois quanto mais experiências estiverem disponíveis, mais se amplia o leque e novas pistas credíveis vão se impondo frente ao estabelecido e reconhecido como único e verdadeiro.

A Gestão Democrática tão sonhada surge com a criação da Constituição Federal de 1988 em seu art. 206 – VI, que diz “gestão democrática no ensino público, na forma da lei”. É nessa perspectiva que se criaram os conselhos escolares como forma de trazer para as paredes das nossas escolas públicas uma democracia que proporcione o diálogo entre todos os segmentos da escola.

Os Conselhos Escolares também estão respaldados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96) em seus artigos 14 e 15, nos quais podemos verificar:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

Devemos perceber no art. 15 que essa regulamentação baseia-se no princípio da autonomia delegada, pois esta lei decreta a gestão democrática com seus princípios vagos, no sentido de que não estabelece diretrizes bem definidas para delinear a gestão democrática, apenas aponta o lógico, a participação de todos os envolvidos. Nesse ínterim, o caráter deliberativo da autonomia assume uma posição ainda articulada com o Estado. É preciso que educadores e gestores se reeduquem na perspectiva de uma ética e de uma política no sentido de criar novas formas de participação na escola pública, tais como ouvindo, registrando e divulgando o que alunos e comunidade pensam, falam, escrevem sobre o autoritarismo

liberdade da escola pública e as desigualdades da sociedade brasileira. É tecendo redes de falas e de registros, ações e intervenções que surgirão novos movimentos de participação ativa e cidadã.

Os conselhos escolares já estão presentes em praticamente todas as unidades da rede estadual e municipal, comenta o Ministério de Educação e Cultura (MEC) em seu site. Mas, muito ainda deve ser concretizado para que a gestão democrática do ensino público ocorra de fato. Daí Brandão (2010) dizer que a falta de conhecimento da sociedade sobre seu funcionamento, os processos acidentados de escolha dos representantes e a grande rotatividade dos docentes são alguns dos problemas apontados.

Segundo o site do Ministério de Educação e Cultura (MEC), além do Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil também faz parte dos organismos colegiados e são partes constitutivas da Gestão Democrática da Educação, tendo como elemento definidor o trabalho de equipe pautado na construção coletiva onde, Conselhos, Grêmios e Gestores Escolares, dão vida aos preceitos legais, acreditando que, entre os fatores que exercem influência fundamental na sustentabilidade dos processos educativos está a efetiva participação da comunidade, através da ação colegiada dos atores sociais de cada Unidade Escolar, acreditando nas possibilidades e na responsabilidade social de juntos, construir uma escola pública democrática de qualidade.

A educação democrática poderá proporcionar a liberdade dos oprimidos tão debatida por Paulo Freire (1975). Tal liberdade ocorrerá quando se busca superar essa situação opressora, tornando-se necessário o reconhecimento crítico da mesma situação e refletindo sobre outra situação que possibilite a busca de uma ação transformadora.

Paulo Freire é um pensador comprometido com a vida: não pensa idéias, pensa a existência. É também educador: existência na qual o seu pensamento numa pedagogia em que o esforço totalizador da práxis humana busca, na interioridade desta, retotalizar-se como “prática da liberdade”. (FREIRE, 1975, p. 01).

De acordo com o site do MEC as famílias podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos. Candidatar-se a uma vaga no Conselho Escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar o trabalho dos gestores escolares. Tais entidades são constituídas por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho. Cabe ao Conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações

dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas.

Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, promovido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), que em seu site cita alguns dos objetivos: ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares; promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares; estimular a integração entre os conselhos escolares; apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação.

Muitas são as obrigações do Conselho Escolar (autoridade máxima no processo decisório, dentro da Gestão Escolar), comenta o site do MEC: ter conhecimento e cumprir as regras de seu Estatuto e fixar normas para seu próprio funcionamento; acompanhar os Gestores no desempenho de suas funções e atividades; supervisionar a manutenção e a conservação das instalações físicas e de todo o equipamento da Escola; orientar a aplicação de recursos de acordo com as prioridades estabelecidas; estudar a realidade da Comunidade Escolar, identificar seus problemas e potencialidades

De acordo com Brandão (2010), o cotidiano escolar deixa evidente que a diferença não é a exceção, é a norma. Portanto, as práticas pedagógicas se democratizam e se vinculam aos processos de emancipação social, quando são realizadas com as diferenças e não contra as diferenças. A qualidade excludente e redutora, que nega as múltiplas possibilidades humanas, não serve a um projeto de educação popular. Nessa perspectiva, a qualidade se articula aos processos pedagógicos em que os sujeitos em interação trazem para a relação suas singularidades e, no coletivo, encontram meios para ampliar constantemente seus saberes. A democratização da escola pressupõe o coletivo como espaço privilegiado para o estabelecimento de relações solidárias que contribuam para a ampliação do conhecimento de todos os envolvidos no processo. Por meio do trabalho coletivo não se busca necessariamente o consenso que harmoniza os

discursos, negando as diferenças e silenciando as tensões, mas a ruptura com o silêncio que vem sendo historicamente produzido.

A escola pública amplia sua qualidade ao aprender com os movimentos de educação popular a incorporar, em seu cotidiano, o trabalho coletivo, as relações solidárias, os diferentes saberes e a participação das diferentes pessoas. O encontro da escola pública com a educação popular produz processos reflexivos e atuações que podem gerar práticas que ampliem a face democrática da escola e aprofundem seus vínculos com os históricos movimentos de emancipação humana.

A partir da idéia de que a participação em Conselho Escolar pode auxiliar na melhoria da educação, o objetivo deste trabalho é relatar implantação da horta escolar na escola X como espaço de aprendizagem interdisciplinar debatido e organizado nas aulas de ciências apoiado por outros professores de outras disciplinas, no qual o conselho escolar foi elemento importante para abrir as discussões e financiar a construção de tal espaço didático.

3 O financiamento da horta escolar através do Conselho Escolar.

No decorrer da organização da horta escolar da escola X, houve a intenção de estimular nos alunos a sensibilidade a partir de um contato maior do ser humano com outros seres vivos. Podemos observar que nessa relação entre educandos e meio ambiente, “à medida que a estrutura muda no decorrer do desenvolvimento do organismo muda também o seu comportamento” (CAPRA, 2002, p. 103).

Em uma conversa com o diretor da escola, o professor de ciência comentou que seu projeto de pesquisade mestrado baseava-se na horta escolar e que precisava do espaço que já havia na instituição de ensino X para desenvolver o trabalho. A partir daí, a solução a respeito do financiamento surgiu da coordenadora do Programa Mais Educação, que comentou sobre a aquisição de um kit escolar exclusivamente para a horta e que o Programa poderia financiar todo o material através do Conselho Escolar. Nesse processo de organização da horta escolar, também se fez necessário escolher, de forma prudente, o tipo de vegetal a ser cultivado no local. Pois já que a pesquisa trabalharia com a alimentação escolar, as hortaliças escolhidas para o plantio na horta poderiam auxiliar na nutrição adequada dos seres envolvidos. Uma equipe multidisciplinar, composta pela coordenadora do Programa Mais Educação, Professor de Ciências, Diretor e Vice-Diretor, após um diálogo sobre o projeto, escolheu cheiro-verde, cebolinha, cebola, tomate e pimentão, como os vegetais que

farão parte do cardápio escolar. Estas são plantas que crescem rápido e ajudam a dar mais sabor à alimentação.

As hortaliças são muito importantes para o organismo porque contém vitaminas e minerais que desempenham dupla função no corpo humano, como reguladoras e protetoras, quando atuam contra doenças, e como construtoras, quando participam na formação dos tecidos. (BRASIL, 2008, p. 13)

Baseado nas sugestões e decisões do grupo, o que restava era a aquisição do material para dar início aos trabalhos. E tal material seria adquirido com o recurso do Programa Mais Educação, já que uma de suas oficinas era a horta.

Segundo o MEC (2011), O Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, que por meio de atividades optativas, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas. Podemos aqui destacar o acompanhamento pedagógico e atividades ligadas a temas como o meio ambiente, o esporte e o lazer, os direitos humanos, a cultura e as artes, a cultura digital, a prevenção das doenças e a promoção da saúde.

A iniciativa é coordenada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) foi a responsável pela coordenação desta iniciativa em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, destaca o MEC (2011). Sua operacionalização é feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Tal programa visa promover atividades para auxiliar o ambiente escolar, baseadas nos estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005. Os estudos cruzaram informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada. Por esse motivo a área de atuação do programa foi demarcada inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas. As atividades se desenvolvem devido ao repasse de recursos do governo federal para ressarcimento de monitores, de materiais de consumo e de apoio e equipamentos.

As escolas beneficiárias também recebem conjuntos de instrumentos musicais e rádio escolar, dentre outros. Com o apoio da gestão e do Conselho Escolar e participação dos professores, o trabalho de implantação da horta iniciou-se em setembro de dois mil e onze, através do diálogo entre o professor de ciência e o diretor da escola.

A interdisciplinaridade é uma forte aliada para melhorar a educação e interagir os conteúdos, proporcionando uma aprendizagem dinâmica e motivadora. Sendo assim, apresentamos os relatos feitos pelos professores que participaram do projeto com a horta escolar, enfatizando que a melhor maneira de socializar o conhecimento é através do grupo, não apenas entre os alunos, mas os docentes.

No dia nove de novembro de dois mil e onze (09/11/2011) iniciaram-se os debates acerca da concretização da horta escolar na escola X, com uma reunião de professores do sexto ano C (turma sorteada para participar da pesquisa). Os professores de diversas áreas (Matemática, Ciências, História, Geografia, Ensino Religioso, Inglês e Português) sentiram-se encorajados em participar do projeto, e sugeriram ideias tais como: decoração com cartazes informativos, poesias produzidas com a proposta do projeto, pesquisas sobre a história da agricultura, estudo dos solos e outras.

Daí a importância do Programa Mais Educação para nossa Escola. Tal programa conta com recurso próprio e possui uma coordenadora própria para garantir seu funcionamento, pois tal profissional foi escolhida pelos professores em agosto de dois mil e oito e até hoje ocupa a função. Ela comenta que o programa funciona com seis oficinas sendo que quatro são de acompanhamento pedagógico, uma de esporte e lazer e uma de rádio escolar. A coordenadora ainda acrescenta que o Conselho Escolar juntamente com a direção da instituição resolveu inserir no Plano de Atendimento de dois mil e onze, a oficina de Horta Escolar, tendo em vista que existia um espaço na escola antes não utilizado, pois a proposta do projeto era ampliar o tempo do aluno na escola, bem como os espaços existentes.

Assim, com recursos de financiamento do Programa Mais Educação foi possível adquirir material importante como sementes, pás, enxadas, carro de mão e outros produtos para a implantação da horta escolar, comenta a coordenadora do programa. O Conselho escolar foi importante no processo, já que conduziu a compra do material e acompanhou a implantação da proposta pedagógica para promover uma melhor aprendizagem dos alunos no novo espaço didático.

Para explicitar alguns pontos em relação ao programa e a implementação da horta escola, foi realizada uma entrevista com a coordenadora do Programa Mais Educação.

A coordenadora explica que no início houve o impasse para o preparo do terreno, pois os recursos financeiros liberados contemplavam apenas os equipamentos e as sementes e que a escola contou com o apoio do professor de ciências, o qual precisava desenvolver seu projeto de

Mestrado sobre a Horta Escolar:

Para isso, o referido professor apoiou e colocou o seu trabalho com muito empenho, utilizando-se muitas vezes de recursos financeiros próprios, a fim de dar início com mais agilidade.(Coordenadora do Programa Mais educação)

A profissional ainda acrescenta que a escola recebeu o apoio de professores Doutores de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, Sérgio Hortas e Silveira, que enviaram dois monitores para ajudarem diretamente na plantação e na orientação da monitoria de horta escolar do Programa Mais Educação e do Professor de ciências da escola. A coordenadora explica que tais monitores não participaram do preparo do solo, devido ao fato de que o professor de ciências junto à monitora do programa e seus respectivos alunos já haviam preparado o solo no mês de outubro. O período inicial para a preparação da terra e as primeiras colheitas foi de outubro de 2011, e as colheitas em dezembro. As manutenções foram acontecendo ao longo do tempo.

Além das realizações do Programa Mais Educação, a Horta Escolar teve uma repercussão maior devido ao anseio do professor de ciências-que buscou trabalhar com uma equipe multidisciplinar, buscando envolver todos os professores da escola na realização de atividades relacionadas à horta. Sendo assim todos os professores da escola foram convidados a levar os alunos e coordenadora comenta algumas atividades realizadas:

O professor de Matemática na medição dos espaços da horta e dos canteiros, o de Arte contribuiu com gravuras e destaques especiais com placas e nomenclaturas das plantas feitas pelos alunos, o professor de Inglês deu nome em inglês- português e vice-versa, os alunos menores contribuíram regando e limpando a horta. Assim cada professor foi visitando a horta com seus alunos e fazendo suas observações. Foi um trabalho muito grande, mas valeu a pena por que hoje a merenda da escola possa contar com o cheiro verde como temperos: coentro e cebolinha, usados quase sempre na merenda dos alunos, bem como o cultivo de algumas ervas e algumas delas foram doações da Universidade Federal do Ceará.

(Coordenadora do Programa Mais Educação, 2012).

Além dos depoimentos da coordenadora, a monitora do Programa Mais Educação também foi entrevistada, e ela forneceu sua visão de vivência com seus alunos. A monitora comentou que seu trabalho foi respaldado por sua formação profissional em Pedagogia e Biologia, além de sua especialização em Psicopedagogia.

Vivenciar essa experiência como monitora de horta escolar me dá muito prazer e satisfação, pois me identifico demais com o plantar (Monitora do Mais Educação).

A cada aula, a monitora diz que informa aos seus alunos a respeito do desenvolvimento da horta escolar, destacando a importância das frutas e verduras para a alimentação saudável.

Assim, diretamente com os alunos do Programa Mais Educação, a monitora procura fazê-los participar da limpeza e da manutenção dos canteiros, sempre lembrando a época certa de plantar e de colher as hortaliças sem prejudicar os demais vegetais do espaço, retirando as ervas daninhas dos canteiros:

Fazer a sementeira, o contato com o solo, o plantio de outras hortaliças é uma verdadeira obra de arte, pois a natureza nos dá a oportunidade de realizar esse ato com carinho e dedicação sabendo que aquelas sementes ou mesmo outros tipos de hortaliças irão nascer, brotar e crescer e se tornarão lindas plantinhas que irão depender de cada um de nós para continuarem suas vidas adultas. (Monitora do Programa Mais Educação, 2012).

Ela ainda acrescenta que os alunos ficam maravilhados quando percebem o nascimento de cada semente e em seguida vieram perguntas do tipo: “por que elas nascem? Como e por que crescem?”. A monitora diz que é uma rica troca de informações e fica feliz ao saber que seus aprendizes encontram-se interessados. Ela também comenta que a escola fornece todo o material necessário e que o professor de ciência teve uma grande participação na construção da horta escolar realizando várias atividades como: adubação o solo, orientação dos alunos do sexto ano C.

Pelos depoimentos da coordenadora e da monitora do Mais Educação é possível desacar a importância da horta como espaço didático na escola:

Assim nasceu nossa pequena - grande horta escolar. É muito gratificante estar perto da natureza, contemplando seu desabrochar, seu crescimento e finalmente sua vida adulta até a próxima colheita. (Monitora do Programa Mais Educação, 2012)

4 Considerações Finais

Em se tratando do processo educacional, devemos lembrar aqui sua complexidade e seu número de constantes e variáveis envolvidas. Sendo assim, é necessário que os profissionais da educação se debruçam sobre as dificuldades encontradas para que a escola exerça seu papel na socie-

dade de forma eficaz e democrática através dos conselhos escolares.

Ainda podemos considerar que a escola é um lugar privilegiado para o aprendizado dos saberes, principalmente os relacionados à educação ambiental. Trabalhar a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar, pais, professores, funcionários e, principalmente, alunos, estimula-se o diálogo e proporciona a democracia. Com isso, a dinâmica escolar se torna sujeita do processo de aprendizagem e ensino e a qualidade tão esperada será sucesso de todos.

Essa ponte entre a democracia em Conselho Escolar e o aprendido, em caso particular o ensino de ciências, precisa ser algo que vá além de estruturas, devendo haver movimento e significado. Na verdade, muitas das dificuldades na aprendizagem em ciências estão atribuídas aos alunos pelas escolhas pouco significativas ou nada relevantes para seu processo de subjetivação. Muitas vezes, o aluno se depara com um conhecimento em ciências que não tem funções sociais, porque o desenvolvimento e o gosto por tal matéria não vêm junto. É mais uma aprendizagem dificultada do que uma dificuldade de aprendizagem. Daí o papel de se implantar hortas escolares nas escolas públicas.

A principal tarefa da escola é ajudar o aluno a desenvolver a capacidade de construir relações e conexões entre os vários nós da imensa rede de conhecimento que nos enreda a todos. Incentivar a participação dos alunos em conselhos escolares para promover um ensino que atenda suas necessidades, como é o caso da utilização da horta escolar como espaço interdisciplinar e interativo, é uma maneira de buscar a qualidade na educação tão esperada pela sociedade. Aqui devemos destacar o Programa Mais Educação, gerido pelo Conselho Escolar, como fonte de recurso financeiro para a viabilização de tal proposta pedagógica.

Propostas de gestão democrática que invista na constante troca interdisciplinar e busque, não só propostas para o ensino de ciências, mas nas diversas áreas dos conhecimentos através de um diálogo entre todos os envolvidos na educação, traçando metas que insuffle a aprendizagem com significado.

Para finalizar, cremos que as habilidades contidas no aluno devem ser estimuladas para que a aprendizagem brote. E defendemos sim a utilização do Conselho Escolar como forma de participação na tomada das decisões, por parte do aluno, fazendo que ele se torne um cidadão crítico e reflexivo. Acrescentamos também que no espaço democrático dos conselhos, discutam a horta escolar como ferramenta de aprendizagem, não só no ensino de ciências, mas de diversas áreas do saber.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Gustavo K. L. – Horta escolar como espaço didático para a educação em ciências – 2012. 112 f. : il. color., enc. ; 30 cm. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática, Fortaleza, 2012.
- BRANDÃO, Gustavo K. L. – As possíveis intervenções do Conselho Escolar da Escola X para se minimizar o fracasso escolar. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências; Especialização em Gestão Escolar, Núcleo em Fortaleza, 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 – São Paulo : Saraiva, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/1996.
- CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas. São Paulo, SP: Cultrix, 2002
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 3ª Ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.
- SANTOS, Boaventura de Sousa - A queda do AngelusNovus: para além da equação moderna entre raízes e opções. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, nº 45, maio, 1996.
- _____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista crítica de ciências sociais, Coimbra. Portugal, n 63, p. 237-280, out. 2002.

PARTE III

REDE DE CONHECIMENTOS

Conselho escolar em uma perspectiva histórica e política

Aline C. A. Moraes

1 Introdução

O texto aborda a criação dos conselhos escolares, visto como mecanismo de gestão democrática da escola a partir da década de 80, onde os mesmos passam a ser implantados e incorporados ao cotidiano escolar para assegurar que toda comunidade esteja envolvida nas decisões tomadas pela escola. Com isto, faço um estudo mais aprofundado com objetivo de conhecer a formação destes Conselhos e fazer uma análise política e histórica do momento de sua criação.

A década de 1990 foi marcada por alterações fundamentais nos padrões governamentais devido às intervenções estatais, resultantes de uma política social capitalista, reguladas pelo neoliberalismo. No entanto na década de 1980, as discussões sobre gestão e autonomia escolar ganham força na busca de uma sociedade democrática no campo político e educativo.

É neste contexto que situamos a criação dos Conselhos Escolares e seu papel na construção de sociedade democrática. Este é um órgão colegiado com membros de diversos segmentos da comunidade escolar, cuja função é gerir coletivamente a escola. A LDB, Lei nº. 9394/96, no Artigo 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no inciso II, estabelece que a “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

A discussão parte do âmbito político, discutindo os reais problemas da escola, inferindo uma democratização escolar não se resume ao ato de estar na escola, aumentando vagas ou condições materiais. Democratizar implica em manter alunos usufruindo de uma educação de qualidade e meios que deem margem para participação desta educação.

Para que esta valorização e participação aconteça a comunidade necessita estar envolvida na gestão escolar. A ideia de envolver a população neste cotidiano é algo subsequente da década de 80, legitimado pela LDB93-94, pelo princípio da gestão democrática.

Este princípio segundo Paro (2002) representa uma mudança no modo de entender o ato de administrar, principalmente numa sociedade

marcada pelo autoritarismo, em que os determinantes sociais, econômicos e políticos mais amplos agem contra esta tendência. Contudo mesmo tendo LDB legitimado a gestão democrática temos ainda avançar no exercício de uma autonomia, algo que efetive a participação e a cidadania da comunidade.

O sentimento de pertencer à escola deveria ser algo latente nos atores sociais do meio escolar, resultando um compromisso efetivo da atuação popular, chegando perto da construção do projeto educacional coletivo. Está ideia de pertencimento e projeto educacional coletivo se da coerentemente com Conselhos Escolares, o instrumento legal de participação cidadã na escola pública.

O Conselho Escolar pode ser visto como mecanismo da gestão educacional, enquanto órgão de decisão situado na estrutura institucional do princípio de autonomia escolar, consagrado no art.15 da LDB 9394/96:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

No que compete a este, ele deve deliberar e aconselhar a equipe gestora com proposito de solucionar problemas encontrando meios adequados às finalidades da escola. Assim todos se sentem corresponsáveis pelas decisões tomadas e pelos avanços obtidos.

Segundo Werle (2003), o Conselho relaciona três conceitos básicos, elencados na Constituição Federal: igualdade, liberdade e pluralismo, devido sua composição por diferentes segmentos da comunidade escolar e em regime de paridade assegurando a manifestação de diferentes pontos de vista. Enquanto órgão consultivo e deliberativo deve tratar de problemas financeiros, administrativos e pedagógicos da escola, somando com propostas e projetos a fim de obter uma educação de qualidade, ou seja, deve ser instrumento efetivo de participação comunitária na gestão escolar pública.

Porém a constituição dos Conselhos Escolares por si só não garantem a democracia na escola, de acordo com Paro (2001), desde o surgimento dos conselhos escolares na década de 1980 até hoje a dificuldade em constituir um conselho escolar e fazer com que de fato funcione está relacionado com a organização do poder na escola, que ainda se concentra na figura do diretor. Ainda segundo Paro (2001) o grande problema que envolve a constituição dos conselhos são as medida isolada, desligada de uma política mais ampla de democratização, o que acaba evidenciando

muito mais a sua face burocrática do que a sua inspiração democrática.

“O conselho escolar que deveria existir para dar apoio e auxiliar o diretor na sua tarefa de administrar a escola e acaba sendo mais um encargo do qual ele precisa prestar contas” (PARO, 2001, p.83). Neste caso torna-se muito complicada a execução das atribuições do conselho escolar porque este acaba sendo subordinado à vontade do diretor. A construção da democracia na escola, necessita da aplicação de mecanismos que viabilizem a consciência de que eles por si só não serão capazes de implementá-la. Faz-se necessária uma mudança de pensamento na maneira de compreender e distribuir o poder na escola para enfim democratizá-la. Tal como posto por Veiga (2002), a socialização do poder objetiva a participação coletiva e busca pela autonomia da comunidade escolar, tentando eliminar a dependência confluyente dos órgãos maiores nos quais muitas vezes a escola se torna dependente.

Benevides (1991) nos aponta que a Constituição Federal de 1988 prevê a participação direta ou indireta do cidadão, propondo assim os conselhos e outros órgãos colegiados, nos quais os cidadãos exerçam sua representatividade social e apresentem suas reivindicações, num modelo de democracia republicana/representativa.

Essa identidade de propósitos, no que toca a participação da sociedade civil, é evidentemente aparente. Mas essa aparência é sólida e cuidadosamente construída através da utilização e referências comuns que tornam seu deciframento uma tarefa difícil, especialmente para atores da sociedade civil envolvidos, cuja participação se apela tão veementemente e em termos familiares tão sedutores (DAGNINO, 2004, p. 97).

2 Participação e Gestão Democrática

Contudo, a gestão democrática não é algo a ser imposto de cima para baixo, por força de um marco legal. Ela se faz em um processo político, ativo, dinâmico e dialético, no qual pairam interesses contraditórios. Se por um lado ela é conquista dos trabalhadores da educação e possibilidade de alargamento da participação destes na escola, por outro ela também se apresenta como forma de atribuir à escola e seus atores, a responsabilidade da manutenção, inclusive financeira, desta instituição.

Nessa direção, há o incentivo por parte das políticas governamentais à participação passiva da sociedade na escola, de forma voluntária, conforme fomentado no modelo neoliberal de parceria público-privado. Esse movimento foi implementado no Brasil, em meado da década de 1990, com a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Estado no Brasil, que defendeu a minimização do papel do Estado no desenvolvimento de

suas ações, naquilo que diz respeito ao fomento das políticas públicas. Seguiu-se daí um processo crescente de descentralização de execução de tarefas organizacionais, mas um processo de centralização das tomadas de decisão e, também, um processo de avaliação em larga escala, ou seja, o Estado se retira aos poucos do seu papel de provedor de recursos para ser o fiscalizador de resultados.

Esse processo ocorre, concomitantemente, ao processo de reestruturação produtiva e de um novo modo de organização do mundo do trabalho, que ficou conhecido como acumulação flexível (HARVEY, 1992). Neste contexto, estimula-se um modelo de Estado que minimize suas intervenções no setor produtivo, incitando a demanda de crescimento do setor privado. Dentro desta lógica, é necessário também que o Estado diminua sua atuação nas áreas sociais e estabeleça parcerias com a sociedade a fim de minimizar o ônus com os serviços públicos, refutando o modelo de Estado de bem-estar social e estimulando a filantropia.

Contudo, mesmo com essa ambiguidade a respeito da gestão democrática defendemos que a participação política, em seu sentido pleno, se caracteriza pela força coletiva de uma atuação consciente dos sujeitos sociais, por meio da qual os membros de um grupo, reconhecem e assumem o poder de exercer influência nos assuntos da vida coletiva. Este poder resulta da vontade coletiva de compreender, decidir e agir sobre as questões que os afetam direta e/ou indiretamente e talvez não possa ser efetivado em sua plenitude na sociedade de classes.

É neste propósito que a participação popular na escola assume uma caracterização política e salutar e pode contribuir para melhorar a sua qualidade. Com isto a escola torna-se um espaço de luta política que visa garantir a aproximação dos estudantes com o conhecimento científico elaborado pela sociedade. Dessa forma, não se trata de negar a importância da participação da comunidade nos colegiados escolares, como no caso do conselho escolar, mas sim de esclarecer que essa participação não pode ser ingênua e manipulada pelos interesses da classe hegemônica. Não é apenas a participação da comunidade na escola que vai melhorar a sua qualidade. Ela é importante, entretanto, a escola pública não pode prescindir dos recursos públicos para sua qualidade e manutenção.

Dessa forma, as concepções de participação social, de autonomia e outra mais, que compõem a concepção dos teóricos e dos trabalhadores da educação que têm uma concepção progressista de sociedade, almejando transformações sociais substantivas, são apropriados e recebem novos significados, ao gosto dos pressupostos neoliberais e conservadores. Essa constatação não inviabiliza, contudo, a prática dos conselhos que, mesmo de forma limitada, são órgãos coletivos que possibilitam a

ação da sociedade, contribuindo e fiscalizando as políticas públicas, sejam elas voltadas para a educação, para a saúde ou para qualquer outro área social.

3 Breve Histórico do Conselho Escolar

A história relata que termo conselho surgiu interligado aos termos de política e democracia, registrado nas cidades gregas onde já existiam conselhos em formas primitivas de gestão de grupos sociais. Com o progresso social e desenvolvimento da agricultura, os grupos humanos acabaram formando uma nova organização em que apesar dos pontos de vista divergentes, todos os assuntos de interesse popular, as decisões eram tomadas em conselhos de forma coletiva. Gonh (2001) nos relata que após final da ditadura militar as propostas dos Conselhos se divergiram em dois pontos: “como estratégia de governo dentro das políticas da democracia participativa e como estratégia de organização de um poder popular autônomo estruturado partir de movimentos sociais” (pg.75). Assim os Conselhos acabaram tendo uma atuação dúbia dependente dos interesses políticos e sociais. Hoje o sentido dado ao Conselho, é algo situado entre o Estado e a Sociedade, seja defendendo interesses da elite ou buscando gestão compartilhada das políticas públicas na realização do interesse popular e na gestão participativa.

No artigo 205 da Constituição Federal, consta que “Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo 211 temos a posição da União quanto aos sistemas de ensino, elencando que: “Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração os seus sistemas de ensino”.

O Conselho Escolar foi implantado, a partir da década de 80 em várias regiões do país, com a inclusão do inciso VI do artigo 206 na Constituição Federal de 1988, que assegura a organização democrática do Ensino Público. Uma análise da Constituição da República e da LDB permite-nos elencar um conjunto de princípios fundamentais com repercussão nas decisões políticas e administrativas provenientes da organização escolar.

A Lei nº 9.394/96 define a implantação da gestão democrática na escola pública com dois condicionantes: a participação da comunidade escolar e local nos Conselhos Escolares e a participação dos destes no processo educativo com propósito de elaborar o projeto pedagógico da escola, como assim estabelece no art. 15 que “Os sistemas de ensino

assegurarão as unidades públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa de gestão financeira observada as normas gerais de direito financeiro público”.

Cury explicita o conselho de conselho a partir de uma leitura etimológica, acrescida de conotação histórica:

Conselho vem do latim *Conselium* por sua vez, *consilium* provém do verbo *consulo/consulere*, significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após umas ponderações refletidas, prudentes e de bom-senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados postulam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido. Obviamente a recíproca audição se compõe com a ver e ser visto, assim sendo, quando um Conselho participa dos destinos de uma sociedade ou de partes destes, o próprio verbo *consulere* já contém um princípio de publicidade (CURY, 2000, p. 47).

Em 2004 temos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, sancionado pela Secretaria de Educação Básica, por meio da Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, mediante a Portaria Ministerial nº 2.896/2004, buscando desenvolver ações de implantação e fortalecer os Conselhos nas escolas públicas de educação básica.

Observando o cerne da nomenclatura Conselho Escolar ou Conselho de Escola, as palavras são encontradas com o mesmo significado, mas a expressão Conselho Escolar é adotado especificamente na gestão educacional, seja nos conselhos nacionais, estaduais, municipais de educação.

Este instrumento democrático surgiu para comunidade escolar, e não para autenticar a voz da direção, mas para construir a voz da pluralidade e paridade dos atores sociais a quem a escola pertence. Os participantes do conselho representam a comunidade escolar e local, atuando em confluência com a administração escolar e definindo meios para a tomada das decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas que venham condizer com as necessidades e as potencialidades da escola.

O conselho é uma assembleia de pessoas, de natureza pública, para dar recomendações, pareceres e deliberações sobre as questões administrativas, tem o exercício do poder coletivo. Passa a ser o grupo responsável pelas decisões e objetivos que a direção que escolar possa vir a, caracterizando o papel principal de assegurar que toda a comunidade esteja envolvida nas decisões, ressaltando não apenas a democracia interna da escola, mas ao fortalecimento da unidade escolar externamente.

No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1930 se determina:

Cada escola seja qual for o seu grau, dos Jardins, as Universidades, deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando e aproveitando as iniciativas dos pais em favor da educação (...) despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, professores, a imprensa e todas as demais instituições diretamente interessados na obra da educação.

A gestão escolar, quando feita com apelos de autoritarismos e sem participação popular não se encaixa numa concepção democrática de sociedade. E para ser democrática, é necessário que escola assuma uma experiência coletiva, socialização das decisões e a divisão da responsabilidade aos membros do seu Conselho Escolar. Prais (1996) faz a junção da participação comunitária e da educação de qualidade em razão e responsabilidade dos membros colegiados, caso contrário teríamos um órgão meramente ilustrativo de centralizador do poder .

Participação e democracia têm assim uma significação indissociável. Neste contexto é que se deve considerar a proposta da prática colegiada de gestão escolar como uma forma qualitativa de vida escolar, baseada na conjugação da liberdade e co-responsabilidade nas decisões do projeto educativo. (PRAIS, 1996, p. 84).

A composição da escola deve ser organizada de forma onde seu projeto diário una-se com as ações do Conselho. É preciso que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem tenham espaço para debater, gerar ideias, administrar conflitos e, acima de tudo, buscar e apresentar alternativas, tanto no aspecto pedagógico, como no administrativo e no político.

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, 2005, p. 10).

Na medida institucional onde se reúne diretores, funcionários, estudantes, professores e pais como parte do processo de construção de uma escola pública, plural, social e democrática, observaram como é marcante o exercício efetivo do Conselho Escolar.

4 Exercício do Conselho Escolar enquanto Participação Política

Em suma, cada conselho assume feições e atribuições próprias, seja ela deliberativa, consultiva, normativa, mediadora, mobilizadora, fiscal e outras como eficácia administrativa, ou quando definem normas ou determinam ações na esfera de sua competência, ou como simplesmente “aconselhar”.

Está participação tem ter caráter ativo e com qualidade nos processos decisórios, utilizando uma conduta ativa e compromissada com o coletivo. Ou seja, é mais uma garantia de que a democracia seja efetivada. Não se trata de uma participação espontânea, sem direção, que apenas replique o senso comum, é algo direcionado onde indivíduo deva perceber-se como parte do todo social e histórico, deve compreender sua condição enquanto cidadão.

Com uma participação atuante, estabelece-se um processo cíclico e dialético; ocorrendo uma formação reflexiva, que mais tarde vai priorizar a reflexão e emancipação, as quais continuamente desencadearam uma formação transformadora, e assim por diante.

Complementando essa concepção de formação transformadora, WEFFORT (1996, p. 95) afirma que “[...] a que é melhor um ovo hoje que uma galinha amanhã. democracia [...] é a institucionalização do conflito [...]”, pois requer que haja um mínimo de condições sociais e de “[...] igualdade dos indivíduos de serem tratados como iguais pelos outros [...]” (Ibidem, p. 101). Para ele, a democracia com desigualdade é impossível de acontecer, aqui chamamos atenção para ponto crucial do Conselho, a condição de paridade e pluralismo, fazendo com que a democracia verdadeiramente aconteça nas assembleias.

Está é um das ideias que leva autor a afirmar que os indivíduos que vivem sob essas condições estão mais próximos de aceitar alguém que resolva seus problemas de imediato do que alguém que os leve a resolver junto, no coletivo, porém com mais cautela. “Na linguagem popular brasileira, querem políticos „que olhem por nós mais do que políticos que lhes digam „organizem-se e lutem .” (WEFFORT, 1996, p.137).

Essas noções de democracia permitem ampliar a reflexão sobre o Conselho na escola e no embate diário de aliar teoria e prática. Junto às contradições presentes criam-se as condições para que as classes populares possam lutar por seus interesses. A educação, na sociedade contemporânea, é limitada a condição de mercadoria, de propriedade, aplicando-se ao discurso de qualidade como algo conquistado e não di-

reito legítimo. Portanto, é necessário que esta educação esteja aliada ao exercício de participação popular, considerando o conjunto histórico-social dos fatos que envolvem a sociedade, fornecendo uma educação com qualidade teórica e política, empenhando os processos instaurados e reafirmando o modo de produção capitalista, as relações de classe, a produção, a reprodução e a transformação da hegemonia vinculada a ela, visto que “os homens não são meros produtos sociais, mas também agentes históricos.” (CURY, 1992, p.53).

Oponente a isto, “à classe trabalhadora interessa uma escola que lhes dê acesso ao saber historicamente produzido, organizado e acumulado”. (FRIGOTTO, 1989, p.27-28). Com esta aquisição do conhecimento há a possibilidade de fornecer instrumentos de lutas a estas classes, “na busca de superação das relações sociais vigentes”. (ibidem, p. 28).⁷

A educação pode ter papel fundamental em desnivelar a desigualdade política e cultural inserindo aprendizagem consciente e crítica, principalmente no que tange aos processos de participação. É importante, segundo CURY (1992), que a escola não só reflita a realidade, mas reflita sobre ela. Ao invés de propagarmos uma educação de reprodução do capital, podemos transforma-la e revolucioná-la através da conscientização política e social.

A busca pela gestão democrática é um processo contínuo constante que pressupõe algumas realizações basilares tal como: participação efetiva da comunidade escolar no Conselho Escolar; eleição direta para diretor; construção compartilhada do projeto político pedagógico e a garantia de transparência e acesso às informações dos assuntos escolares a todos.

Segundo Cury, “a gestão democrática é uma gestão de autoridade compartilhada”. (2010, p. 02), que significa distribuir o poder, não se concentrando somente no diretor, mas sim compartilhada com Conselho.

Desta forma se torna indispensável o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, além de resgatar a função dos Conselhos nas escolas como registra-lo como instâncias decisivas para o trabalho.

Vamos apresentar algumas normas retiradas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos para conhecermos as competências que as mesmas apresentam:

1. Função deliberativa é entendida quando a lei atribui ao conselho competências para decidir, em instância final, sobre determinadas questões.

2. Função consultiva tem caráter de assessoramento e é exercido por meio de pareceres, aprovado pelo colegiado.

3. Função fiscal que ocorre quando o conselho é revestido para

fiscalizar o cumprimento de normas e a legalidade ou legitimidade de ações, aprová-las ou determinar providencias para sua alteração.

4. Função mobilizadora situa o conselho numa ação efetiva de mediação entre o governo e a sociedade, promovendo os direitos educacionais da cidadania, ou seja: da qualidade da educação.

De acordo com as normas criadas pelo Programa em 2004, esta instância colegiada deve focalizar e orientar a direção sobre assuntos relacionados ao bem-estar dos estudantes na escola. A partir deste momento os participantes, podem incluir alterações que atendam as suas especificidades e as deliberações coletivas. Desta forma os Conselhos Escolares não são responsáveis pela administração da escola ou pela montagem do Projeto Político Pedagógico, mas sim meio coletivo de debate e decisões educacionais. Os verbos adequados ao Conselho são :Orientar, opinar e decidir em suma o transcorre sobre a qualidade da escola, a sim podendo incluir o Projeto Político Pedagógico – PPP, os planejamentos e outros problemas administrativos pedagógicos.

Como mecanismo de uma gestão escolar compartilhada e democrática ,tem por objetivo a tomada de decisões em todas as áreas de atuação, haja vista a procura de meios para alcance dos objetivos escolares, em todos os seus aspectos, pela participação de modo ativo de pais, alunos, professores e funcionários.

A autora Heloisa Luck fala sobre esta participação, Luck (2006) dizendo:

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme. (LUCK, 2006, vol.III p. 29).

Através do Conselho Escolar, pode se buscar a transformação no cotidiano escolar em sua organização administrativa e pedagógica, convergindo na participação popular tão almejada na escola pública.

5 Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e análise das experiências exitosas

Segundo o PNFCE, os conselhos escolares, quando ativos, cumprem com a função de orientar a direção sobre assuntos relacionados ao processo de ensino e de aprendizagem e os demais assuntos pedagógicos e administrativos que compõem o cotidiano das escolas. As escolas que decidem pela implementação do Programa, podem incluir alterações que atendam às suas especificidades e as deliberações coletivas. Ainda na perspectiva deste Programa, os conselhos escolares são mecanismos favorecedores a uma gestão escolar democrática e têm por finalidade propor espaços de tomada de decisões conjuntas, haja vista a procura de meios para alcance dos objetivos escolares, em todos os seus aspectos, pela participação de modo ativo de pais, alunos, professores e funcionários. Este instrumento democrático não pode estar para autenticar a voz da direção, como ocorre em grande parte das vezes, mas sim para construir a voz da pluralidade e paridade dos sujeitos sociais, pertencentes às escolas. Os participantes do conselho representam a comunidade escolar e local, atuando em confluência com a administração escolar e definindo meios para a tomada das decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas que venham condizer com as necessidades e as potencialidades da escola.

A partir da sucinta apresentação que fizemos até aqui sobre o PNFCE, na sequência, apresentamos uma breve análise dos relatos de “experiências exitosas” registradas por escolas que se inscreveram para participar do PNFCE. Esses relatos ficaram disponíveis no site do MEC por um certo período, mas atualmente, não se encontram mais ali registradas, por motivos desconhecidos. Como era de interesse para nosso estudo, fizemos a compilação destes dados que servirão para captarmos qual a concepção de gestão democrática e participação que permeia as escolas, na implementação deste Programa. Contudo, uma análise mais aprofundada pediria uma pesquisa empírica e observação no campo (nestas escolas), para podermos observar melhor se tais experiências são de fato exitosas, uma vez que os dados relatados, muitas vezes, omitem a questão política. Porém, ressaltamos que nenhum tipo de participação em colegiados é neutro, mas sim carregado de lutas políticas e embates com o poder local. Tal como posto por Muller e Surel (2002, p.77)

A construção das políticas públicas não é um processo abstrato. Ela é ao contrário, indissociável da ação dos indivíduos ou dos grupos envolvidos, de sua capacidade de produzir discursos concorrentes, de seus mo-

dos de mobilização. Ela depende também, de estrutura mais ou menos fluante de suas relações e das estratégias elaboradas nos contextos de ação definidos em especial pelas estruturas institucionais, no interior das quais tomam lugar as políticas públicas.

Portanto, reconhecemos que nossa análise é parcial, uma vez que se embasa em relatos que precisariam ser confirmados na prática social de cada escola, a fim de perceber o contexto dessas escolas, sua estrutura de poder, de participação e outros intervenientes que nos permitiriam compreender melhor esse fenômeno. É por reconhecer esse limite que optamos deixar o termo “experiências exitosas” entre aspas.

As “experiências exitosas” selecionadas para a análise ocorreram nas escolas Municipais do Sul do País. Percebemos que a participação no contexto dos conselhos escolares das escolas pesquisadas, ora se apresenta como uma participação de caráter apenas consultivo (ouvir argumentos sobre determinados assuntos) e/ou informativo (colocar os sujeitos a par de algo que já havia sido decidido), ora como uma participação crítica e ativa de sujeitos sociais autônomos no encaminhamento de seus argumentos e contra-argumentos. Essa última forma de participação, a nosso ver, é a que mais contribui para auxiliar na conquista de uma escola pública de qualidade, uma vez que une forças com a escola em prol de reivindicar o direito ao acesso e à permanência nessa instituição.

Na cidade de Araucária – PR, o relato analisado descreve que a formação no PNFCE fomentou a implantação da gestão democrática nas escolas municipais da região, fazendo com que estas percebesse a necessidade de iniciar a construção de um processo coletivo de participação nas tomadas de decisão em seu interior. Nesta escola, há relatos de que o desenvolvimento das ações propostas pelo PNFCE e repassadas aos gestores por intermédio da Secretaria Municipal de Educação possibilitou ao menos a tentativa de um exercício democrático e coletivo de efetivação do conselho escolar, antes não atuantes nas escolas municipais daquela região. O diretor de uma das escolas municipais analisadas ressalta que “O mais importante é compreender que está construção não se efetiva por decreto, portaria ou resoluções, mas sim é resultante, sobretudo da concepção de gestão democrática difundido pelo PNFCE.” (DIRETOR 1).

Neste relato podemos observar que, aparentemente, a formação obtida no referido Programa teve algum êxito e tem conseguido ampliar a concepção da gestão democrática e daquela comunidade escolar. No entanto, concordamos com Dourado quando afirma que a gestão democrática

[...] só se efetiva se a gestão dos processos for participativa, ou seja, se houver

participação ativa de todos os atores e instituições intervenientes nos processos de gestão. É nesse espaço ambíguo que devemos pensar os limites e as possibilidades de democratização na escola, ou seja, é fundamental não perder de vista que a educação como prática social é parte constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas (DOURADO, 2007, p. 150).

Portanto, há que se considerar que essas relações sociais mais amplas, as quais o autor se refere, ocorrem no contexto da sociedade capitalista neoliberal, que tem uma perspectiva de gestão empresarial. Importa, portanto, a busca da eficiência e da eficácia nas instituições, com a menor quantidade possível de recursos investidos.

Em outro relato, o diretor da escola afirma que “o conselho escolar tem efetivamente atuado e a escola mostra ser mais sensível às necessidades e os problemas, sobretudo dos pais e alunos, possibilitando a participação de toda comunidade na definição dos rumos que a escola toma” (DIRETOR 2). O mesmo diretor ainda relata que realiza eleições para cada segmento ocupante das cadeiras do conselho, tendo como base a formação recebida no PNFCE. A partir destas reuniões surgiram projetos para melhoria do espaço escolar e grupos de estudos para professores.

Diante deste relato percebemos que, de alguma forma, parece que a formação obtida e a implementação das ações propostas pelo PNFCE, contribuiu para avanços nas propostas de organização do trabalho nesta escola. Contudo seria interessante poder verificar com os professores e demais sujeitos como de fato essas ações se realizam. Pois, concordamos com Dourado (2007), quando afirma que quando se trata de gestão democrática “é importante e necessário discernimos quais são as categorias que utilizamos. Percebe-se que há uma banalização quando se fala de democratização da gestão ou da administração, podendo nesse sentido, ser tudo ou não ser coisa nenhuma” (DOURADO, 2007, p. 156)

Ainda analisamos o desenvolvimento do PNFCE nos relatos de uma escola municipal, situada no interior do Paraná, na cidade de Toledo. Esta escola aponta para a ação fiscalizadora do conselho escolar. A experiência registrada tem por base os estudos realizados no caderno 1 do PNFCE. A partir deste estudo difundiu-se a compreensão que a gestão democrática da educação solicita, ao mesmo tempo, transparência, impessoalidade, autonomia e participação. Esta escola registra que há reuniões mensais do conselho escolar. Nestas reuniões é efetivada a análise das verbas direcionadas para a escola e discutido onde e em quais investimentos podem ser utilizadas. A diretora expressa que: “a escola tem tentado contribuir para gestão democrática, embora atue mais diretamente na questão financeira e administrativa da decisão de aplicação de recursos, atuando pouco no que tange questão pedagógica” (DIRETORA 3).

Na análise dos relatos, de forma geral, observamos uma pluralidade de concepções em relação à gestão democrática e à participação nos conselhos escolares: ora como espaço consultivo de caráter mais administrativo que pedagógico tal como registrado na escola do município de Toledo; ora como ambiente de produção e promoção de conhecimentos para a comunidade com a efetivação de grupos de estudos; ora como fomentadores de ações e projetos assistencialistas, tal como produção de chás beneficentes, nos quais os conselheiros atuam como auxiliares para a arrecadação de recursos financeiros para a escola via APMF, ou ainda como instrumento fiscalizador e regulamentador das ações e projetos políticos e pedagógicos das escolas.

Desta forma, há que se levar em consideração que cada escola é uma instituição que tem necessidades e formas de organização específicas, no que diz respeito à operacionalização da gestão, o que inviabiliza homogeneizar e simplificar a análise da efetivação dos conselhos escolares em cada uma delas, pois, essa pluralidade tem que se dimensionada.

5 Considerações Finais

Vale lembrar que o conceito de Conselho Escolar é instrumento capaz de promover a emancipação e a conscientização do papel político que cada um exerce na coletividade, tanto no espaço escolar como no meio social e que, portanto, constitui um meio e não um fim para transformação social. É uma busca constante da escola pública no Brasil que começa a se construir a partir do final da década de 1980, com a abertura política. Cabendo a escola a formação para exercício da cidadania e construção democrática onde a participação popular seja sempre fomentada.

Ao ver estas análises concluímos que a concepção de gestão democrática e de participação, difundida pelo PNFCE se pauta na lógica das políticas para a educação difundidas após a década de 1990, na qual a parceria entre escola e comunidade é vista como condição sem a qual não é possível alcançar a qualidade na escola. Contudo é necessário questionar sobre essa concepção redentora e também sobre as condições concretas e objetivas diante das quais a gestão democrática é efetivada.

Finalizando, reiteramos que o fortalecimento dos conselhos escolares, proposto pelo PNFCE, configura-se como uma ação importante para a efetivação da gestão democrática da educação e para participação da comunidade em seu interior. Entretanto, tal programa, fica em nível das boas ideias e intenções se não houver políticas públicas integradas que proporcionem condições de trabalho e de vida para que todos os segmentos da comunidade escolar possam dispor de condições efetivas para participarem dos referidos conselhos.

Referências Bibliográficas

- BRASIL Constituição – República Federativa do Brasil, capítulo III. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Arts. 205 ao 214.
- BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96 l.
- BRASIL Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, Brasília – DF, novembro, 2004.
- BENEVIDES, M. V. A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1998.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: município e escola. In: FERREIRA, N. S.; AGUIAR, M. A. (Org.). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.
- CISESKI, Ângela Antunes. Como organizar o conselho de classe. São Paulo, IPF, 1996.
- _____ e Romão, José E. Conselhos de escolar cidadã. In: Gadotti, Moacir e Romão José E. (orgis). Autonomia da escola princípios e proporções. São Paulo: Cortez, 1997.
- CURY, Carlos R. Jamil. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. São Paulo. Cortez, 2000.
- DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: Políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. (Org.). Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FERREIRA, N. S. C. A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais de educação: desafios e compromissos. In: _____. Gestão democrática da educação. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. 3ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
- GOHN, M. G. Conselhos Gestores e Participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época, nº 84).
- LUCK, Heloísa. Gestão educacional.vol. I. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2006.
- _____. Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. vol. II
- OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. RBPAE - v. 25, p. 197-209, mai/ago. 2009.
- OLIVEIRA, João Batista A. e SCHWARTZMAN, Simon. A escola vista por dentro. Belo Horizonte. Alfa Educativa Editora, 2002.
- PARO, Vitor H. Administração escolar. Introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2002 .
- _____. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.
- PRAIS, Maria de Lourdes Melo. Administração colegiada na escola pública. Campinas. São Paulo: Papyrus, 1990. VEIGA, Ilma Passos

Alencastro. Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996.

WERLE, F.O.C. Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

WEFFORT, F. Qual Democracia? 2ªed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Conselho escolar e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade: paralelos com a educação brasileira no Período do Império

Alcilane Mota Saavedra Pinto
Francisco José dos Santos
Francisco Herbert Lima Vasconcelos

1 Introdução

Para se abordar a questão do conselho escolar voltada à reflexão sobre o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade traçando uma perspectiva sobre a educação brasileira no período do império e sua interface com a atualidade necessário se faz refletir sobre o contexto histórico que abriga esta discussão.

O Caderno Três do Curso de Formação Escolares intitulado conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade que é estudado na sua Fase I traz a tona esta perspectiva de modo a vincular claramente o papel e relevância dos conselhos escolares no reconhecimento e no trabalho dentro das comunidades escolares para se instaurar uma cultura de reconhecimento e importância com relação ao respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade. Nesta abordagem, chama especial atenção para a formação humana e os desafios a superar no âmbito da escola; a pedagogia da emancipação na escola e o encontro dos saberes neste contexto educacional, bem como levanta temas contundentes sobre a negação da educação para o cidadão, quando seu saber e sua cultura não são reconhecidos e levados em consideração, percebido tanto no passado quanto na atualidade.

Ao abordar o tema, o caderno três aponta que para esta valorização ocorra se faz necessário que na prática dos Conselhos Escolares se faça presente uma de suas responsabilidades que também é a de zelar pelo processo de aprendizagem, pois caso isto não ocorra “fica muito prejudicado se no trabalho pedagógico da sala de aula não se leva em conta,

não se respeita, não se trabalha e não se valoriza o conhecimento do estudante e a cultura de sua comunidade” (MEC /SEB, 2004 p. 10).

Na perspectiva do colegiado do conselho escolar este desafio deveria ser tratado com frequência e ou de acordo com as necessidades já que se refere a uma questão de interesse coletivo: pais, estudantes, professores, funcionários de escola e representantes da comunidade externa, enfim relacionado à razão primeira de sua existência.

Na defesa pela qualidade na e da educação seria então estratégico valorizar a formação humana na escola reforçando ser este um compromisso que deveria ser assumido também pelos Conselhos Escolares já que em sua essência tem como base a preocupação com as questões que envolvem o Projeto Político Pedagógico e conseqüentemente as interfaces com o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade no processo escolar.

Mas o que se entende por respeito e valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade no contexto escolar? De acordo com o caderno de estudos em questão esta temática foi dividida em três partes: a formação humana e os desafios a superar no âmbito da escola; a pedagogia da emancipação na escola e o encontro dos saberes.

Na primeira em que se aborda o processo de formação humana e a contribuição da escola o Conselho Escolar é apresentado como espaço para que todos os segmentos da comunidade escolar e da comunidade local têm para discutir e encaminhar ações que assegurem as condições necessárias à aprendizagem, para que as crianças, adolescentes e jovens possam ser cidadãos que participam efetivamente da vida social. Neste sentido a escola seria a instituição especializada da sociedade para oferecer oportunidades educacionais que garantissem a educação básica de qualidade para todos. Pois a prática educativa escolar teria a função de contribuir para que os estudantes possam ampliar seu conhecimento e a capacidade de descobrir, criar, questionar, criticar e transformar a realidade; ampliar a capacidade de viver, de se alegrar e de trabalhar com os outros, na corresponsabilidade sociopolítica e cidadã; e tornar maior sua sensibilidade para encontrar sentido na realidade, nas relações e nas coisas, contribuindo para a construção de uma nova sociabilidade humana, fundada em relações sociais de colaboração, corresponsabilidade e solidariedade.

Já na segunda, se apresentam elementos de uma prática educativa inclusiva, contribuindo no processo de emancipação das pessoas. Em que nesse processo, o respeito e o cultivo das diferenças são fundamentais, porque oportunizam e garantem acesso a todos no sentido de possibilitar que diferentes habilidades sejam apoiadas e desenvolvidas e as diferen-

tes formas de pensar sejam respeitadas e desenvolvidas. Assim exemplificados como o processo e a forma de trabalhar o conhecimento na prática educativa escolar. Onde se encontram elementos que pressupõem acompanhamento e apoio do Conselho Escolar para sua implementação e ampliação.

Fechando a última parte encontram-se elementos que demonstram a importância da valorização e da integração do saber do estudante e da cultura da comunidade bem pistas para o encontro desse saber e da cultura com o saber e a cultura escolar. O encontro desses saberes ocorreriam na relação entre o que se ensina e o que o estudante traz consigo. Ocorrendo assim, o respeito mútuo no confronto da diversidade, nos saberes diferentes, construídos nas relações sociais, e confrontando-os, portanto se teriam a ampliação dos mesmos.

Do exposto, fica patente que também pertence ao Conselho Escolar à intervenção sobre esta temática cabendo ao mesmo trabalhar para o desenvolvimento da compreensão desta realidade, somando esforços para evidenciar ainda mais o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade no contexto escolar. Refletir, portanto, sobre a importância da presença do saber e da cultura do estudante no processo didático-pedagógico da escola.

Para que esta proposta se concretize é preciso que todos os que compõem a comunidade escolar reflitam sobre a negação da educação para o cidadão, o que ainda persiste em algumas unidades escolares e que vem a tona em forma de conflitos ou baixo rendimento comprovados em avaliações educacionais, quando saber e cultura prévios não são reconhecidos e levados em consideração.

O Conselho Escolar, que reúne todos os segmentos da escola e representantes da comunidade local, é o órgão privilegiado para garantir a valorização e a integração do saber do estudante e do patrimônio cultural da comunidade na prática educativa escolar. A vigilância crítica, o acompanhamento e o apoio para que isso ocorra é uma das atribuições mais importantes do Conselho Escolar (MEC /SEB, 2004 p. 12).

O que só reforça a ideia de colegiado, pois na fragmentação do trabalho existente não há como se superar as dificuldades postas e que sendo a escola um espaço social destinado à reconstrução da unidade social, todos os envolvidos são sujeitos que podem imprimir sua marca e legitimidade deixando efetivamente sua contribuição. Sentido este percebido em toda lógica de construção dos cadernos de estudos que compõem o curso de Formação em Conselhos Escolares.

Para educar, os meios, os procedimentos e as oportunidades de aprender são diferentes daqueles usados para treinar. A escola não existe para treinar ou adaptar as crianças. A função da escola é garantir educação aos estudantes, contribuindo para que se tornem sujeitos, isto é, autores e senhores de suas vidas. Isso significa criar oportunidades para que eles decidam, pensem, tornem-se livres e responsáveis, autônomos, emancipados. (MEC /SEB, 2004, p. 16)

Corroborando com a ideia norteadora de proporcionar aos integrantes da comunidade escolar uma formação ligada à práxis voltada para o exercício da cidadania, objetivando a democracia participativa e tendo como diretriz a perspectiva de emancipação.

A seguir resgataremos um pouco da história entre a educação brasileira no período do império e a abordagem do caderno três onde buscaremos vincular este link com a temática em debate mostrando que no mundo tudo está interligado e tem um matiz histórico imbricado.

2 Relação entre Educação Brasileira no Período do Império e a abordagem do Caderno Conselho Escolar e o Respeito e a Valorização do Saber e da Cultura do Estudante e da Comunidade

Posto o desafio de estabelecer relações entre o conselho escolar, o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade e de traçar paralelos com a perspectiva sobre a educação brasileira no período do império vamos buscar imbuirmos da “missão” da história, que é uma forma de combater o esquecimento e, ao mesmo tempo, esforço humano de produzir uma compreensão mais alargada de nossa história (GONDRA, p. 9) para tentar dar conta deste resgate e alinhamento pedido.

Remontando a leitura do caderno de estudos em seu primeiro item sobre A escola, o Conselho Escolar e o processo de formação humana inicia-se a discussão justamente fazendo a ponte pegando como mote a escola, com a vigilância e o apoio responsável do Conselho Escolar, como um dos espaços e uma das instituições sociais em que podem ser criadas oportunidades de aprendizagem emancipadora, rompendo com a pedagogia da exclusão enquanto objeto de reflexão e análise sobre o prisma da ação do colegiado.

Para se estabelecer uma relação entre educação brasileira no período do império, o poder público, a igreja católica, os modelos de instituição escolar, a profissão de professor e a educação de mulheres e crianças

e a abordagem do caderno conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade se faz necessário retroagir no tempo, no caso do nosso país, no período imperial entre 1822 e 1889 para se perceber a conexão entre educação brasileira neste interstíctio temporal, bem como os reflexos em nossa contemporaneidade.

A Educação Brasileira no período do império foi encarada como um problema a ser tratado, pois havia a necessidade de se mobilizar esforços para promover a instrução pública para dar conta das demandas crescentes da população: acesso ao letramento, aprendizado de ofício, preenchimento de funções específicas, dentre outros. Isto, além, das bases políticas que se configuravam na teia da construção do Estado Brasileiro.

Assim como na vida onde nada é estanque e isolado, as ações de cunho educacional sob formas institucionalizadas (aberturas de escolas no território brasileiro, igrejas e iniciativas privadas) ou não institucionalizadas (transmissão de conceitos subjetivos a fim de se fixar o ideário predominante) ocorrem em paralelo com o aparato do Estado que se quer consolidar bem como a construção da própria ideia de Brasil, as intervenções das igrejas e a sociedade civil representada por grêmios, academias que se começa a mobilizar) também se fizeram presentes neste cenário.

Mesmo com a Reforma Pombalina (1759-1772) e o processo de expulsão dos Jesuítas do Império Português não afastou a Igreja representada por seus padres e religiosos das suas funções de educar. Em instituições públicas e particulares era recorrente a presença destes. O que nos leva a refletir que continuou existindo forte influência da Igreja no processo educativo pelo qual passava o Brasil naquele momento.

Estava posta a centralidade da escola como elemento fundante à formação de Estado e da nação. No entanto, o acesso a esta educação deveriam respeitar ou ser restrita a alguns critérios de entendimento geral. Em que as freguesias e povoados bastavam ter apenas o ensino de 1º grau (ler, escrever, contar). Ficando para as classes mais abastadas a escolaridade de longa duração.

Para dar conta desta demanda crescente por pessoas a se inerirem no processo de educação escoar torna central a presença do professor. Profissional que era formado pelas igrejas ou dependia dela para receber sua licença.

Com a instauração das aulas régias, na segunda metade do século XVIII, os professores régios disputaram terreno com sujeitos e práticas educativas já existentes. Os professores régios e os mestres de primeiras letras (aprendiam na prática) foram a primeira tentativa do Estado Português de recrutar e selecionar professores.

Na configuração da consolidação da Profissão de Professor a que se

considerarem quatro elementos organizacionais que se constituíram no arcabouço de sua estruturação:

- O exercício da atividade docente em tempo integral ou como atividade de principal;
- A criação de um suporte legal pelas autoridades públicas para o exercício da atividade (diploma ou licença);
- A criação de instituições específicas para uma formação longa e especializada do docente;
- Constituição de associados profissionais representativas do grupo profissional.

Para fins de apanhado histórico sobre a profissionalização docente vale citar a Lei Geral de 1827 determinaram que os candidatos ao cargo de Professor fossem examinados de diversas formas e o regulamento de 1854 para instrução primária e secundária da corte e reformada os estatutos das faculdades de medicina do RJ dentre outras instituições.

Do exposto, pode-se entender com um pouco mais de clareza o por que a docência traz consigo esta ambiguidade entre o sacerdócio, a burocracia, a militância política e o comércio, fazendo com que os professores – independente de público ou privado – ficassem no meio de disputas políticas locais provocadas pela Igreja, Estado, Sociedade, Pais ou Famílias. Estes, também usaram como vantagem esta aproximação para buscar um lugar de direito junto ao Estado procurando cada vez mais legitimar seu Status perante a sociedade e garantindo seus direitos legais enquanto categoria profissional.

No que tange a educação de mulheres e crianças pode-se destacar que para as meninas das classes menos favorecidas econômica e socialmente, era priorizado, a aprendizagem prática de atividades domésticas, da agricultura e dos ofícios manuais. Pois a educação oitocentista foi marcada pela diferença entre saberes escolares destinados aos meninos e as meninas. Por este motivo, observa-se que do século XIX e algumas décadas do século XX a maioria das escolas brasileiras permaneceu separada gênero Masculino X Feminino.

Durante o período Imperial tinha poucas escolas primárias para as meninas, isto além de não ser ofertado o ensino secundário público para as mulheres. O que sugere um esforço ao pensamento de que às mulheres caberia a responsabilidade pela formação dos homens, exercendo o papel de mãe/educadora da prole. Sintonia com as teorias civilizatórias para afirmar a necessidade de construir uma nação voltada para o progresso.

Realidade esta que só começou a ser modificada com a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879 que regulamentou a instrução primária e

secundária na Capital do Império e o ensino superior em todo o país. Pois, a reforma de caráter liberal e anticlerical trouxe aspectos inovadores como aulas mistas, currículo voltado a ideias de civilização e progresso dentre outros.

Em relação à atuação feminina na profissão docente, a partir do final do século XIX houve um crescimento no magistério público particular e no século XX a sua presença seria majoritária nas escolas primárias e nas instituições de educação infantil. O que se deu devido ao fato da disseminação do discurso e política educacional que legitimavam a formação da mulher para a profissão docente e para suprir a demanda do número de meninas que ingressavam nas escolas primárias.

Este foi o panorama de modo geral, em que o recorte da História do Brasil e dos Brasileiros, neste período chamado Império buscou estabelecer conceitos e relações de temas tão atuais e ainda por se desenvolver e consolidar que foi Educação Brasileira no Período do Império, o poder público, a igreja católica, os modelos de instituição escolar, a profissão de professor e a educação de mulheres e crianças.

Contudo, observa-se que a educação brasileira no período do império é marcada por mudanças e resistências. Contexto este ainda observado e lembrado em nosso caderno de estudo quando evidencia que na história do reforço ou engessamento da desigualdade social, podemos ver como não respeitar e não integrar as diferenças na educação escolar limita ou impede a realização do encontro fecundo entre saberes diferentes e acaba por confirmar e aprofundar a discriminação, as desigualdades existentes e a exclusão social (MEC/SEB, p. 24).

Neste paralelo temporal encontramos pontos de convergência e reafirmação de situações que não se equacionaram com o tempo. Assim como no registro abaixo:

Há, inclusive, preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de classe que criam discriminações, favorecendo alguns e desfavorecendo a muitos. Essa discriminação, por vezes, vai além da distribuição desigual de oportunidades educacionais. Chega a produzir grupos sociais marginalizados, como revela a crescente exclusão social de muitos, na educação e na sociedade brasileiras. Essa separação entre incluídos e excluídos aumenta a divisão social, uma vez que um excluído é posto totalmente à margem; nem explorado, dominado ou oprimido ele é. Tudo isso pode ser a raiz dos altos índices de violência registrados nas sociedades atuais. (MEC/SEB, 2004, p. 24)

Portanto, para que a escola rompa com estas discrepâncias e ofereça sua contribuição é preciso que ela respeite a história de vida dos alunos, seus conhecimentos e seus valores produzidos na convivência cotidiana

na comunidade. Pois o encontro dos saberes ocorre na relação entre o que se ensina na escola e o que o estudante já sabe e traz consigo em sua bagagem de vida. Esse encontro de saberes ocorre no respeito mútuo e no confronto da diversidade. Respeitando os saberes diferentes, construídos nas diversas relações sociais, e confrontando-os e assim os ampliando e tornando-os úteis.

Do exposto, fica o resgate histórico que aponta que no decorrer da educação brasileira no período do império também coexistiu uma série de fatos e ocorrências que desencadearam no desrespeito e na desvalorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade em que se buscou evidenciar de modo mais específico as interfaces envolvendo o poder público, a igreja católica, os modelos de instituição escolar, a profissão de professor e a educação de mulheres e crianças que se desdobram de certa forma até os dias atuais.

3 Considerações Finais

Através da qualificação o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares objetiva à ampliação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares nas escolas públicas e a partir dele propõe uma série de reflexões para além da operacionalização da ação do colegiado na comunidade escolar buscando dar mais efetividade a sua atuação e torná-la representativa de fato e de direito.

Para tanto, aborda em sua Fase I no Curso de Extensão em Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares no Caderno Três o tema conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade assuntos que ampliam o conhecimento técnico sobre os conselhos escolares e dão mais efetividade e discernimento na tomada de decisões e no entendimento de proposições para as questões do cotidiano escolar no intuito de habilitar seu público-alvo, os componentes do colegiado, para serem multiplicadores desses conhecimentos em seus respectivos estados e municípios.

Portanto, para o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, é de fundamental importância que esses Conselhos que atuam nas comunidades escolares conheçam, debatam e aprofundem o tema ora contemplado. Pois se pressupõe que compreendendo os assuntos envolvidos na temática: conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade bem como as iniciativas concretas pela sua viabilidade se entenda que o sucesso do seu trabalho esta atrelado diretamente a interdependência que se segue no percurso da história da educação brasileira que acometeo poder pú-

blico, a igreja católica, os modelos de instituição escolar, a profissão de professor e a educação de mulheres e crianças a situações diversas que afetam a credibilidade do trabalho produzido e sua aceitação e valorização e ou desvalorização social para que a partir daí apoiem as iniciativas de mudança e mobilização social em prol de uma educação genuinamente democrática como também possam entender seu papel e contrapartidas esperadas no bolo social a qual cada um representa no colegiado do conselho escolar.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Elaboração Ignez Pinto Navarro...[et al.]. Brasília: MEC, SEB, 2004. 56 p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 1).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Elaboração Genuíno Bordignon. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselhos escolares como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação. Elaboração Lauro Carlos Wittmann ...[et al.]. 79 p. Brasília: MEC, SEB, 2006. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 6).

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei do Plano Nacional de Educação. PNE nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 10 set. de 2012.

GONDRA. José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

MEC/SEB. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. (Cadernos 1 a 6), 2004.

MEC/SEB. Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação. Em cena, os funcionários de escola. Brasília, 2004.

MEC/SEB. Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação Básica Pública. Brasília, s/d.

Students' Evaluations of Teaching Effectiveness aplicado aos conselhos escolares com o uso de ferramentas estatísticas apoiadas pelo computador

Artur de Oliveira da Rocha Franco
Alberto de Oliveira Jucá
Francisco Herbert Lima Vasconcelos

1 Introdução

Primordialmente os Conselhos Escolares buscam formas concretas de avaliação em prol de uma análise segura. Desta forma, é possível a efetiva melhora da qualidade da escola, decorrente do conhecimento dos envolvidos no processo educacional. A utilização do Students' Evaluations of Teaching Effectiveness (SETE) propicia que tais dados sejam obtidos de forma a possibilitar uma completa análise, decorrente da complexidade atingida pelo processo e pelo emprego de questionários padronizados, com questões de múltiplas escolhas, que abordem as questões mais relevantes definidas pelo Conselho Escolar. Destacando-se aqui a difícil questão de analisar a dos próprios docentes tanto quanto sua real motivação, atual capacidade de ensinar, organização e atuação com os alunos. (FRANCO, SILVA, VASCONCELOS, PAIVA, 2013).

O uso do SETE por parte do Conselho Escolar, se perfaz com a utilização de um questionário em likert-type scale, com uma média de quarenta assertivas a serem respondidas. Os questionamentos englobam questões tais como: as impressões do aluno em relação à capacidade de transmissão de conteúdo, por parte do professor; o correto balanceamento entre o conteúdo das avaliações e o efetivamente ministrado em sala de aula; o nível de relacionamento entre professor e aluno; a disponibilidade do professor para sanar dúvidas em horário extra classe; dentre outras questões pertinentes às relações existentes. Também são abordadas questões que observem as relações entre o aluno e a disciplina, e ao próprio conteúdo apresentado. A metodologia é desenvolvida de tal forma a permitir uma análise, não constrangedora, ao discente e ao docente, em decorrência da aplicação de questões objetivas e simples, e

por serem aplicadas de forma anônima.

Observamos que, mesmo com o grande volume de dados obtidos, o Conselho Escolar não enfrentará dificuldade na aferição e utilização dos mesmos. É importante destacar que os dados obtidos são objetivos. Uma decorrência do processo de avaliação a ser realizada por meio do uso de cinco pontuações como possíveis respostas. Desta forma, há uma facilidade na organização dos dados bem como no uso de métodos de tratamento, e visualização, de forma a propiciar uma correta consolidação dos mesmos. Destacamos que diversos autores procuraram realizar validações e melhorias do método em si. Nesta linha, o SETE oferta um instrumento chamado Students' Evaluation of Education Quality (SEEQ), que permite à obtenção de fatores subjetivos de forma quantitativa, afastando desta forma a utilização exclusiva de fatores qualitativos. Tais fatores são obtidos pelas médias entre questões específicas que apresentam um alto grau de relação entre si, e assim, são comprovadas estatisticamente. (FRANCO, SILVA, VASCONCELOS, PAIVA, 2013).

Sabendo da alta relação dos dados pode-se utilizar uma série de recursos simples para analisar os dados e apresentar nas discussões do Conselho Escolar. Neste trabalho apresentaremos tais recursos em sua simplicidade, mas atentando para aspectos importantes que podem passar despercebidos ou causar erros. A fim de facilitar tal estudo este trabalho apresentará conceitos aplicáveis em análise do histórico escolar ao longo do trabalho e posteriormente sua aplicação ao SETE. Dentre as ferramentas estatísticas a serem descritas destacar-se a matriz de correlação, pois ela permite readaptações e maleabilidade na análise e elaboração de certas etapas da avaliação. Quando se fala em observar ou utilizar uma análise da relação entre duas variáveis é bem possível que esta verificação esteja diretamente ligada à utilização da matriz de correlação. Esta será explicada mais adiante em detalhes, mas deve-se atentar que a priori ela permite observar o grau de influência de uma variável em relação à outra de forma mútua.

2 Estrutura e uso do SETE e SEEQ

O SEEQ é o instrumento a ser utilizado pelo Conselho Escolar, visando à análise dos dados fornecidos quanto à aplicação do SETE. O emprego deste instrumento permite a avaliação de fatores subjetivos, obtidos por meio da aplicação direta da média entre as questões correlacionadas. Destacamos os seguintes fatores subjetivos:

2.1 SEEQ

- Fator 1 (F1): Aprendizado. Entendido como a visão do conteúdo, de sua importância, e o quanto o aluno aprendeu do mesmo.

- Fator 2 (F2): Entusiasmo. Fator que indica o grau de engajamento do professor ao ministrar determinada disciplina. Este fator não é relacionado ao conhecimento acadêmico do professor, mas sim em relação ao seu comportamento e relação com a turma de alunos sendo, portanto significativamente influenciado por seu carisma.

- Fator 3 (F3): Organização. Referente ao planejamento do conteúdo a ser trabalhado, em momento anterior a aula, por parte do professor. Envolvendo o domínio do conteúdo e do material a ser utilizado.

- Fator 4 (F4): Interação com o grupo. Determina o quanto é estimulada a participação dos alunos.

- Fator 5 (F5): Desenvolvimento individual. Difere-se do fator anterior (F5) por abordar a relação individual, o estímulo, e a comunicação fora do ambiente da sala de aula.

- Fator 6 (F6): Abordagem do conteúdo. É uma análise da abrangência da abordagem. Ou seja, uma análise do quanto o conteúdo foi abrangente, o quanto o professor foi capaz de explorar e aprofundar em dado conteúdo. Envolve a utilização de trabalhos e publicações ligadas ao conteúdo abordado.

- Fator 7 (F7): Exames/avaliações. Evidencia a opinião do aluno em relação à competência do professor em avaliar. Englobando também a capacidade do professor de rever sua própria avaliação. Envolvendo possibilidades de reconsiderar questões em decorrência de erros, e as que estariam além das habilidades aprendidas na disciplina.

- Fator 8 (F8): Atividades. Abrangência da utilização de materiais e atividades extraclasse, bem como a adequação dos mesmos em relação ao conteúdo transmitido em sala de aula.

- Fator 9 (F9): Qualidade do Curso. Compara diretamente a opinião do aluno em relação à qualidade do curso/disciplina/matéria, frente a outros que ele já tenha cursado.

- Fator 10 (F10): Propriedade do Instrutor. Compara o professor em relação a sua competência, frente a outros que ele já tenha tido. Em decorrência de ser análogo ao fator anterior (F9), desvincula a avaliação do curso frente à avaliação de um professor específico.

- Fator 11 (F11): Outras características. Engloba as questões que não são consideradas como um fator específico em si, por não estarem correlacionadas. Justifica-se seu emprego na possibilidade do aumento ou diminuição de questões em decorrência de novas correlações entre novas questões propostas.

- Fatores Complementares: Há a possibilidade da criação de fatores extras a serem adotados, bem como a possibilidade de emprego de um número de fatores mais restrito. O emprego destas possibilidades deve ser tomado com cuidado e, preferencialmente após a consulta de um profissional em pedagogia, visando dar um suporte referencial que embasate tais modificações. Assim, fica mantida a garantia e confiabilidade dos resultados da análise, como a matriz de correlação (WEVER et al, 2006).

2.2 SEEQ

A lista dos itens do questionário proposto pelo SETE, apresentada nos trabalhos de Marsh e Bailey (1993) e Franco, Silva, Vasconcelos e Paiva (2013); engloba os fatores a seguir apresentados, sendo o resultado obtido pelas médias das questões elucidadas em cada questionamento proposto.

Aprendizado: 1º questão: "Você achou o curso desafiador e estimulante"; 2º questão: "Você aprendeu algo que você considera pertinente"; 3º questão: "Seu interesse sobre a disciplina cresceu como consequência da disciplina"; 4º questão: "Você aprendeu e compreendeu os conteúdos da disciplina do curso".

Entusiasmo: 5º questão: "O professor mostra entusiasmo ao ministrar a disciplina"; 6º questão: "O professor foi dinâmico e energético na condução da disciplina"; 7º questão: "O professor melhora a apresentação do conteúdo com senso de humor"; 8º questão: "O estilo de apresentação do professor ajuda o interesse durante a aula".

Organização: 9º questão: "A explicação do professor é clara"; 10º questão: "Os materiais da disciplina foram bem preparados e cuidadosamente transmitidos"; 11º questão: "Os objetivos propostos estão de acordo com o que foi ensinado durante a disciplina"; 12º questão: "O professor deu leituras que facilitaram a obtenção de notas de aula".

Interação com o grupo: 13º questão: "Os estudantes são encorajados a participarem das discussões em sala de aula"; 14º questão: "Os estudantes são convidados a compartilhar suas ideias e conhecimento"; 15º questão: "Os estudantes são encorajados a perguntar e dar respostas-chave a questionamentos"; 16º questão: "Os estudantes são encorajados a expor suas próprias ideias/questionamentos ao professor".

Desenvolvimento individual: 17º questão: "O professor foi amigável na relação com cada estudante"; 18º questão: "O professor faz com que o aluno se sinta confortável em procurar sua ajuda extraclasse"; 19º questão: "O professor tem interesse genuíno em relação a cada estudante"; 20º questão: "O professor se mostra disponível no horário da aula e após a aula".

Abordagem do conteúdo: 21º questão: "O professor relaciona as implicações do conteúdo com várias teorias"; 22º questão: "O professor apresenta um background ou ideias/concepções originais desenvolvidas em classe"; 23º questão: "O professor apresenta seu ponto de vista quando julga adequado"; 24º questão: "O professor comenta adequadamente as pesquisas atuais desenvolvidas na área de estudo".

Exames: 25º questão: "Há disponibilidade das correções das avaliações/trabalhos de forma adequada"; 26º questão: "Os métodos de avaliação do estudante são justos e apropriados para a disciplina"; 27º questão: "As avaliações/materiais para os testes são trabalhadas pelo professor".

Atividades: 28º questão: "Requer a leitura de textos que estão disponíveis"; 29º questão: "Leituras, trabalhos de casa, etc, contribuem para a apreciação e compreensão do conteúdo".

Curso no geral: 30º questão: "Comparado com outras disciplinas do curso, esta disciplina é...?"

Instrutor no geral: 31º questão: "Comparado com outros professores do curso, este professor é...?"

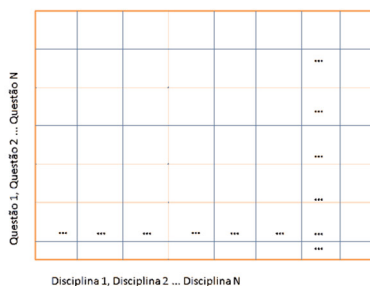
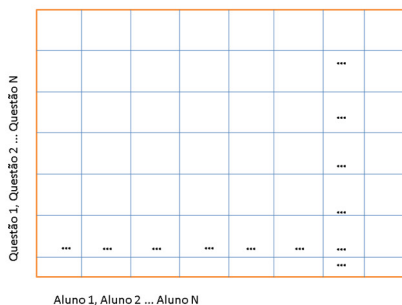
Outras características dos estudantes e dos alunos: 32º questão: "Dificuldade da disciplina, comparada às demais disciplinas, é..."; 33º questão: "Trabalho de casa da disciplina, comparado às outras disciplinas, é..."; 34º questão: "O ritmo da disciplina é..."; 35º questão: "Tempo disponibilizado, por semana, a disciplina extraclasse..."; 36º questão: "Nível de interesse sobre o assunto antes da disciplina..."; 37º questão: "Motivo para fazer a disciplina..."; 38º questão: "Quantidade de tempo na instituição."; 39º questão: "Nota esperada atingida na disciplina.".

3 Fundamentos das técnicas de análise

Importante destacar que os dados obtidos na avaliação são, essencialmente, dados brutos. Estes que possuem inicialmente o potencial para fornecer informações valiosas de acordo com a sua organização e posterior observação. Destacamos duas possíveis conformações:

A primeira, é a formação de uma tabela em que as notas de um dado questionário, podem representar as respostas de um dado aluno, por meio de linha enquanto as colunas serem as respostas de vários alunos. Sempre em relação a uma única disciplina, como na (Figura 1.a). Entretanto, uma análise desta natureza não permitirá comparar uma disciplina com outras, para sanar tal problemática, é fundamental tomar uma matriz composta de questões, por disciplinas, como segue na (Figura 1.b).

Ainda assim, o emprego dessas estruturas não permite claramente visualizar a relação entre disciplinas, e os diversos alunos, de forma direta. Por conseguinte é necessário o uso de uma abordagem que permita entrelaçar essas duas informações. O emprego de processos estatísticos torna a análise desejada simples, clara e objetiva. Para tanto, importante rever ferramentas estatísticas simples, desde as medidas de localização, passando por médias e medianas, até a matriz de correlação. Não nos deteremos em provar tais estruturas, mas forneceremos as explicações básicas para que, qualquer membro do Conselho Escolar, possa fazer uso de seu emprego no momento de análise dos dados obtidos. Assim, por meio do auxílio de um computador, será possível obter as representações dos dados por meio captados.



nos, para uma única disciplina qualquer. (b) Representação da matriz formada de questões por disciplinas, para um único docente qualquer.

3.1 Frequência, histogramas e gráficos de barras

A frequência é a representação de quantas vezes um dado valor, ou intervalo, aparece em um conjunto. A frequência pode ser absoluta, o valor em si que aparece, ou pode ser relativa, que é o valor da frequência absoluta em relação a todas as demais frequências absolutas (incluindo a si própria), fornecendo um percentual de um determinado dado.

Histogramas são representações gráficas das frequências de uma dada variável. Cada valor é encontrado em um conjunto que pode ser representado por uma barra, esta será maior o quanto maior for o número de vezes que este valor aparece. O gráfico de barras tem a funcionalidade semelhante ao histograma, mas ele serve apenas para definir valores de conjuntos bem definidos com números discretos. Note a diferença dos gráficos na figura 2, que é um gráfico de barras, enquanto na figura 6 é

apresentado um gráfico conjunto de histogramas, no qual o primeiro possui os mesmos dados apresentado na figura 2. (DEVORE, 2006).

3.2 Medidas de posição

Média aritmética: é a medida mais trivial, tratando-se da representação de um número que é resultado da soma das outras variáveis, e dividido pelo número de variáveis usadas na soma. Com esta medida pode se apresentar como uma solução razoável para analisar as figuras, pois ao se ter dados organizados como na (Figura 1.a), a média de todas as disciplinas, e no caso da (Figura 1.b) obtém-se a mesma estrutura com a média dos alunos.

Mediana e quartis: ao se organizar os dados em uma ordem do menor para o maior, pode-se obter o valor que fica espacialmente no meio dos mesmos, e adotá-lo como uma representação do conjunto de forma similar à média. Entretanto, a mediana é mais próxima do valor com maior frequência do conjunto, que da média seria em distribuições normais. Seja qual for a técnica, a mediana permite dividir e seccionar um conjunto de dados mais de uma vez. Pois a parte ordenada acima da mediana possui uma mediana, chamada quartis superior e a parte ordenada de valores inferiores a mediana possuem uma mediana própria também chamada de quartis inferior.

Tanto a média quanto a mediana (e os quartis) podem ser de conhecimento comum, mas é interessante destacar que ambos possuem diferenças práticas na avaliação de resultados. A média se encaixa em vários métodos de análise estatísticos e acabam sendo resultado de todos os valores dos dados. Sendo ela afetada por outliers, são poucos os valores que se destacam por estarem afastado do resto do conjunto. Enquanto a mediana não é afetada por outliers, mas em compensação não contém diretamente uma forte influência de todos os dados (DEVORE, 2006).

Um exemplo simples e direto está na avaliação de notas dos alunos. Apresentamos a seguir dois exemplos:

Uma turma de história, com 30 alunos, realiza uma prova. Na sequência, são apresentadas as seguintes notas, ordenadas da maior para a menor:

Notas da turma de história
= {7, 7, 5, 7, 4, 7, 4, 5, 4, 4, 8, 7, 5, 8, 4, 6, 5, 9, 7, 7, 4, 6, 6, 7, 7, 7, 9, 10, 10, 9}

Organizadas elas ficarão:

Notas da turma de história ordenada

= {4, 4, 4, 4, 4, 4, 5, 5, 5, 5, 6, 6, 6, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 8, 8, 9, 9, 9, 10, 10}

A média do conjunto é igual a 6.5, portanto se a nota para passar em história for 7 poderíamos inferir que o resultado da turma ficou abaixo do aceitável. Pois, diríamos que a maioria não obteve a nota referencial mínima, ficando na condição de não aprovado. Quando na realidade dos 30 alunos, 17 estão acima da média satisfatória para conseguir a condição de aprovação. A mediana do conjunto = 7, o que corrobora de forma mais adequada a representação da situação da turma. Note na (Figura 2) a representação desta turma:

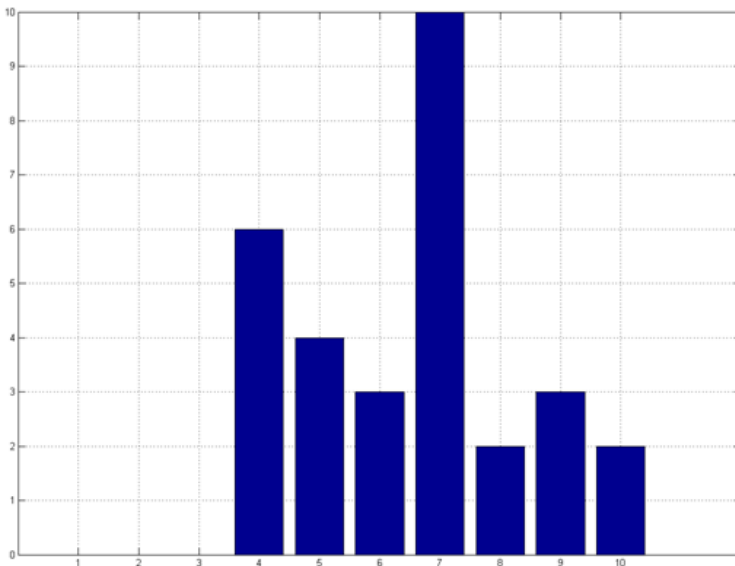


Figura 2. Frequência de cada nota da turma de história

Note que média e a mediana apesar de diferentes, forneceram valores que representam de forma mais ou menos concisa o conjunto. Contudo, a média poderia ter fornecido valores mais errôneos caso as notas dos alunos assim estivesse:

Notas da turma de história ordenada e alterada =

{1, 2, 0, 2, 2, 4, 5, 5, 5, 5, 2, 6, 6, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 7, 8, 8, 9, 9, 9, 10, 10}

Note que foram alterados os valores sublinhados, que eram de cinco alunos que obtiveram notas quatro, e um que obteve seis foi reduzido

para dois. Ou seja, já estavam reprovados. Algo que não muda o cenário dos alunos aprovados no seu total. Contudo, a média passou a ser quase seis, o que não representa o fato que mais da metade da turma foi aprovada. Isso se deve a característica da média ser afetada por outliers (ou valores discrepantes em relação ao seu conjunto). Essa característica fica bem visível na (Figura 3).

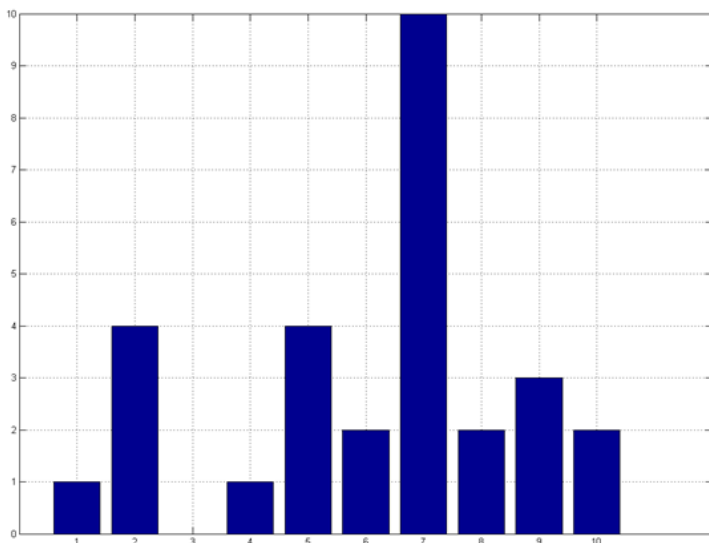


Figura 3. Frequência de cada nota da turma de história alterada

Destacamos que, com o domínio dos conceitos estatísticos básicos expostos, qualquer membro do Conselho Escolar é capaz de extrair os dados obtidos. Contudo, é recomendado que a análise destes dados fosse realizada por um especialista, preferencialmente com formação em matemática ou estatística, pois o mesmo é o mais indicado para averiguar se as observações obtidas da análise são verdadeiras ou adequadas ao contexto. Por exemplo, o caso da turma de história apresentado, foi dito que mais da metade da turma foi aprovada no exame, mas isso pode estar longe do ideal; que em verdade era esperado que a grande maioria fosse aprovada. Logo, hipoteticamente considerando, o especialista poderia dizer que o mínimo de alunos aprovados deve ser de 90% da turma, e não, os aproximadamente 56,7%. Outro possível fator a ser explorado, é que esperava-se que esta turma obtivesse nota dentro do intervalo de 9 até 10. Algo que a média e a mediana refutariam, pois o conjunto de notas da turma possui média igual a 6,5 e a mediana igual 7.

No caso do SETE, as médias são usualmente exploradas para obtenção de valores que representem os fatores utilizados no instrumento SEEQ. Logo os valores que antes eram discretos, já que somente era possível a obtenção de valores inteiros como: um, dois, três, quatro ou cinco; agora passam a considerar que existem “números quebrados ou contínuos”. Já o uso de histogramas pode ser visto, no SETE, com uma aplicação direta do conjunto de todas as questões obtidas como no exemplo da (Figura 4) onde um conjunto de 140 alunos avaliou o curso de Educação Ambiental. Note que a grande maioria das respostas foi positiva em relação a este curso.

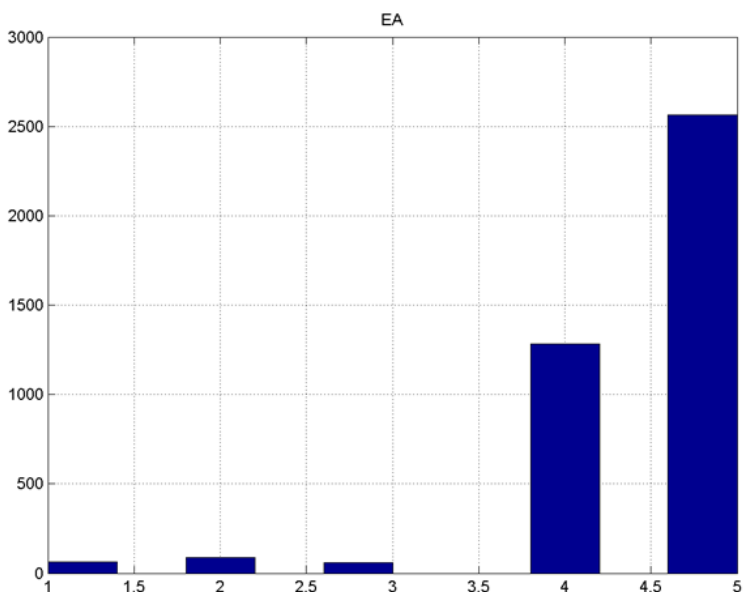


Figura 4. Histograma dos dados de uma turma de 140 alunos que responderam o SETE em um curso de Educação Ambiental

3.3 Medidas de dispersão

As medidas de posição costumam dar uma ideia de “centro”. Contudo, não refletem de todo a situação da turma. Por isso a importância da variância e do desvio padrão, que são medidas que fornecem uma noção da dispersão dos dados. A seguir um exemplo com uma turma de 30 alunos na turma de matemática:

Notas da turma de matemática =

{4 4 4 4 4 5 5 5 5 6 6 6 5 5 6 6 6 6 6 6 8 9 10 10 10 10 10 10 10}

Note que usando as medidas de posição já citadas teríamos: média = 6.5, mediana = 6. A mediana nos indica que há algo fora do padrão esperado, contudo a média expressou a mesa da turma de história, contudo a turma de história teve 17 alunos que foram aprovados por média, enquanto que a de matemática apenas 9. A mediana dá uma ideia deste valor, mas poderia ser diretamente observada. Este valor pode ser questionado pelo desvio padrão, que neste conjunto é 2.26, maior do que o desvio de 1.83 da turma de história sem alterações.

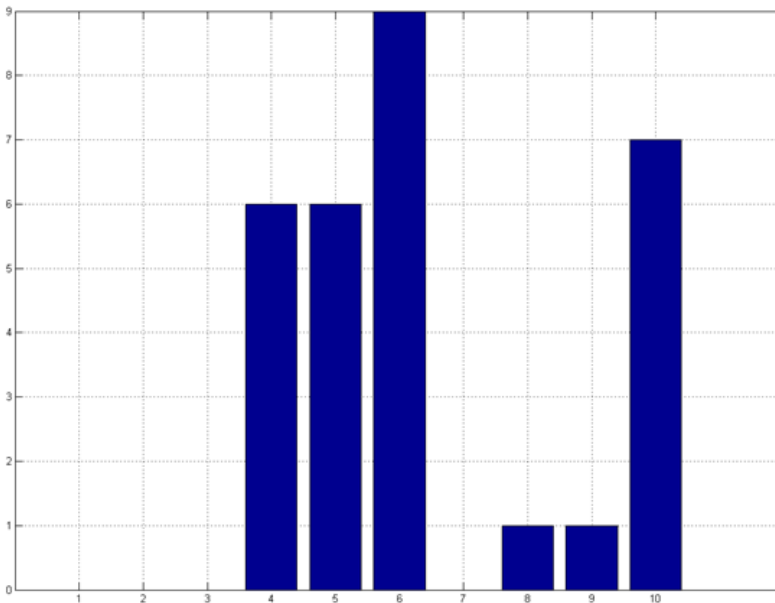


Figura 5. Frequência de cada nota da turma de matemática

Observe que o gráfico das distribuições da frequência da turma de matemática (Figura 5) está com uma alta concentração dos alunos com notas que vão de 4 até 6. Contudo, a média foi afetada pelo alto número de alunos que tiraram obtiveram nota 10.

3.4 Boxplot

O uso do histograma é especialmente indicado para analisar a distribuição de uma turma. Também é útil para comparação de um número limitado de conjuntos. Contudo, em algumas aplicações em que o pro-

fessor/pedagogo queira comparar vários alunos, em diversos aspectos, o uso de histogramas se torna por demasiadamente dispendioso.

Por exemplo, o professor de história do ensino médio pode querer comparar o resultado de quatro turmas frente à média de quatro avaliações por ano, e considerando a frequência de notas da turma. Logo, para apenas um ano, será necessário que analise dezesseis gráficos. Caso o professor queira comparar cada aluno individualmente, e verificar seus resultados ao longo das quatro avaliações, então haveria um número de gráficos equivalente ao número de aluno, multiplicado pelo número de turmas e de avaliações. Logo se as turmas tivessem trinta alunos, haveria quatrocentos e oitenta gráficos.

Uma alternativa viável é comparar os dados usando a representação gráfica boxplot. Este recurso permite verificar informações do centro de uma variável, de dispersão da mesma, bem como outliers. Sendo também o boxplot muito mais compacto que o histograma, permitindo uma análise com vários dados, chamada de boxplot comparativo. (DEVORE, 2006).

Estrutura do boxplot:

Mediana: O fundamento do boxplot vem da definição de mediana, determinada em uma reta como uma linha perpendicular a mesma.

Quartis: Depois disso determinam-se as extremidades da caixa, definidas pelos quartis superiores e inferiores.

Whisker ou fio de bigodes: extensão dos menores valores fora dos outliers, o método mais comum de se calcular o whisker é:

A extensão superior do bigode é limitada por $= q_3 + w(q_3 - q_1)$

A extensão inferior do bigode é limitada por $= q_1 - w(q_3 - q_1)$,

Sendo:

q_1 = quartil inferior

q_3 = quartil superior

w = coeficiente que normalmente é igual a 1.5.

A seguir um exemplo das notas de quatro disciplinas com trinta alunos cada.

Avaliação 1 = {7.0, 7.0, 5.0, 7.0, 4.0, 7.0, 4.0, 5.0, 4.0, 4.0, 8.0, 7.0, 5.0, 8.0, 4.0, 6.0, 5.0, 9.0, 7.0, 7.0, 4.0, 6.0, 6.0, 7.0, 7.0, 7.0, 9.0, 10.0, 10.0, 9.0}

Avaliação 2 = {7.8, 7.9, 6.7, 7.1, 5.8, 8.0, 6.1, 6.4, 6.1, 5.7, 8.8, 7.9, 7.2, 8.4, 5.5, 6.4, 6.6, 9.3, 8.0, 7.0, 5.6, 7.5, 7.8, 7.8, 7.3, 7.7, 9.7, 10.0, 10.0, 9.5}

Avaliação 3 = {6.0, 6.7, 4.9, 6.8, 3.5, 6.7, 4.6, 4.3, 3.5, 2.8, 7.5, 6.9, 6.7, 7.7, 3.0, 5.6, 4.2, 8.8, 6.1, 6.7, 5.0, 6.7, 6.0, 6.5, 6.6, 6.2, 8.4, 9.5, 9.1, 8.7}

Avaliação 4 = {6.8, 7.4, 6.1, 7.3, 3.8, 6.8, 6.2, 6.7, 6.3, 3.2, 8.0, 7.3, 6.8, 8.1, 3.5, 8.0, 5.1, 9.3, 6.2, 7.3, 5.8, 8.7, 8.0, 7.3, 7.1, 6.3, 8.6, 10.4, 9.2, 9.5}

As notas estão organizadas por alunos. A título de ilustração, a terceira nota de cada avaliação é referente à nota do mesmo aluno ao longo destas avaliações. Como estes dados são apenas didáticos, eles foram feitos tentando recriar um padrão. O padrão ideal é que os alunos tendem a melhorar sua pontuação na segunda e na última avaliação. Contudo, na terceira avaliação, existe uma queda na nota. Observe que esta distribuição é mais fácil de ser observada usando apenas um gráfico de boxplot comparativo, da (Figura 7), que comparando vários gráficos de histograma na (Figura 6). Nota-se que boxplot é de uma inferência mais rápida quando se trata de uma visão mais geral sobre o conjunto de dados.

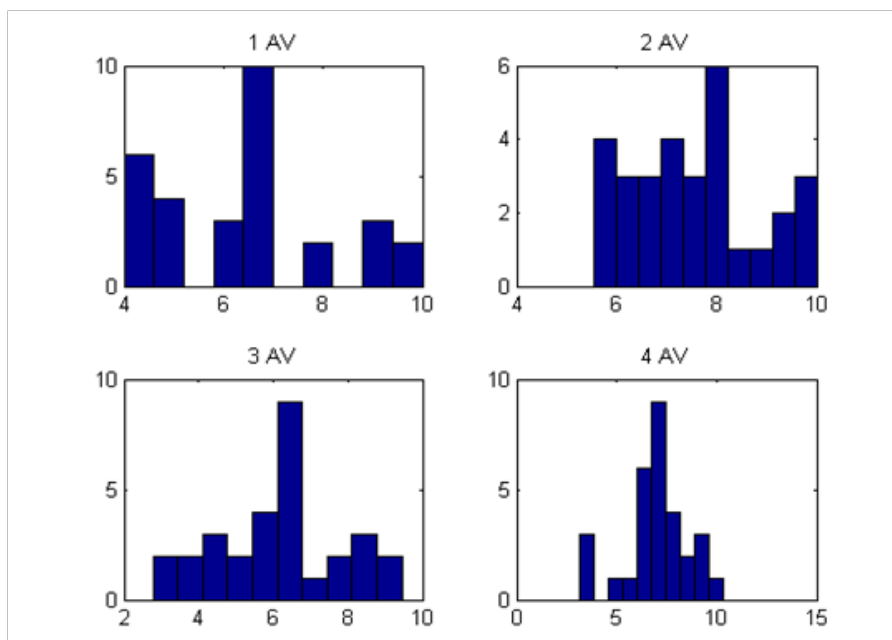


Figura 6. Distribuição das notas de avaliações durante cinco provas de história

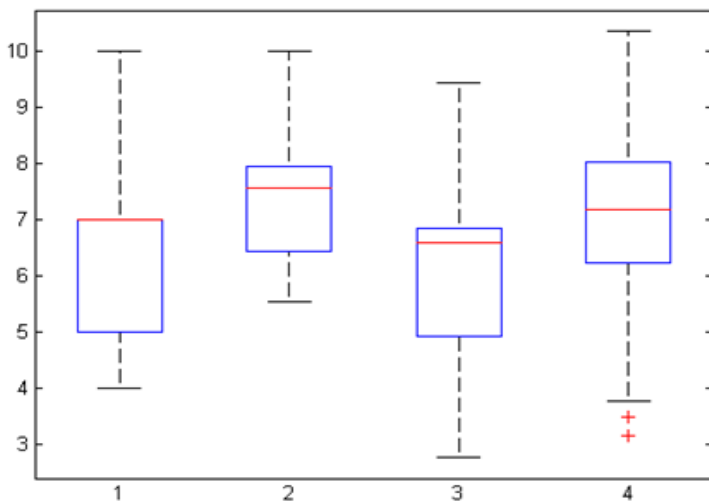


Figura 7. Boxplot comparativo entre cada avaliação da mesma turma

O boxplot é especialmente útil para o caso da análise dos fatores obtidos do SEEQ, uma vez que se pode verificar a distribuição de vários atributos de uma disciplina, ou de várias disciplinas. Observa-se na (Figura 8) a distribuição dos fatores do SEEQ obtidos pelo questionário do SETE, aplicados ao curso de Educação Ambiental. Neste caso é notável a distribuição elevada durante a avaliação com uma maior ênfase nos fatores F2 e F8, fatores de Entusiasmo e de Atividades de grau respectivamente.

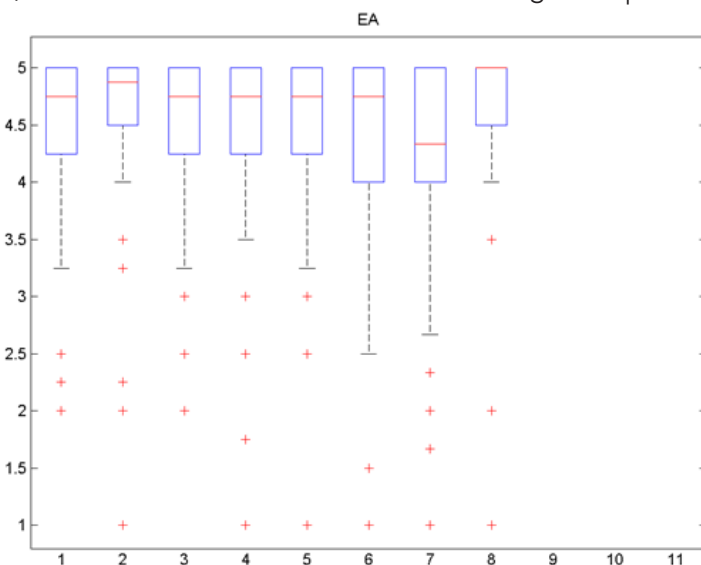


Figura 8. Boxplot com os dados do SEEQ aplicados ao curso de Educação Ambiental

3.5 Matriz de Correlação

Este método é utilizado para verificar o grau de relação entre um conjunto de variáveis de uma mesma dimensão. Portanto, o método fornece um grau que permite averiguar, por exemplo, se no histórico escolar alunos que tiram notas satisfatórias tendem a serem alunos com alta frequência? Ou ainda, cruzar os dados do SETE com o histórico escolar dos alunos participantes, podendo-se obter a seguinte inferência: alunos que tiveram boas notas costumam ter um bom relacionamento com o professor?

O grau citado é chamado de coeficiente de Pearson. Este coeficiente é dado aplicando-se um conjunto de dados ordenados (um vetor) com outro conjunto de dados referentes à outra variável. No caso da matriz de correlação trata-se de uma matriz quadrada, ou seja, uma matriz cujo número de colunas e de linhas seja igual. Onde cada coluna e cada linha, representam uma variável e o valor entre elas, o seu coeficiente de Pearson. Como segue o exemplo da tabela 1.

O coeficiente de Pearson varia de -1 até 1. Onde quanto mais próximo do valor 1, maior será sua correlação, ou seja, quanto maior for o valor de uma variável maior será o valor de outra altamente correlacionada. Quanto mais próximo de -1 maior será a sua correlação de forma negativa, ou seja, quando uma variável tende a ser muito alta menor tenderá a ser o resultado no da outra variável. Quanto mais próxima for a variável de zero menor a dependência entre elas, pode-se dizer em realidade que não há dependência. (LATTIN, CARROLI, GREEN, 2011).

Observem, na tabela 1, que foram misturados valores obtidos pelo instrumento SEEQ e escolhido três fatores. Foram postos juntamente com dados do histórico escolar de alunos no caso a nota e sua frequência.

	Nota	Frequência	SEEQ: Aprendizagem	SEEQ: Exames	SEEQ: Abordagem do conteúdo
Nota	1	0.9	0.5	0.8	0.9
Frequência	0.9	1	0.7	0.5	0.8
SEEQ: Aprendizagem	0.5	0.7	1	0.8	0.8
SEEQ: Exames	0.8	0.5	0.8	1	0.2
SEEQ: Abordagem do conteúdo	0.9	0.8	0.8	0.2	1

Tabela 1. Matriz de correlação de exemplo, misturando alguns exemplos do histórico escolar com variáveis do SEEQ

Atente que podemos interpretar, no caso da (Tabela1), que a frequência e a nota são altamente correlacionadas, decorrência do coeficiente de Pearson ser igual a 0.9. Portanto, os alunos que perdem as aulas são os mais prejudicados em relação às avaliações. Em relação ao SEEQ e ao histórico, nota-se que a frequência tem pouca relação direta com os exames do professor, uma vez que a opinião do aluno em relação à qualidade dos exames do professor pouco interfere na frequência, sendo o coeficiente de Pearson igual 0.5. Em compensação, o fator abordagem do conteúdo pelo professor apresenta uma influência positiva, corroborando com esta afirmação houve o caso da obtenção do valor 0.8, visto na correlação destas duas variáveis.

A seguir apresentamos como podem ser obtidos os valores dos coeficientes e da matriz de correlação via recursos computacionais.

4 Ferramentas computacionais

4.1 Programas de tratamento de planilhas de dados

Há uma grande gama de programas computacionais que abrange, de forma simples, o trabalho de dados em planilhas. É, embora ainda se possa considerar alguma resistência ao seu emprego. São ferramentas como, por exemplo, o Microsoft Excel e o Libre Office Calc.

Estas ferramentas permitem a visualização e o armazenamento dos dados, bem como seu processamento de forma bem rápida, facilitando o trabalho de tabulação e análise frente a se fazer todo o processo manualmente, utilizando apenas papel. Bem como, fornecem os recursos para geração de gráficos de análise de dados. Os códigos para acelerar tal processo podem ser feitos usando sintaxe tal como:

- Média digite na célula que você quer obter o resultado:

=MEDIA(início: fim)

Onde início representa a célula que começa a contagem do calcula e deve se estender até a célula de fim, seja ela uma coluna ou uma linha.

- Frequência digite na célula que você quer obter o resultado:

=FREQUENCIA(início1 : fim1 ; início2 : fim2)

Onde "início1" até o "fim1" são os dados que devem ser utilizados no cálculo da frequência, quando o "início2" até "fim2" contém os números que devem ser contados na frequência.

- Coeficiente de Pearson que é retornado pela matriz de correlação entre duas variáveis

=PEARSON(início1 : fim1 ; início2 : fim2)

Onde "início1" até o fim "fim1" representa o conjunto valores de

uma variável e o "inicio2" até o "fim2" representa outro conjunto de variáveis, logo ele irá retornar um valor que poderia ser equivalente a um valor da matriz de correlação.

Note que apesar de evitar uma série de cálculos ainda assim não automatiza o processo de todo. Caso o número de alunos ou de variáveis aumente então os comandos devem ser corrigidos e refeitos.

4.2 Matlab, Scilab e Octave

A programação de computadores foi no passado uma atividade muito dispendiosa. Entretanto, graças aos avanços da computação e dos softwares, tem surgido linguagens e tecnologias que se tornaram bem populares o tratamento e manipulação de dados com o uso de linguagens de programação. Dentre eles temos o Matlab, Scilab e Octave todos os três apresentam linguagens interpretadas e com uma série de bibliotecas com implementações de funções e operações matriciais. O Matlab, dentre essas ferramentas, é a única paga, mas é a que de longe oferece maior quantidade de recursos e pelo fato de sua linguagem ser muito parecida com a do Octave usaremos uma sintaxe de exemplo para especificar os exemplos.

Normalmente o conjunto da variável especificada é chamado de vetor e pode ser criada colocando os valores entre colchetes e atribuindo valores a uma variável. (ATTAY, 2009). Após isso se pode ler ou enviar tais dados para diversas funções. A seguir um exemplo de código, na figura 7.

```
1 th_ansort = [7, 7, 5, 7, 4, 7, 4, 5, 4, 4, 8, 7, 5, 8,  
2 4, 6, 5,9, 7, 7, 4, 6, 6, 7, 7, 9, 10, 10, 9 ]; % notas da turma de historia  
3 th_ano_ansort = th_ansort;  
4 for i = 1:30  
5     if(th_ano_ansort(1,i)<7) % se for abaixo  
6         th_ano_ansort(2,i) = th_ano_ansort(1,i)+rand()+rand()+rand();  
7     else  
8         th_ano_ansort(2,i) = th_ano_ansort(1,i)+rand();  
9         if(th_ano_ansort(2,i)>10)  
10            th_ano_ansort(2,i)=10;  
11        end  
12    end  
13 end  
14 for i = 1:30  
15     if(th_ano_ansort(1,i)<7) % se for abaixo  
16         th_ano_ansort(3,i) = th_ano_ansort(2,i)-(rand()*3);  
17     else  
18         th_ano_ansort(3,i) = th_ano_ansort(1,i)-rand();  
19     end  
20 end  
21 for i = 1:30  
22     if(th_ano_ansort(1,i)<7) % se for abaixo  
23         th_ano_ansort(4,i) = th_ano_ansort(3,i)+(rand()*3);  
24     else  
25         th_ano_ansort(4,i) = th_ano_ansort(3,i)+rand();  
26     end  
27 end  
28 figure('Name','Histogramas notas da turma de história') %% Graficos  
29 for i = 1:4  
30     subplot(2,2,i)  
31     hist(th_ano_ansort(i,:))  
32     title([num2str(i) ' AV']);  
33 end  
34 figure('Name','Boxplots notas da turma de história')  
35 boxplot(th_ano_ansort)
```

Figura 9. Imagem de código de exemplo

No código apresentado na (figura 9), temos um exemplo de código funcional em Matlab. Ele cria o conjunto de dados do primeiro semestre da avaliação de história apresentados neste trabalho, linhas 1-2. Depois os trata para gerar seguindo uma lógica os outros 3 semestres hipotéticos, linhas 3-26, e finalmente gera os gráficos de histograma e boxplot, respectivamente nas linhas 28-33 e 34-35. Caso fosse aplicada a matriz de correlação nos dados do semestre dos alunos bastaria digitar uma linha:

```
>>corrcoef(th_ano_unsort )
```

- Note que, `th_ano_unsort` é a variável responsável pelos dados no semestre.

A função retornaria rapidamente a matriz de correlação. Para carregar dados de planilhas digitais bastaria usar o comando:

```
>>variavel_que_armazena_dados = xlsread('nome_da_planilha.xls')
```

Essas e outras operações podem ser consultadas na ajuda do Matlab. Mas, pode-se praticar e aprender de forma guiada pelo livro do ATTAY (2009).

Além da facilidade da programação e manipulação dos dados é possível a criação de componentes gráficos para criação de programas personalizados. Tais programas tendem a ser mais específicos para o uso de certas manipulações, mas graças a elas tornam o seu uso ainda mais abrangente. (FRANCO, SOUZA, SILVA, VASCONCELOS, 2013).

5 Conclusão

Os Conselhos Escolares nem sempre possuem uma satisfatória estrutura que possibilite a elaboração de amplas avaliações, e decorrentes análises, do rendimento do ensino. Não por serem custosos os meios e mecanismos necessários para tal finalidade, mas sim por desconhecem formas de como elaborar, e proceder, tais análises. Visando solucionar tal problema, este trabalho disponibilizou técnicas e métodos estatísticos simples de análise, e de visualização dos dados, direcionando o foco da análise ao emprego do SETE. Este, juntamente com o instrumento SEEQ, possui uma forma clara de levantamento de dados envolvendo fatores subjetivos. Desta forma, o Conselho Escolar pode identificar uma particular deficiência, em determinado curso, e desta forma procurar construir uma solução, com a participação de todo o corpo de conselheiros, de forma mais direta e concreta. Importante destacar que tais análises mostraram-se viáveis, por meio do uso de ferramentas computacionais, e disponíveis a diversos tipos de computadores.

Ainda ocorre a necessidade de estudos envolvendo as aplicações

destas técnicas em relação aos Conselheiros Escolares. Como trabalho futuro, propõe-se a análise da adequação de uso destas ferramentas pelos membros do conselho, e verificação de quais melhorias e falhas são apontadas.

Referências Bibliográficas

- ATTAY, S. MATLAB: A Pratical Introduction to Programming and Problem Solving. Elsevier, 2009.ISBN: 978-0-75-068762-1.
- DEVORE, J. L. Probabilidade e Estatística para Engenharia e a Ciências.Editora Thomson, 2006. ISBN 852210459X.
- FRANCO, A. O. R.; SILVA,T. E. V.; VASCONCELOS,H. L. V.; PAIVA, I. R. Evaluating the Students' Perception of the Teaching Effectiveness in a Teleinformatics Engineering.Berlin. Anais: IEEE Educon, 2013.
- FRANCO, A. O. R.; SOUZA, T. I. A.; SILVA, T. E. V.; VASCONCELOS. H. L. V.Uma ferramenta de análise e processamento de dados relacionados à avaliação da qualidade do ensino em AVE's.Anais SBIE – WAvalia, 2013.
- LATTIN, J.; CARROLI, J. D.; GREEN, P. E. Análise de Dados Multivariados.2011, CENGAGE Learning.
- MARSH, H. W.; BAILEY, M.Multidimensional Students' Evaluations of Teaching Effectiveness: A Profile Analysis.The Journal of Higher Education, Vol. 64, No. 1. 1993, p. 1-18.
- MARSH, H. W.; ROCHE, L. A.; Making Students' Evaluations of Teaching Effectiveness Effective: The Critical Issues of Validity, Bias, and Utility. American Psychologist, 1997.
- TRIOLA, M. F. Estadística. Tradução M. Letícia Esther Pineda Ayala. 9º ed. Pearson Education de México, Atlacomulco, 2004.
- WEVER, B. D.; SCHELLENS, T.; VALCKE, M.; KEER, H. V. Content analysis schemes to analyze transcripts of online asynchronous discussion groups: A review. Computers & Education, 2006.

E-coe: um espaço para o fortalecimento de práticas participativas

Cibelle Amorim Martins
José Rogério Santana

1 Introdução

Em meio aos programas e projetos governamentais que visam a formação de profissionais da educação atrelados ao princípio da gestão democrática da escola pública brasileira, emergem questões sobre a eficiência no resultado dessas formações, sobretudo, quando se trata do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação comumente utilizadas na modalidade de ensino a distância. Nos últimos tempos observamos uma ampliação significativa de eventos sociais relacionados à cultura digital e seus aparatos tecnológicos. A Internet e, particularmente, as redes sociais digitais vem fazendo parte do cotidiano das pessoas dos seus afazeres mais simples, como experiências de lazer, até práticas mais articuladas, como movimentos sociais organizados. Esses ambientes virtuais além de conferir uma maior rapidez e eficiência na condução da informação, também se caracterizam por seu alcance em proporções globais.

Este artigo trata do fortalecimento de práticas participativas de conselheiros escolares através de um espaço virtual na Internet denominado "Comunidade Virtual do Conselheiro Escolar (e-COE)". A criação desse ambiente faz parte de um conjunto de ações do projeto intitulado "Elaboração de Recursos, Atividades Interativas e Materiais Didáticos Educacionais Digitais para o Curso de Formação em Conselheiros Escolares", executado pelo Instituto UFC Virtual, da Universidade Federal do Ceará. Para a realização deste curso também foi criado um Ambiente Virtual de Aprendizagem para Conselheiros Escolares (AVANCE), pensado exclusivamente para atender à formação dos conselheiros.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado da escola composto por segmentos representativos de professores, estudantes, pais ou responsáveis, funcionários (não-docentes), diretor (membro nato) e comunidade local. O público alvo diversificado foi o que justificou a criação do AVANCE. Entretanto, julgamos necessário oferecer outro espaço com viés mais informal, para compartilhamento de experiências entre conse-

lheiros escolares de todo o Brasil. Ano passado, todos os conselheiros que fizeram o curso no AVANCE foram incluídos na comunidade. Neste ano, cerca de 40 mil conselheiros serão cadastrados no e-COE. Ainda há pouca participação, mas o objetivo é que o espaço se torne um grande aliado do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE). Aproximadamente 500 conselheiros tiveram acesso aos recursos e ferramentas da rede social que tem ganhado visibilidade, mesmo que lentamente. A promoção deste espaço se dará, sistematicamente, com a adequação do mesmo às necessidades dos usuários. O estudo dessas necessidades está sendo feito por meio de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento. Os resultados parciais nos conduz à compreensão de que um espaço que fortaleça as práticas participativas, precisa ser desenvolvido de igual modo, de forma participativa.

2 Design Thinking: um método para abordagem de problemas

A criação de comunidades virtuais é cada vez mais comum na atualidade, pois facilita amplamente a interação entre sujeitos que interagem pela convergência de interesses semelhantes. Nas últimas décadas vários ambientes virtuais, ferramentas de interação, aplicativos, redes sociais, dentre outros, surgem prontos para serem utilizados. Muitos viram sensação no mercado e as pessoas passam a integrá-los em suas atividades cotidianas. É comum nos sentirmos praticamente obrigados a incluir alguns destes recursos tecnológicos na nossa vida. Pensando de maneira específica nas redes sociais, ter um perfil no Facebook, por exemplo, é quase uma obrigação. Evidentemente, todas essas inovações trazem vantagens e desvantagens, mas isso depende muito do modo como são utilizadas e, especialmente, da forma como são desenvolvidas. Nesse sentido, propomos discutir no presente artigo o conceito de Design Thinking, relacionando-o com o desenvolvimento do e-COE.

Traduzindo para o inglês, a expressão significa “Projetar pensando”. Essa abordagem, mais comum na área da engenharia, administração, arquitetura, publicidade e desenvolvimento web, passou a ser utilizada em outros contextos, como é caso da educação. Design thinking é um método de pensar um projeto considerando alguns procedimentos: imersão, análise e síntese, ideação e prototipação (ADLER et al, 2011). Não são necessariamente etapas sequenciais, mas é importante que todas elas façam parte do desenvolvimento do projeto. O e-COE foi desenvolvido com base nessa abordagem.

Primeiramente, considerou-se a diversidade do público alvo, suas

possíveis dificuldades de acesso à comunidade e os caminhos para facilitar o uso dos recursos e ferramentas. Os membros do e-COE são compostos tanto por “nativos digitais”, como por “imigrantes digitais”. Estes termos foram criados por Presnky (2001) para designar aqueles que já nascem no contexto da tecnologia digital e, portanto, já se apropriam com mais facilidade dos mecanismos de uso desses equipamentos; e as gerações anteriores, que vivenciaram a rápida mudança nos processos tecnológicos nas últimas duas décadas e tiveram que se adaptar às novas formas de lidar com as novas relações sociais, econômicas e culturais. Essa é a fase de aproximação do problema, denominada “imersão” através da qual diferentes perspectivas dos mais diversos atores. Após a coleta dos requisitos iniciais do projeto, acontece uma imersão mais aprofundada, através da qual algumas técnicas da antropologia são utilizadas como estudo de campo, entrevistas, etc. Para contemplar esta fase de levantamento de requisitos mais detalhados, está sendo desenvolvida uma pesquisa de doutorado, a qual coletou informações através de questionários online aplicados à conselheiros escolares do estado do Ceará. Cada segmento respondeu a um questionário diferente, que abordava questões sobre “Cultura Participativa”, “Tecnologias Digitais” e “Redes Sociais”. Os resultados serão analisados e, em seguida, sintetizados.

Neste momento temos um conjunto de dados e informações que foram levantados e que serão submetidos a uma triagem. É a fase de análise e síntese, por meio da qual se pretende identificar padrões nas respostas fornecidas pelos sujeitos participantes da pesquisa. É feito um mapeamento conceitual com base nas categorias de análise definidas na investigação. Através desse mapeamento, procura-se perceber as relações que se estabelecem entre as categorias, criando pontes ou links entre os usuários, o desenvolvimento do projeto e o produto final. Por se tratar de um projeto atrelado a uma política pública do Governo Federal, já havíamos produzido um protótipo da comunidade, mas nos baseamos nas experiências já consolidadas em redes sociais mais populares. Ainda sim o e-COE continua aberto para ajustes (alterações, acréscimos, melhorias) conforme a demanda.

Uma vez realizadas todas as etapas anteriores, considerando que possa vir a ser necessário repeti-las, passamos para a ideação, o perfil traçado do público alvo. Mesmo detendo, previamente, algumas características, precisávamos ainda dar conta das lacunas que uma visão superficial apresenta. Nesse sentido, integramos aspectos que facilmente passam despercebidos pela equipe multidisciplinar responsável pelo desenvolvimento do projeto. Por mais atentos aos detalhes, a posição do usuário é privilegiada em termos de caracterização de demanda, conferindo-nos

maior coerência e consistência na implementação do sistema que irá servi-los. Em virtude dos elementos norteadores do espaço em questão como cultura participativa, gestão democrática, co-responsabilidade, espaço de participação, redes sociais democráticas, foi preciso definir um conjunto de requisitos fundamentais a serem aplicados na comunidade. Assim como nas outras etapas, nesta também os usuários são consultados, pois é possível que tenham havido interpretações equivocadas de suas necessidades e percepções. Não é abordagem fácil, porque muitas vezes o próprio usuário não sabe dizer claramente o que quer. Os próprios procedimentos metodológicos precisam ser executados com muito diálogo e participação de todos.

Frente aos desafios que se colocam nessa abordagem metodológica, todo o trabalho se reflete no produto, na comunidade. É o momento da prototipação. O projeto preserva o caráter de protótipo, simplesmente porque jamais estará acabado, devendo passar por uma constante atualização. Enquanto ideia, foi amadurecendo, até que pudesse tomar uma forma, transformar-se num conteúdo, num material. Mas outras ideias surgem e vão tomando outras formas, vão se reciclando, inovando-se. Isso porque as necessidades de hoje podem não ser as mesmas amanhã.

3 Práticas de participação

A nova abordagem para desenvolvimento de projetos que discutimos neste artigo atende não só às inovações tecnológicas, mas às educacionais. Em termos de práticas educativas, tem-se disseminado o princípio da gestão democrática da escola pública brasileira, o que exige uma mudança no modo como os sujeitos lidam com os problemas vividos pela escola e suas possíveis soluções. Procura-se construir uma postura de co-responsabilidade diante dos desafios de melhorar a qualidade da educação pública socialmente referenciada. Nessa mesma linha de estabelecimento de uma nova cultura, uma cultura participativa, as novas abordagens metodológicas também buscam inovar seus procedimentos, vinculando processos menos hierarquizados e lineares. Assim como a gestão escolar centralizada precisa ser superada, é preciso também proporcionar meios para que as pessoas aprendam a participar, a colaborar de forma coletiva com as transformações que as envolvem direta ou indiretamente.

A utilização de espaços mais democráticos, onde mais importante que oferecer ferramentas para interação, possam ser pensados coletivamente, é uma premissa fundamental para o desenvolvimento de práticas participativas. Isso corrobora em um conhecimento novo, que por sua vez

exige novas aprendizagens e formas de aprender. O próprio processo de aprendizagem se reestabelece com a atualização de saberes e modos de ação “[...] conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes, levando-nos a práticas pedagógicas” (LIBÂNEO, 2001, p. 03). Concordamos com este autor quando ele diz que estamos vivendo uma sociedade verdadeiramente pedagógica, porque somos obrigados, permanentemente, a nos adaptarmos ao avanço tecnológico. Por isso, a educação implica em transformar as relações, de acordo com as novas formas de enfrentar os mesmos problemas. Na busca por caminhos diferentes, as práticas educativas são redimensionadas para as práticas participativas, através das quais se busca fortalecer a gestão democrática da e na escola, inclusive democratizando o poder de participação dos sujeitos.

Democratizar o poder implica em democratizar responsabilidades. O exercício da cidadania abrange não só direitos, mas também deveres. E o Conselho Escolar, por ser considerado também um espaço de formação para a cidadania, deve organizar suas ações dentro de uma visão de co-responsabilidades, com vistas à ampliar e fortalecer práticas de participação orientadas para a transformação da realidade da escola e consequente melhoria da qualidade da educação. Maturana discorre sobre o fenômeno social, o qual pode ser entendido como aquele que associa “à participação dos organismos na constituição de unidades de terceira ordem” (MATURANA, 1995, p. 217), considerando estas unidades os atos cognoscitivos, as correlações internas, ampliação do domínio de interações e a plasticidade estrutural. Enquanto ser humano “só temos o mundo que criamos com outros”, só “podemos chegar pelo raciocínio motivado pelo encontro com o outro”. Portanto, o fenômeno social se alimenta da interação entre os sujeitos.

O e-COE foi pensado para dar um novo impulso ao Conselho Escolar, subsidiando a interação entre conselheiros de todo o Brasil. Ao dimensionarmos as práticas participativas em um espaço de alcance global, contribuimos para ‘redefinir a posição’ dos indivíduos na tomada consciente de decisões. Com base nisso, a comunidade virtual busca auxiliar a formação de conselheiros para que possam atuar de forma colaborativa e autônoma, compartilhar experiências e fortalecer suas ações. No universo de informações compartilhadas no ciberespaço, os sujeitos podem ter acesso à experiências vivenciadas por outras escolas, que encontraram saídas exitosas para seus problemas. Levy (2000, p. 17) explica que:

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo

oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo". (LEVY, 2000, p.17).

Este universo de informações é alimentado pelas práticas sociais de caráter colaborativo na Internet, constituindo-se muitas vezes em um meio digital de onde emerge exercício da cidadania. A relevância desse espaço digital se torna evidente pelo uso de imagens, hipertextos, áudios, dentre outros recursos que enriquecem as informações e sua troca. Enquanto fenômeno social se pode afirmar que a democratização dos meios de comunicação e transmissão de informação fornece novas perspectivas para grupos historicamente menos privilegiados, dando "voz" e "vez" para o fomento de discursões acerca das mais diversas temáticas de interesse comum. Todo e qualquer sistema educacional mantém em seu arcabouço um alicerce político determinado por interesses e ideologias. O que acontece quando grupos sociais se valem de instrumentos que maximizam seu poder de influência em ações que podem dar um novo rumo à educação?

Após o avanço das tecnologias digitais que culminou no aparecimento das redes sociais na Internet, os espaços de discussão e participação se ampliaram. Mesmo aqueles, cujas limitações de várias naturezas impedem um acesso mais fácil à Internet, de alguma maneira é possível ascender ao ciberespaço. Estamos diante de ferramentas que desconhecemos ainda a plenitude de seu potencial. Morin nos chama a atenção para a urgência em uma reforma do pensamento que permita o enfrentamento dos extraordinários desafios do mundo contemporâneo e nos coloca duas alternativas:

[...] ou sofrer o bombardeamento de incontáveis informações que chovem sobre nós, quotidianamente, pelos jornais, rádios, televisões; ou, então, entregarmo-nos a doutrinas que só retêm das informações o que as confirma ou o que lhes é inteligível, e refugam como erro ou ilusão tudo o que as desmente ou lhes é incompreensível. (MORIN, 2003, p. 20).

A forma de organização global incorpora um novo aprendiz, obrigando-o a aprender a mover-se nesses espaços e desenvolver a capacidade de compreensão crítica das relações, agindo dialogicamente sobre elas. As comunidades virtuais se tornam um instrumento nesse sentido: a construção de uma cultura participativa, assim como suas práticas.

4 Espaço para participação dos conselheiros escolares

Atualmente existem alguns espaços ligados ao PNFCE, mas nenhum deles foi desenvolvido especialmente para a interação entre conselheiros escolares. Um destes espaços é o Banco de Experiências de Conselhos Escolares (BECE), um repositório de experiências postadas por membros de conselhos. Não há ferramentas de interação para debate e reflexão sobre os relatos socializados, o que acaba por limitar o potencial que o espaço poderia ter. Outro espaço é o Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GFCE), uma comunidade virtual que foi desenvolvida na plataforma Moodle. De acordo com Sabbatini (2007) “O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre. É um acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos)” (SABBATINI, 2007, p. 01). Os membros que compõem a comunidade são, em sua maioria, técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação do Brasil.

Principais atores da gestão democrática da escola pública brasileira, os conselheiros escolares ainda não tinham à sua disposição, um espaço na Rede de Alcance Mundial (Internet), onde pudessem socializar sua atuação no Conselho Escolar. O e-COE foi criado essencialmente para favorecer a participação desse colegiado. Foi desenvolvido no sistema Joomla, um software para criação de redes sociais. O mesmo sistema foi utilizado para a criação da Rede Social do Conselho Nacional de Educação (CONAE). Permite certa liberdade para personalização da rede, inserção de abas, recursos, dentre outros. Ainda há limitações, mas já se trata de um ganho considerável para a gestão democrática.

O e-COE possibilita o compartilhamento de informações, amplia a livre expressão de ideias; bem como, a construção e manutenção de uma “e-cidadania”, contribuindo para a atuação dos conselheiros como um todo. O envolvimento e comprometimento dos conselheiros escolares com a gestão democrática, depende também dos espaços que geram sujeitos politicamente engajados, fornecendo maiores chances de construção de um processo participativo emancipatório. Ao nos referimos à prática participativa, devemos considerar todas as formas de exploração, opressão, discriminação na sociedade, buscar combatê-las e superá-las, dando lugar à descentralização do poder. O compartilhamento mais rápido e eficiente da informação confere maior poder de agregação da coletividade, auxiliando-a na articulação de seus interesses, outrora tidos como de pouca relevância. A disponibilização desse espaços via Internet

vai alterando gradativamente a percepção de poder diante das decisões que envolvem todos os segmentos da prática educativa.

A dinâmica social e sua organização possuem uma base tecnológica. Constatado isso, os conselhos escolares devem se valer da tecnologia, apropriando-se dela e empregando-a não só para fins técnicos, mas de responsabilidade social. Uma vez que se reduz a distância entre decisões políticas e a “voz” do cidadão (BUSTAMANTE, 2010); amplia-se a possibilidade de diálogo sobre os interesses das comunidades escolar e local, promovendo o acesso democrático a redes digitais. As práticas participativas combinadas com as tecnologias digitais lançam, impreterivelmente, um elemento inédito e extraordinário: o estabelecimento de novas conexões que, especialmente nessa era digital, leva-nos a processos de desenvolvimento da nossa inteligência social através de uma espécie de “ciberaprendizagem”. Este termo foi utilizado por Fernández (2007) ao explicar que o estudo dos novos processos advindos da criação da Internet é pertinente nesse instante em que se criam possibilidades e perspectivas de futuro que venham a melhorar o desenvolvimento social e econômico das sociedades. Nesse sentido, pensar em processos de participação no tempo presente já sugere relacioná-los “a usos e aplicações digitais” (NEVES, 2010, p. 146). A autora acrescenta:

A Internet permitiu o acesso a um extenso manancial de informação e facilitou uma rápida comunicação (assíncrona e síncrona) a baixo custo. É o símbolo de uma nova Era, a Sociedade da Informação e do Conhecimento, a Sociedade em Rede, entre outras nomenclaturas. Novas dimensões e apropriações de espaço e tempo surgem, pois a mobilidade e a ubiquidade das TIC fazem diminuir estrangimentos espaço/temporais. Assim, usufruindo destas características, os movimentos sociais e os agentes políticos utilizaram progressivamente a Internet como instrumento privilegiado para agir, informar, recrutar, organizar, dominar e contra dominar (Castells, 2001). (NEVES, 2010, p. 147).

O e-COE foi estruturado para tentar permitir que anseios, dificuldades, dúvidas, curiosidades dos conselheiros se concretizem em busca por informação e construção de novos conhecimentos, subsidiando as ações citadas por Neves, ou seja, para “para agir, informar, recrutar, organizar, dominar e contra dominar”. Não obstante, superar o poder centralizador e as decisões tomadas unilateralmente, transformando os conselheiros em “agentes políticos” co-responsáveis pela gestão democrática da escola, a partir do poder da coletividade.

5 Considerações finais

Um dos maiores potenciais do e-COE e das comunidades virtuais como um todo é possibilitar o agrupamento de um grande número de pessoas a partir dos objetivos e interesses em comum que as agregam. Encorajados pela facilidade de acesso à rede e pelas possibilidades ilimitadas de produção e disseminação de conteúdos, os sujeitos se articulam e se organizam, manifestando um alto grau de coesão e sentido de coletividade. Eles se percebem como parte não mais secundária, mas se assumem protagonistas do processo de transformação da sua realidade.

A atuação dos conselheiros escolares vai além das habilidades e conhecimentos sobre as funções a serem exercidas no Conselho Escolar. Situa-se, sobretudo, na participação e posicionamento político em questões relacionadas ao exercício da cidadania; no diálogo entre seus pares; nas tomadas de decisão para resoluções de conflitos; em uma postura crítica diante do processo participativo. Através do uso do e-COE, as práticas participativas se dimensionam local e globalmente, em uma velocidade quase instantânea e avançam para a transformação de uma educação orientada e cristalizada na Sociedade da Informação, com base na utilização da TDIC de forma intensiva. O e-COE é também, portanto, um espaço de formação, inclusão sociodigital e fortalecimento do processo participativo.

As necessidades convergem em um curso único de manifestações e práticas indomáveis e intempestivas. Não obstante, a pesquisa nos permite perceber que a participação no e-COE ultrapassa a mera transmissão e reposição de conteúdos, podendo ampliar a percepção crítica e reflexiva dos problemas a serem enfrentados no Conselho Escolar, e que precisam do envolvimento de todos para serem superados. As redes sociais na Internet mudam os paradigmas da relação entre o homem e a tecnologia, aprendizagem e ferramentas, de tudo que é vivido pelos indivíduos na sociedade em espaços e tempos cada vez mais flexíveis. As TDIC provocam uma junção que cooperam e colaboram para a formação dos sujeitos em suas múltiplas dimensões constitutivas, especialmente para expressão de uma cidadania global.

Referências Bibliográficas

- ADLER, Isabel; LUCENA, Brenda; RUSSO, Beatriz, VIANNA, Maurício; VIANNA, Ysmar. Design thinking: inovações em negócios. 1. ed. Rio de Janeiro, MJV Press, 2011.
- BUSTAMANTE, Javier. Poder comunicativo, ecossistemas digitais. In. SILVEIRA, S. A. (Org.). Cidadania e Redes Sociais. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.
- FERNÁNDEZ, José Antonio Cobeña. Inteligencia digital: Introducción a la noosfera digital. Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 3.0 de Creative Commons. 2007.
- LEVY, Pierre. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001.
- MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. 8º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- NEVES, Bárbara Barbosa. Cidadania Digital? Das cidades digitais a Barack Obama. Uma abordagem crítica. MORGADO I.S. & ROSAS A. (Orgs.). Cidadania Digital. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2010.
- SABBATINI, Renato M.E. Ambiente de Ensino e Aprendizagem via Internet - A Plataforma Moodle. 2007.